

CEMAR
CENTRO DE CULTURAS MARÍTIMAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÉRIE: DOCUMENTOS E RELATÓRIOS DE PESQUISA - Nº 18

*PESCA E MARGINALIZAÇÃO NO
LITORAL PAULISTA**

Antonio Carlos Diegues

** Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de
Ciências Sociais da USP*

São Paulo
1973

*À Miwa
Aos meus familiares
e amigos.*

abril de 1973

Agradecimentos:

Ao Prof. Mourão, que me orientou em todas as fases do trabalho.

Ao Eduardo Ramos, técnico do Instituto Oceanográfico da USP, em Cananéia pelas valiosas informações fornecidas,

Ao Dr. Takeshi Wakamatsu, amigo e pesquisador

Aos amigos da ASEL, em Ubatuba

Ao Glauco de Melo Machado, Lígia Maria Mendes e Raimunda Monre Santo pela grande colaboração nos trabalhos de desenho e datilografia.

Ao Dagoberto pelas críticas valiosas que fez,

Aos amigos da SUDELPA que me ajudaram na elaboração do presente trabalho

São Paulo, abril de 1973

APRESENTAÇÃO

O CEMAR - Centro de Culturas Marítimas - tem por objetivo o estudo dos grupos humanos que vivem do mar tanto material quanto simbolicamente. Está ligado ao NUPAUB - Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

O CEMAR tem estimulado várias pesquisas sobre culturas marítimas do Brasil e publicado trabalhos de seus pesquisadores. Uma das linhas de publicações se concentra no resgate de teses de mestrado e doutorado que tratam das relações homem-mar e que não foram adequadamente difundidas.

Pesca e Marginalização no Litoral Paulista, tese de Mestrado de Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, apresentada em 1973, foi uma das primeiras sobre o tema na Universidade de São Paulo e por essa razão está sendo publicada pelo CEMAR.

PESCA E MARGINALIZAÇÃO NO LITORAL PAULISTA

ÍNDICE

Introdução	09
Hipóteses	10
Metologia	12
1. DEPENDÊNCIAS E INSUFICIÊNCIAS.....	15
1.1. Situação Geográfica	15
1.2. O Período Colonial	
A Formação de Metrôpoles e Satélites Regionais	18
1.2.1. Litoral Sul e Vale do Ribeira	28
1.2.1.1. Importação e Exportação	28
1.2.1.2. Receitas Municipais	34
1.2.1.3. População em Mão-de-obra.....	38
1.2.1.4. Sistema de Comunicação	42
1.2.1.5. Conclusões Preliminares	47
1.2.2. Litoral Norte	48
1.2.2.1. Produção e Exportação	49
1.2.2.2. Receitas Municipais.....	52
1.2.2.3. População e Mão-de-obra.....	55
1.2.2.4. Sistema de Comunicação	58
1.3. Decadência do Litoral - A Marginalização	59
1.4. Insuficiência Econômica e Marginalização	64
1.5. Considerações Teóricas.....	77
2. A PESCA COMO SETOR MARGINAL.....	88
2.1. Histórico	88
2.2. Periodização da Pesca	89
2.3. Produção Pesqueira.....	98
2.4. Preço e Comercialização	102

2.5. Pescadores e Tecnologia	108
2.6. Pescadores em Iguape, Cananéia e Ubatuba.....	115
2.7. Meio Natural e Tecnologia.....	120
2.8. Renda e Produtividade da Pesca Artesanal.....	128
2.9. Industria da Pesca	137
3. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	142
3.1. Ajuste Ecológica	143
3.2. Estrutura Etária.....	144
3.3. Estrutura Ocupacional.....	146
3.4. Participação Social	150
3.5. Relação de Trabalho.....	153
3.6. Conflitos	157
3.7. Tecnologia e Produção.....	160
3.8. Noções de Valor	164
3.9. Estrutura de Comercialização	167
3.10. Renda.....	168
3.11. Dificuldades e Aspirações.....	170
4. CONCLUSÕES FINAIS	176
5. NOTAS.....	178
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	184

PESCA E MARGINALIZAÇÃO NO LITORAL PAULISTA

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira que, desde o Brasil-Colônia vinha sendo exercida de maneira artesanal, voltada para a auto-subsistência de populações marinhas e ribeirinhas, após o início do processo urbanizatório se organizou para atender o mercado urbano, sofrendo transformações significativas nos últimos anos. Nesse contexto a pesca praticada por empresas, passou a ser considerada "indústria de base" e às firmas do ramo, foram concedidas isenções por cinco anos, dos impostos sobre importação de equipamentos de pesca além dos incentivos fiscais, carreando recursos de significativa monta para sua implantação em termos de moderna indústria. As intenção governamental foi clara: Implantar um setor moderno de captura e industrialização do pescado num país em que, salvo em alguns portos (Rio de Janeiro, Santos especialmente), a pesca era toda artesanal. Dada às condições em que os estímulos tecnológicos e financeiros foram canalizados para a chamada pesca técnica ou industrial, evidenciou-se que não se objetivava uma passagem gradativa da pesca artesanal para a industrial mas sim a criação de uma estrutura produtiva pesqueira que funcionaria isolada do artesanato reinante.

Esse fato não diminui todavia, a significância da pesca artesanal, pois se observando o volume de produção pesqueira, ainda que segundo informações imprecisas (1), vê-se que sua participação no total da captura do pescado, de 55% em 1960, passou para 58% em 1970, apresentando até um aumento relativo de produção.

Houve, no entanto, um aumento significativo no número de barcos que se destinam, à pesca industrial. A grande maioria dessas embarcações se empenham na captura do camarão, especialmente do rosa e do legítimo, por apresentarem tais espécies alto preço no mercado internacional. Ainda que não se tenha dados conclusivos, estudos elaborados pelo Instituto de Pesca de São Paulo revelam que a produtividade na captura do camarão rosa vem decaindo nesses últimos anos, tornando pouco rentáveis os altos investimentos empregados nas modernas embarcações.

A falta de orientação na captura, aliada à mentalidade predatória que, desde o Brasil Colônia, orientou os investimentos no setor primário; a falta de uma infra-estrutura portuária e de comercialização; a carência de pesquisa e mão-de-obra especializada; as faltas dos órgãos responsáveis pela política pesqueira em nosso país e inúmeros outros fatores levaram à crise por que passa o setor pesqueiro neste momento. De fato, das dezenas de empresas

que receberam os incentivos fiscais, somente uma pequena porcentagem realizou os investimentos previstos em seus projetos.

Tendo em vista esta situação de impasse em que se encontra a atividade pesqueira, pretende-se estudar, dentro do litoral do estado de São Paulo, as relações entre a pesca chamada industrial e a pesca artesanal. Para tanto selecionaram-se duas áreas em que a pesca artesanal é mais significativa: o complexo lagunar de Iguape-Cananéia e o Litoral Norte do nosso Estado, mais especificamente Ubatuba, que desde a década de 1920 vem passando por significativas transformações no setor pesqueiro. Ainda que, neste trabalho se lance mão, em algumas ocasiões do método comparativo, não se trata de um trabalho de comparação. O interesse maior reside na análise da dinâmica sócio-econômica que, em regiões de economia dependente, faz surgir "ciclos" de duração efêmera ao sabor das condições do mercado metropolitano ou central.

HIPÓTESES

Na análise da relação entre a pesca artesanal e a industrial no Litoral Norte e Sul do Estado e sobretudo no que se refere ao centro dinâmico da captura e desembarque, que é Santos, há uma série de questões que se pretende elucidar.

1. A partir de meados do século XIX percebeu-se uma nítida decadência das atividades econômicas de sustentação do Litoral Paulista: Houve a desarticulação da economia do Litoral Sul Baseada especialmente na construção naval e no arroz, e a decadência e o esvaziamento do Litoral Norte, que se sustentava pela lavoura e exportação do café. A partir de então, a insuficiência dessas atividades foi se tornando cada vez mais aguda, sem que nenhuma outra atividade econômica viesse substituí-las com iguais resultados. Iguape e Ubatuba até então centros produtores e exportadores de primeira grandeza dentro da então província de São Paulo, vão se reduzindo em significação econômica a níveis críticos. Em ambos os municípios, a pesca sucedeu à lavoura. Assim, coloca-se a questão básica: até que ponto a pesca pode se constituir num polo de desenvolvimento regional?

Mas, há outros:

2. À superação do artesanato reinante, supõe-se a implantação de um "setor moderno" (tecnológico-capitalista em sua plenitude). Em que medida o setor artesanal pode ser absorvido pelo moderno? Ou então, até que ponto a população que se dedica ao artesanato pesqueiro, constitui um "bolsão" marcado pela economia de subsistência ou sub-emprego?

3. Se porém, a atividade pesqueira no Litoral Norte e Sul do Estado só pode ser entendida dentro das categorias de insuficiência econômica de desenvolvimento limitado, qual é a influência exercida pela situação geográfica e pelo isolamento e grau de estruturação das atividades econômicas locais, especialmente a agricultura, na passagem dos indivíduos vinculados à pesca artesanal, para a chamada pesca industrial?
4. O recente desenvolvimento do turismo, vem, paralelamente, exercendo grande influência sobre a pesca artesanal, retirando mão-de-obra do setor pesqueiro, que é produtivo e deslocando a para o setor de serviços (caseiros, vendedores de praia, tec.), o que, em alguns casos, leva à deteriorização dos níveis de vida pré-existentes com a atividade pesqueira (renda, saúde, alimentação, etc.).

A partir dessas constatações que se colocam em diversos níveis da realidade, apresentam-se algumas hipóteses, que serão desenvolvidas no atual trabalho:

1. As regiões estudadas, agora economicamente pobres, já foram ricas e prósperas interiormente, apesar de "isoladas".
2. Os incrementos introduzidos na atividade pesqueira do Litoral Norte e Sul do Estado de São Paulo possivelmente estão levando a população pesqueira artesanal que não está sendo absorvida pelo setor "moderno" a maior marginalização.
3. A passagem da população local para a pesca é parte de um processo de marginalização regional, cujo início remonta a meados do século XIX com a desorganização da agricultura voltada para o mercado regional e internacional.
4. A consolidação das atividades pesqueiras, nas áreas estudadas, deverá sofrer influências tanto da insuficiência econômica reinante numa área de economia periférica, quanto de condicionantes biológicos e geográficos.
5. A expansão das atividades turísticas irá alterar visivelmente as relações da "pesca industrial" com a pesca "artesanal".
6. A introdução da pesca técnica ou industrial não exerce influências uniformes em todo o setor artesanal. Sua influência varia segundo a consolidação de um mercado para o produto e condicionantes geográficos e históricos (tradições de pesca).

METODOLOGIA

O presente trabalho compõe-se de duas partes cuja síntese propõe-se a responder às proposições contidas nas hipóteses apresentadas. Na primeira parte, objetiva-se analisar os processos históricos-sociais que levaram à desorganização econômica, da área litorânea estudada e que condicionaram o surgimento do setor pesqueiro. Discutem-se, nessa parte, algumas teses que pretendem explicar o atual estágio do Litoral Norte e Sul do Estado de São Paulo e faz-se a crítica dos que vêem a região hoje, como atrasada sem levar em conta a importância econômica que a caracterizou há décadas atrás.

Na segunda parte do trabalho, faz-se a análise do processo de formação da atividade pesqueira, tomando por base os dois municípios mais significativos em termos de pesca do Litoral do Estado de São Paulo (excetuando-se Santos): Ubatuba e Cananéia.

O objetivo dessa análise é estudar as influências que fatores históricos (processos de povoamento, exploração agrícola, processo de urbanização) e fatores ecológicos (existência de sistemas lagunares, mar aberto, retro-terra aproveitável para agricultura) exercem sobre a constituição de um setor pesqueiro na área estudada.

Na primeira parte, em que fundamentalmente há a preocupação de explicar as causas da decadência do Litoral e o surgimento de setores marginais faz-se uma crítica das diversas análises que atribuem à atual precária rede de transporte, à mentalidade caipira e ao abandono em que os órgãos deixaram a região, as causas responsáveis pela estagnação por que atravessa a área litorânea.

A metodologia utilizada nesta parte foi fundamentalmente a histórica. Para a caracterização da evolução sócio-econômica da zona litorânea levantaram-se as informações históricas sobre a evolução das atividades produtivas na região, no contexto do desenvolvimento do Estado de São Paulo como um todo.

Os dados escolhidos para demonstrar essa evolução foram referentes a: a) receita municipal; b) ao volume e valor da produção agrícola; c) ao volume e valor da exportação regional; d) às características populacionais (sobretudo a evolução demográfica e população livre e escrava). Essas informações, ainda que precárias, permitiram formar um quadro da evolução sócio-econômica das duas regiões, Litoral Norte e Sul e de suas relações com o Estado (ou Província) de São Paulo.

Desnecessário é ressaltar as dificuldades encontradas num trabalho histórico desta natureza, principalmente quanto ao manuseio de informações estatísticas do século XIX. As principais fontes consultadas foram relatórios que secretários ou Presidentes da então província de São Paulo enviavam às Assembleias Provinciais (por exemplo, Discurso de Tomas Nabuco d'Áraujo à Assembléia Legislativa, 1812, Relatório a Bernardino de Campos

por J. A. Rubião Jr., 1985, Discurso de José A. Saraiva, 1855 e outros), trabalhos de inúmeras comissões e técnicos que estudaram os aspectos econômicos-sociais da então Província de São Paulo: (Comissão Central de Estatística), Adolfo A. Pinto: "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo. Comissão Geográfica e Geológica: "Exploração do Ribeira Iguape". Djalma Forjaz: "A Estatística da Província de São Paulo". Joaquim Floriano de Godoi: "A Província de São Paulo". Daniel Pedro Muller: "Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, de 1836/37". Manuel Eufrásio de Azevedo: "Apontamentos Históricos Biográficos da Província de São Paulo". Martin Francisco Ribeiro de Andrada: "Diário de uma Viagem Mineralógica". Papy: "En marge de l'empire du café" e outras obras citadas ao longo do trabalho e na bibliografia ao fim do mesmo.

Passaram-se em revista os principais autores que recentemente se preocuparam com problemas relativos à evolução e decadência do Litoral Norte e Sul do Estado. Houve ainda o cuidado de se consultar toda a bibliografia disponível, especialmente algumas teses elaboradas nos últimos anos sobre problemas de desenvolvimento e decadência do Litoral Paulista.

Não se encontrou, todavia, em nenhuma das obras estudadas a preocupação específica com o problema agora proposto: o estudo da decadência do Litoral Paulista, vinculado ao processo de surgimento das atividades marginais que não conseguiram substituir àquelas que, no século XIX, levaram a região ao auge do fausto e grandeza.

Na segunda parte do trabalho houve a preocupação de estudar a introdução de um setor de tecnologia mais avançada dentro da pesca artesanal. Para tanto foram realizadas pesquisas de campo em Cananéia, Iguape e Ubatuba.

No Litoral Sul utilizaram-se dados de uma pesquisa por nós realizada em 1970 em Cananéia. Trata-se na verdade, de quase um censo, feito nas mais importantes comunidades pesqueiras da região e que abrangeu mais de 50% dos pescadores.

Além disso, desde 1969 fizemos um acompanhamento cuidadoso da evolução das atividades pesqueiras em Cananéia justamente da época em que embarcações vindas do sul iniciavam fora da barra de Cananéia a chamada pesca "industrial" ou "comercial", voltada especialmente à captura do camarão. Este acompanhamento constitui-se de entrevistas com os novos pescadores, dotados de tecnologia mais avançada que a então reinante na denominada "área lagunar" (lagoa constituída pelo mar interno, entre as ilhas de Iguape Cananéia e do Cardoso), e de um penoso trabalho de organização estatística no Entrepósito de Cananéia, visando detectar a renda dos pescadores, produtividade e tecnologia. Os resultados deste acompanhamento constitui-se numa das fontes importantíssimas deste

trabalho. A análise da pesca em Iguape se baseia num cadastramento de pescadores que se dedicam à pesca da "manjuba" realizado em 1970, pelo Instituto de Pesca, ainda inédito.

A pesquisa de campo, em Ubatuba, foi realizada no período que vai de fins de 1971 a 1972 e se compõem de uma amostra estratificada de 19,5% dos pescadores, divididos em duas categorias: pescadores artesanais e pescadores industriais. Houve o cuidado de selecionar as praias, tendo-se por critério a importância da atividade pesqueira, a proximidade do centro urbano de Ubatuba, o isolamento e a introdução das atividades turísticas.

1a. PARTE

1. DEPENDÊNCIA E INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: O Litoral Norte e Sul do Estado de São Paulo como casos típicos.

1.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

As duas áreas estudadas, Litoral Sul e Norte de São Paulo, apresentam características geográficas bastante diferenciadas apesar de possuírem um denominador comum que é o mar. (vide mapa 1). Dentro do Litoral Sul, que incorpora a faixa litorânea limitante com o Litoral de Santos, destacam-se as áreas que Petrone denomina como sub-região litorânea (zona de Iguape e zona lagunar de Cananéia) e sub-região da retro-terra do Ribeira.

"A principal área sedimentar é uma faixa com largura irregular, em torno de 10 km., que se dispõe ao longo da linha da costa. Trata-se da área formada por sedimentos marinhos antigos e modernos, com modesta participação de material terrígeno. Corresponde a zonas situadas pouco acima do nível do mar, normalmente com altitudes que não superam os 10 m. Caracterizada pela presença de uma verdadeira família de restingas, dispostas longitudinalmente com dunas, nela podemos distinguir grosseiramente, uma faixa junto ao mar, mais recente e em grande parte, responsável pelo caráter de "zona ilhada" da faixa litorânea da Baixada e especialmente responsável pela presença da Ilha Comprida.

Uma segunda faixa disposta para o interior, logo a seguir, com restingas e dunas consolidadas, responsável por uma topografia suavemente ondulada em que lombadas e depressões sucedem-se para o interior". (2)

Essa área lagunar está de fato, intimamente ligada histórica e geograficamente, à retro-terra que se estende até os contra fortes da Serra Paranapiacaba, através do rio Ribeira de Iguape. Historicamente esta região constituiu um "sistema" em que a retro-terra, "hinterland agrícola", fornecia os produtos que eram exportados pelos entrepostos comerciais florescentes até meados do século XIX: Iguape e Cananéia.

A ruptura desse sistema integrado de intercâmbio econômico e social, por motivos que serão analisados depois, levou à desarticulação econômica a sub-região litorânea e modificou a polarização do "hinterland" com o planalto.

Desvinculado da sua retro-terra por esta desarticulação, o complexo lagunar voltou-se para si próprio, e é nesse momento, que surge a pesca artesanal, exploradora de um ambiente limitado geográfica e biologicamente.

A passagem da lavoura para pesca, em início do século XX, assinalada por Mourão (3) deve ser entendida em dois momentos:

- a) a desarticulação do sistema econômico pré-existente que tem por fundo geográfico o rio Ribeira como via de integração;
- b) o aparecimento progressivo de um mercado para os produtos pesqueiros;

Explorando um ambiente inicialmente rico em peixes o pescado local "caiçara" se comporta como um predador. Na medida em que o "mercado" exige produção maior, o caiçara aumenta o seu esforço de pesca que, aliado a fatores de ordem biológica (escasseamento de espécies de alto valor comercial e alteração da salinidade) leva a um depauperamento dos recursos lagunares. No momento em que este depauperamento se torna mais agudo a opção que surge (a partir da década de 50) a alguns pescadores é explorar o mar aberto, de fora da barra. Manifesta-se nesse instante, o aparecimento de tecnologia mais evoluída, principalmente pelo uso de motores de centro e técnicas de captura vindas de Santa Catarina. A maioria dos pescadores, entretanto, permanece com os métodos tradicionais de exploração pesqueira da Região Lagunar e, progressivamente vão se marginalizando a uma pesca de quase subsistência. É dentro desse processo que procuraremos entender a atividade pesqueira do Litoral Sul e Região Lagunar.

O Litoral Norte, por sua vez, tem uma constituição geográfica bastante diferente, marcada pela presença da Serra do Mar, que desce abruptamente em direção ao oceano, formando pequenas baías de praias arenosas. Onde a serra se afasta do mar formam-se raros vales férteis, aluvionais.

Aqui também a atividade pesqueira diferenciada de outras atividades, surge quando desaparece o ciclo cafeeiro do norte paulista. A inexistência de uma área lagunar que dispensa a tecnologia mais sofisticada e a presença mais direta do mar aberto fizeram com que os moradores de algumas praias passassem diretamente da agricultura à pesca embarcada, principalmente a de traineiras. As baías protegidas facilitam por outro lado a persistência da pesca artesanal, até o momento em que a intensidade da captura

ou a aproximação de outras atividades econômicas (turismo especialmente) faz declinar a atividade pesqueira. É claro que o surgimento de determinadas atividades consideradas marginais (porque dentro de uma economia capitalista ou de mercado não alcançam um grau de independência que lhes permita ser autônomas e por isso não garantem aos agentes sociais um nível de vida compatível na média do sistema como um todo), não pode ser explicado por determinantes geográficos. No entanto a medida em que um sistema se desarticula, dentro do que se pode denominar "estruturação e desestruturação" regional do sistema capitalista, constituindo novas periferias e novas metrópoles é que a influência, muitas vezes hostil, do meio geográfico aparece com intensidade maior, quase que subjugando o próprio homem.

E na medida em que, as forças produtivas se debilitam, os condicionamentos de ordem biológica e geográfica aparecem de modo mais determinante. No caso específico da pesca, as relações entre as condições climáticas (tempo quente e frio) e o comportamento de certas espécies (aparecimento ou retração; a presença de baías fechadas ou mar aberto), as características diferenciadas do sistema lagunar ou do oceano são determinantes para o processo econômico.

Carente de tecnologia adequada, com precária organização da produção, fica o pescador a mercê do aparecimento das espécies economicamente significativas nos locais em que ele, com os poucos recursos tecnológicos que possui, possa captura-los.

É o sentido do comentário feito por um mestre de barco sardinheiro: "com os instrumentos modernos não existe mais tempo claro ou escuro. A sardinha dá sempre".

Outro aspecto histórico-geográfico a ser considerado antes de se iniciar a análise dos sistemas do Litoral Norte e Sul é a configuração administrativa que marca os municípios das duas áreas estudadas.

No Caso do Litoral Norte, considerado como tal os municípios de São Sebastião, (Caraguatatuba), Ilhabela (de Vila Bella da Princeza) e Ubatuba, não há problemas desde que a partir do século XIX, não houve mudanças significativas no número das unidades administrativas que o compõem. Tem-se a ressaltar somente a elevação de Caraguatatuba a categoria de município no ano de 1857.

Já no Litoral Sul as alterações são mais importantes. Até fins do século XVIII, segundo o "Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios até 31/12/1940, publicado pelo DEESP (Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo), na área do Vale do Ribeira, retro-terra da área litorânea (Iguape, Cananéia, Jacupiranga, Pariquera-Açu, Eldorado, Registro, Sete Barras e Juquiá) existiam dois

únicos municípios: Cananéia e Iguape. Este último, na verdade, englobava os seis (à exceção de Cananéia) e outros mais (por exemplo, Prainha ou Miracatu, Pedro de Toledo, etc).

Já na primeira metade do século XIX, Eldorado (Xiririca) destaca-se de Iguape (1842). Os demais municípios, que em inícios do século XIX pertenciam a Iguape (Jacupiranga, Registro, Sete Barras, Pariquera-Açú, Juquiá, Miracatu, Pedro de Toledo), desmembraram-se após o início do século XX.

De qualquer forma, considera-se parte do sistema formado pelos portos de Iguape-Cananéia e a retro-terra, aqueles municípios que se enquadram diretamente na área de influência do Rio Ribeira.

1.2. O Período Colonial: Formação de Metrôpoles e Satélites Regionais

A região estudada, sem dúvida, é hoje uma das mais pobres do Estado, sendo considerada uma "mancha de miséria" dentro da riqueza reinante na unidade mais próspera da Federação.

Existem vários indícios, no entanto, de que ela em tempos passados, esteve muito mais organizada economicamente ocupando uma posição de destaque em São Paulo, especialmente do fim do século XVIII até meados do século XIX.

Só se pode entender a função das áreas e cidades litorâneas situando-as dentro do contexto das relações coloniais existentes em nosso país nessa época. Tentar-se-a para tanto, seguir historicamente a evolução do Litoral Norte e Sul do Estado, dentro do que Paul Singer denomina "a economia colonial".

A economia colonial, segundo este autor, apresenta como:

"Uma de suas características cardeais a desarticulação da economia, que aparece dividida em numerosos compartimentos locais, estanques uns em relação aos outros. Cada seguimento local liga-se ao mercado metropolitano diretamente mediante a venda de produtos "coloniais" ou indiretamente, mediante o fornecimento de produtos de subsistência a um segmento ligado aquele mercado". (4)

A riqueza e o fausto alcançados no início do século XIX por uma região que se caracteriza agora, como uma das mais pobres do Estado, já foram descritos por diversos historiadores e cientistas sociais que se preocuparam com a área.

Assim, Antonio Paulino de Almeida, em "Decadência do Litoral Paulista" escreve:

"Ao Sul, eram Iguape, formando um verdadeiro entreposto de ligação, não só das vilas de Serra Acima, como do Planalto Parananeano, com as demais cidades e vilas do Norte e Sul do país e Cananéia com seus diversos estaleiros de construções navais em plena atividade e o caminho aberto ao comércio para o Sul da capitania. Ao norte - São Sebastião e Ubatuba - servindo de escoadouros às produções oriundas do Vale do Paraíba. A par de uma vida comercial intensa, florescia a agricultura e desenvolviam-se as pequenas indústrias. Tão numerosos eram os engenhos de cana de açúcar e as serrarias, como os fornos de cerâmica e os estaleiros navais. Todas elas possuíam embarcações próprias que formavam verdadeiras frotas, compostas de lanchas e lanchões, parques, sumatas, iates, brigues e balandras que sulcavam os mares indo até a Pernambuco e a Bahia, para o Norte ou às regiões do Prata, para o Sul, em seu bojo levando os produtos das vilas. Era geral a abundância" (5).

O mesmo autor, grande conhecedor dos aspectos históricos da evolução do Litoral, descreve Iguape como o entreposto regional do Sul da capitania.

"Centro exportador e ao mesmo tempo receptor de toda a zona do Ribeira podemos afirmar, tinha Iguape vida própria, pois além de um comércio adiantado contava com uma indústria bastante apreciável em que se destacavam grandes e importantes engenhos centrais destinados ao benefício do arroz" (6).

Como se caracteriza a "riqueza e a opulência"?

Nos municípios do Norte se iniciou com a cana de açúcar:

"Todos esses fatores concorrem para fazer do final do século XVIII um período de grande progresso da agricultura brasileira...abrem-se novas regiões de grande produção açucareira como nos campos dos Goitacazes bem como em São Paulo, onde a cana, como já referi, se alastra para o Norte da capitania em demanda dos férteis solos de terra roxa de Campinas. No Litoral Paulista também São Sebastião e Ubatuba começam a se destacar como produtores de açúcar". (7).

No Litoral Sul, que conta com toda a retro-terra no único espaço em que a Serra de fato se afasta do mar por mais de 80 km., segue-se uma série de curtos e efêmeros ciclos econômicos que se iniciam com o ouro desde o início do século XVII.

"Entretanto a foz do Ribeira de Iguape, pouco ao norte da barra de Icapara e, portanto, não muito distante do núcleo de Iguape, constituindo a porta de entrada para a retro-terra pois que serve a interessante sistema fluvial navegável. Não tardou a indicar o caminho do interior aos primeiros povoadores. Tanto mais que pelas características do seu curso, o Ribeira, bem antes de encontrar o caminho do mar, passa muito próximo da cidade de Iguape. Esse rio iria se tornar o caminho normal para o interior, do qual Iguape seria o ponto de partida, o que não impediu que algumas das primeiras incursões, e não nos referimos apenas as verdadeiras bandeiras, se fizessem a partir de Cananéia. Assim é que, segundo o trecho manuscrito, cópia do livro do Tombo dessa cidade, transcrito por Paulino de Almeida: "depois de 50 anos mais ou menos de criação desta vila, que já se contava o ano de 1637, se descobriu no sertão de sua terra firme minas de ouro..."(8)

O escasseamento do metal precioso já em meados do século XVII, que não permitiu um povoamento seguro da retro-terra e, por outro lado, o desenvolvimento das minas gerais levaram a extinção desse curto ciclo econômico na área. Seguiu-se outro, o da construção de barcos, com a formação de inúmeros estaleiros, tanto em Iguape quanto em Cananéia. A desestruturação da economia local leva a um outro ciclo, desta vez agrícola, isso logo após um período de crise que se prolonga até inícios do século XIX. O arroz, em toda a região sob a influência do rio Ribeira, cria um período de grande êxito econômico. que se prolonga até meados do século XIX.

Assim, a economia do Litoral Norte, baseada em produtos de exportação, o açúcar e o café (século XVIII e XIX) e a do Litoral Sul, fundamentada na mandioca e no arroz, só podem ser entendidas dentro do contexto da economia colonial. O esquema que já se mostra historicamente situado por Caio Prado Junior, em "Formação do Brasil Contemporâneo" foi desenvolvido por Paul Singer em "Desenvolvimento e Crise" e em "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana". Segundo esses autores a economia colonial, que nada mais era que o sistema capitalista em expansão, se formava de dois setores fundamentais: O setor de mercado externo e o setor de subsistência, cuja expansão posterior evoluiria para a criação do mercado interno.

"Estruturalmente compõem-se a economia colonial de 2 setores básicos: o setor de mercado externo, especializado, produzindo artigos "coloniais" para o mercado mundial e um setor de sub-sistência, com baixo grau de divisão de trabalho em que se produzem os elementos de subsistência para os que atuam em ambos os setores. Um setor de mercado interno existe apenas na medida em que não é possível importar certos serviços (comerciais, de transporte, etc.) e bens do exterior e que são, portanto, produzidos mercantilmente na própria economia colonial" (9).

Uma das características dessa economia colonial e que se manifesta, como se verá, nas duas regiões estudadas é a da sua evolução cíclica. Os dois setores, exportador e o de subsistência, vivem como reflexo de um centro decisório que está fora deles: a demanda internacional. A forma com que se processa a exploração dos produtos de alto preço no mercado internacional e a própria concorrência em termos de custo, levam a economia ao esgotamento produtivo e ao declinar do ciclo. Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao processo e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, tem sua origem no próprio caráter da economia brasileira acima analisado. Como vimos são em bases precaríssimas em que ela se assenta"...

"Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava. Para isto, imediatamente se mobilizam os elementos necessários: Povoam-se uma certa área do território mais conveniente com empresários e dirigentes brancos, e trabalhadores escravos verdadeira turma de trabalho; desbrava-se o solo e instala-se nele o aparelhamento material necessário, e com isto se organiza a produção. Não se sairá disto, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem: continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis ou da conjuntura econômica favorável. Depois abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, outras perspectivas. O que fica atrás, são restos, farrapos de uma pequena parcela da humanidade em decomposição". (10)

Se, em termos de ciclo econômico, as duas regiões situadas se confrontam de maneira tão bem caracterizada pelo autor, as funções desempenhadas por elas também se ajustam as exigências do Brasil-Colônia.

Essas funções se relacionam com a posição da capitania de São Vicente e posteriormente província de São Paulo. A direção da ocupação e do povoamento desta

região é por demais conhecida, razão por que o trabalho limitar-se-a á apresentar as linhas mestras do processo, para inserir aí, as áreas do Litoral Norte e Sul de São Paulo.

Como toda a colonização brasileira, a paulista, localiza-se inicialmente na parte litorânea. No entanto, espremida pelos contrafortes da Serra, quase isolada do interior pelos obstáculos naturais, a ocupação desta área, apesar de ser uma das primeiras do Brasil, estacionou logo em fins do século XVI. Outro fator que deslocou do Sul o primeiro ciclo econômico importante, o da cana de açúcar, foi a posição distante da fonte de colonização, e dos grandes mercados coloniais europeu. O desenvolvimento da agricultura foi seriamente afetado por esse afastamento, tanto que São Vicente, importante centro açucareiro no início, já em fins do século XVI entra em decadência.

Esgotado esse efêmero ciclo de cana de açúcar, a então capitania de São Vicente entra num marasmo que se prolonga até fins do século XVII. fortalecendo-se uma "economia de subsistência". Segundo Paul Singer, nos dois primeiros séculos, enquanto o Nordeste estava vinculado a economia açucareira de exportação, outras áreas sofriam o processo de ocupação do colonizador branco pelo estabelecimento de uma economia de subsistência "pura". O autor explica o fenômeno afirmando que a economia de subsistência também pode produzir um excedente, cujos produtos, por vezes, eram exportados para o setor ligado ao mercado externo.

"A economia de subsistência tem uma capacidade de expansão própria que independe de qualquer fator econômico externo, ao contrario da economia de exportação. Esta força expansiva é função primordialmente da pressão demográfica e da disponibilidade de terra. Se a população aumenta, por imigração ou crescimento vegetativo e se houver terras virgens disponíveis, a economia de subsistência pode-se espriar por áreas consideráveis, maiores mesmo que as ocupadas pela economia de exportação. Foi este o caso da região que constituía o hinterland na cidade de São Paulo". (11)

Ainda segundo o mesmo autor, é esse o caso da economia paulista nos dois primeiros séculos. A ligação com a economia açucareira do Nordeste se deu através do apresamento do indígena e da venda dos escravos deste resultante, aos exportadores de cana de açúcar. Ao final desta atividade surge a mineração em Minas Gerais e a capitania quase se despovoa, tal o número de paulistas que partiram a procura do metal precioso. Nesse período, que se prolonga até fins do século XVIII, São Paulo se torna centro abastecedor das Mina. Forma-se uma corrente de exportação para aquela área, existindo até crises de falta de alimento em São Paulo e cidades vizinha. Finalmente, em fins do

século XVIII, com a decadência das Minas, registra-se em São Paulo, o que Caio Prado Jr. denomina o "renascimento da agricultura", adquirindo a capitania um modesto setor exportador de cana de açúcar produzida tanto no Litoral Norte (São Sebastião e Ubatuba) quanto no centro (Campinas e Itú).

Enquanto isto ocorre na capitania como um todo, qual é o ritmo econômico do Litoral Sul?

Infelizmente não foi possível elaborar séries de informações que permitissem um acompanhamento mais aprofundado da dinâmica sócio-econômica do Litoral Sul, nos três primeiros séculos de colonização. As informações à mão, revelam no entanto, que a região participa das mesmas características de economia subsidiária e dependente dos outros centros dinâmicos da exportação. É uma "economia marginal", mas não no sentido de economia isolada, que costumeiramente se atribui ao termo. Aliás, esse é um ponto que acarreta muitas distorções na análise da evolução econômica da região estudada. Mesmo nos períodos de retração a subsistência mais nítida, ela participa, ainda do todo econômico, como setor marginal.

Antonio Paulino de Almeida (12) e Young (13) relatam fielmente a história da região nos três primeiros séculos. O primeiro ciclo econômico foi o da mineração. Segundo Young (citado por Krug) é pena que não seja possível organizar uma estatística da quantidade de ouro extraída das minas deste distrito Iguape, porém por um grande número de Termos de Vereança e de entrega dos quintos reais que existem nos livros da Câmara de 1731 e 1752, juntamente com os livros de Assento da oficina que remontam ao ano de 1668, "creio que será aquém da verdade, calculando a extração em 15.000 oitavos no ano" (14). Tal foi a riqueza reinante que as transações comerciais de Iguape de então, eram feitas em ouro em pó. "Por tradição, consta que o povo da região, na mudança da Vila (de Iguape) nos anos imediatamente anteriores a 1637, faziam à sua custa a Igreja, a Casa de Seções da Câmara e a Cadeia, e uma outra casa para servir para a fundição de ouro. A mineração durou até o descobrimento das Minas Gerais no ano de 1697, pouco mais ou menos em que ficou rezando, porque quase todos os mineiros ausentaram aqui para as ditas minas" (15). O resultado desse curto ciclo minerador foi o início do povoamento da área que seguia o curso do rio Ribeira até Apiaí e Iporanga. Antes de mais nada de Xiririca (atual Eldorado) em cujos arredores, em 1776 "existiam 21 moradores que, com seus escravos e mumbavas somavam 237 pessoas trabalhando só na exploração do ouro" (16). Uma outra consequência desse efêmero ciclo foi a definição de Iguape como "cabeça regional", para onde vinha, para ser fundido, todo o ouro do "hinterland".

O outro ciclo, logo após o do ouro, foi o da construção naval:

"Somente a luz da história ou por meio da tradição é possível conhecer-se a importância que chegou a ter Iguape nos tempos provinciais. E como prova do que foi outrora, a histórica cidade paulista ainda ali podem ser observadas algumas das suas construções que são um atestado rico de sua antiga riqueza e opulência. Essa época feliz não foi por certo a da mineração do ouro mas sim, a do tempo em que se afervorou o trabalho nos estaleiros de construções navais quando, mais intenso se tornou o transporte de mercadorias por intermédio do seu porto que desfrutou durante largos anos, a primazia de entreposto comercial dessa vastíssima região Sul paulista, a primeira a ser povoada na capitania de São Vicente". (17)

São coincidentes para Cananéia as informações referentes a construção naval, de Higinio dos Santos:

"Em Cananéia tomou bastante incremento a indústria da construção naval, que teve seu apogeu em 1734. Essa importante indústria, não obstante informações ultimamente vindas à lume, nos deram conta que desde 1639 já era ali conhecida, principiou a ser explorada em 1711, com o levantamento de inúmeros estaleiros. Neles assentaram-se as quilhas de inúmeras embarcações, algumas das quais pelas suas dimensões consideráveis chegaram a viajar até Lisboa".(18)

Nesse curto ciclo artesanal, mostra-se ainda a precariedade econômica em que jazia a economia paulista. Qualquer estímulo externo fazia com que a população abandonasse atividades anteriores, ligadas à agricultura, concentrando-se nas mais recentes. Por vezes era necessária a intervenção das autoridades para que não houvesse um esvaziamento do setor voltado para a subsistência, segundo informação de Antonio Paulino de Almeida, transcrita por Mourão. O abandono de uma parte da população dedicada a agricultura para a construção naval, levou a Câmara de Cananéia a "decretar uma multa de 3 mil réis e 3 dias de detenção a todos os homens válidos que em suas terras não plantassem um mínimo de 300 pés de café e 300 pés de mandioca". (19)

Aliás esse tipo de intervenção parece ser generalizada, especialmente nas áreas produtoras para o mercado externo. Isto ocorre sobretudo nos momentos de alta dos preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e as atenções de voltam

inteiramente para ela e as culturas alimentares são desleixadas e abandonadas, situação paradoxal porque e a miséria e a fome ombreavam com a prosperidade daqueles preços elevados". (20)

No entanto, mesmo durante a fase áurea dos estaleiros, a região já começava a se especializar na cultura de mandioca e posteriormente do arroz. Configurava-se o tipo de lavoura de subsistência, tal como definimos anteriormente, Tanto Cananéia quanto Iguape, já exportavam cereais para o Rio de Janeiro, Santos, São Sebastião; são centros urbanos, entrepostos da economia de mercado externo. Já então começaram a se registrar os altos e baixos reinantes no mercado de exportação: a oscilação de preços dos produtos de subsistência.

Em meados do século XVII, a produção dos artigos de subsistência era considerável.

"Era geral a abundância. Cananéia por exemplo era habitada dos mais opulentos lavradores, de cujas fábricas, com a soma de muitos mil alqueires de farinha de mandioca, repartida ou vendida por diferentes embarcações que carregavam do dito gênero, se ajudava a sustentar a cidade do Rio de Janeiro, e da Colônia: por esta causa se seguiram novas abundâncias.. "Ainda no ano de 1780 - reza o Livro do Tombo - era a fartura de nosso pão com tal excesso do costumado que assim continuando, em cada um dos anos seguintes, até o ano de 1786 começou a ser quase de todos desprezado pelo inestimável preço que pela sua abundância chegou a merecer". (21).

A mesma coisa ocorria no hinterland de Iguape, como se pode observar pela citação de Krug a respeito de Xiririca: (22).

"Crescendo o número de trabalhadores, é lógico que o trabalho feito por eles aparecesse mais; maiores roças eram plantadas, negociantes se estabeleciam e procuravam auferir, por meio de sua exportação, maiores vantagens e, como muitos gêneros deviam vir de fora, estabeleceriam-se regular importação e exportação, como mostram os seguintes dados: "Já desde o ano a muito antes, de 1790 começarão alguns moradores desta Freguesia a aplicar-se a plantação de arroz, segundo as noticias daquele tempo, mas não era cultivado este gênero de lavoura com tanto empenho e generosidade, enquanto senão procurava e pedia constante e amavelmente já subindo, já descendo o preço e algumas vezes se abandonava a mais infima estimação até que elevou-se o principal fundamento do comércio desta

Freguesia do ano por diante de 1807, com a transmigração de Sua Magestade Fidelíssima de Portugal, para este reino do Brasil. Então foi que a Indústria e a Arte tentarão os Engenhos de virar com água tanto por cima como por baixo: depois que, apenas se contarão três até quatro de virar por cima e fazendo-se maior e mais constante a estimação deste genero, começou-se da mesma sorte a ser maior a importação, o comércio de fora da Fazenda Secca. Fazendo um cálculo prudente a vista do que se tem sabido exportar-se cada ano deste referido genero, segundo há menor felicidade das colheitas, chega ate 20\$00 alqueire do arroz em casca e 10\$00 o pilado".

Em 1787, surge uma primeira crise nas exportações dos portos da então Capitania de São Paulo, que iria beneficiar unicamente Santos. O então Capitão General Bernardo José de Lorena, publicou um edito proibindo o comércio das vilas do Litoral com outros portos fora da Capitania, a exceção de Santos, para onde deveria convergir o comércio

"Examine a quantidade de assucar q há nessa Vá e suas vizinhanças e os seus preços e tanto pelo tanto não deixe sair nenhum pa o Rio de Janr^o enquanto houver quem queira nessa capitania ou para hir embarcar-se para a Europa no porto de Santos". Ou ainda "Poderao transportar-se para fora, sem que seja preciso alcansar-se licença: milho, feijão, farinha, toucinho, fumo e todos os pomos e raizes que a terra produzir. Não podera, porém, transportar-se louça, batas sem que primeiro se rogue licença, Não podendo sahir assucares, gomas, arrozes sem que primeiro, se alcança licença".. (23)

Iguape, já um centro exportador de arroz mas principalmente Ubatuba e São Sebastião, o porto mais importante da Capitania se ressentiram rapidamente das consequências e as diversas representações, oficialmente da Vila de São Sebastião, clamavam em vão pela "liberdade do comércio" pois os pesados tributos a serem pagos na Vila de Santos consumiam os lucros dos comerciantes. Em Santos uma pipa de aguardente valia 24\$000, quando no Rio de Janeiro valia 50\$000. Esses fatos citados também por Mourão (24) merecem análise mais aprofundada.

Em primeiro lugar, o fato deve ser interpretado como uma parte da política do monopólio comercial então vigente que visava a perpetuação de uma economia segmentada e vinculada somente à Metrópole. Por outro lado corresponde a uma

política vigente em outras capitanias do Brasil, em que o afã de produzir artigos de alto valor no mercado metropolitano levava as áreas exportadoras a não plantar produtos alimentícios. As inúmeras leis que obrigavam no Nordeste, os lavradores de cana a plantarem pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço não deram resultado.

A desobediência geral a essas leis levou a proibições de se exportar produtos alimentícios para fora da Capitania. Isso, de fato ocorreu na Bahia, a partir de 1786, portanto no mesmo ano em que leis semelhantes eram publicadas em São Paulo.

Paulino de Almeida, comentando o assunto, ressalta "A capital necessitava de gêneros. Santos reclamava-os também. E sendo o transporte marítimo o mais rápido ponto, não era admissível continuar aquela liberdade de comércio para outros pontos fora da capitania". (25)

A centralização em Santos, onde somente alguns compradores monopolizavam os preços e o negócio, levou ao desespero os agricultores do litoral Norte que deitavam fogo aos canaviais e desarmavam seus engenhos.

Essa situação se prolongou até a abertura dos portos e o livre comércio em 1808. O comércio de novo se intensifica, e as cidades-entrepósitos do Litoral Paulista retornam a seu prestígio, abalado pelo arrocho do monopólio colonial.

"Declarou mais que a plantação do paiz vai cada vez mais augmentando por que a maior parte ou quazi todos os habitantes se applicão na cultura e prezentemente vão se admitindo na plantação de café cujo gênero daqui a alguns annos ha de haver com abundância a proporção do estado, digo, a proporção do Paiz, além disso plantão canas e vão levantando algumas engenhocas. por inquanto em. fabricação aquardentes e pello tempo em diante se der este gênero ha de haver quem mais se applique a elle e levantarão, então fábricas maiores. De todos os gêneros que se plantão no Paiz que super abunda hé arroz por ser lavoura a que todos se inclinão, por ser algun tanto fácil o seo beneficio a proporção de outros gêneros, por vir a colher-se logo e por ser o seu preço a convidar ao lavrador mas este dito anno de 1806 não acontesseo assim aos moradores de Xiririca por causa da xeia do Ribeira, como se dirá".(26)

Já no século XIX as cidades do Litoral Sul, especialmente Iguape, terão um rápido ciclo de riqueza, baseada no arroz, que se prolonga até meados do século. Ao

Norte, Ubatuba e São Sebastião vão assumindo posições de destaque com a introdução da cultura cafeeira.

A partir do início do século já existem informações mais seguras bem como algumas séries estatísticas que permitem certas conclusões sobre o desenvolvimento da área estudada. Agruparam-se as informações em torno dos itens: crescimento da população, mão-de-obra livre e escrava, volume e valor da produção, rendas municipais e exportações.

É preciso salientar, no entanto, que dada a precariedade das fontes de informações, as análises visam, antes tendências gerais, que conclusões precisas sobre os processos em estudo.

1.2.1. Litoral Sul e Vale do Ribeira

1.2.1.1. Importação e Exportação

Por volta do início do século XIX, com a decadência dos trabalhos da mineração ocorre também em São Paulo, o fenômeno que Caio Prado denomina de "renascimento agrícola".

Nesta província, a cultura fundamental, que logo depois seria substituída pelo café, é a da cana de açúcar. Bem como em São Paulo, onde a cana, como já me referi, se alastra para o Norte da Capitania em demanda de férteis solos de terra roxa de Campinas. No Litoral Paulista, também São Sebastião e Ubatuba começam a se destacar como produtores de açúcar".

Até próximo de 1836, a exportação açucareira ultrapassa o café, como pode-se perceber pelas informações de Adolfo Pinto. citadas Por Taunay." (27)

QUADRO 1

EXPORTAÇÃO PAULISTA EM 1825

GÊNERO	ARROBAS	VALOR
Açúcar	343.524	623:024\$160
Café	141.663	250:782\$500
Arroz	98.418 (alqueires)	80:359\$980

No que diz respeito as duas áreas estudadas - Litoral Sul (Iguape) e Litoral Norte (Ubatuba), a agricultura, principal atividade econômica, em cada época, parecia exercer funções diferenciadas em ambas as regiões. Em Iguape e adjacências, a produção fundamental era a do arroz e da mandioca (Cananéia) com a finalidade de abastecer os grandes centros exportadores da época, enquanto que o Litoral Norte, participava mais intensamente dos grandes ciclos de exportação (açúcar e café), primeiro como porto exportador de todo o Vale do Paraíba e segundo, como município produtor, apesar de sua exígua faixa de terra cultivável.

Assim, cruzando os dados de produção agrícola e exportação, apesar da precariedade das informações, pode-se acompanhar a evolução econômica da áreas estudada.

Iguape, como se viu anteriormente, desde fins do século XIX, especializara-se na produção do arroz.

"Não podemos precisar a data em que se principiou esta lavoura nos municípios de Iguape e Cananéia porém no começo do século desessete (ou 18) a produção de arroz, nessas localidades, era relativamente grande, fornecendo aos mercados de Santos e Rio de Janeiro considerável quantidade deste cereal e d'ahi em diante continuou como das lavouras principais para exportação." (28)

QUADRO 2

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO ARROZ EM IGUAPE

ANOS	LITROS
1836	5.323.320
1898	3.292.000
1901	4.380.720

Fonte: 1836, MULLER Daniel - "Ensaio d'un Quadro Estatístico
Província de São Paulo"

1898/1901 - "Anuário Estatístico do Estado de São Paulo"

Como se pode verificar pelo Quadro 2. até começo do século XX, a produção do célebre "arroz de Iguape" manteve-se fluando em torno da média de 3 a 5 milhões de litros por ano (ou 21.000 a 35.000 sacos de 60 kg.).

Ao lado das terras disponíveis para o cultivo de arroz, que se estendia já por todo o curso do Rio Ribeira, implantava-se um sistema de beneficiamento bastante significativo como se pode observar pelo quadro seguinte:

QUADRO 3

INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS

LITORAL SUL	1836		1852		1925	
	Engenhos de açúcar e aguardente	Engenhos de Arroz	Engenhos de açúcar e aguardente	Engenhos de Arroz	Engenhos de açúcar e aguardente	Engenhos de Arroz
IGUAPE	Incluída	82	-	40	-	18
XIRIRICA		em Iguape	-	47	-	-
CANANÉIA		12	-	20	-	-
TOTAL DA PROVÍNCIA	991	119	-	130	-	-

Fonte: 1836 - MULLER - op. cit.

1852 - Discurso de Tomas d'Áraujo à Assembléia Legislativa

1925 - EGAS - EGAS, E - "A municípios paulistas" - 1925 - S.P.

Como se contata, em 1836, Iguape e Cananéia respondem por quase 80% dos engenhos de arroz em toda a província de São Paulo, o mesmo ocorrendo em 1852. Já em 1925, o número de engenhos de arroz, reduz-se consideravelmente em Iguape, para desaparecer em Cananéia.

No começo do século XX, pelas poucas informações de que dispõe, sabe-se que a produção do arroz decaiu bastante.

"A exportação do arroz do porto de Iguape atingiu ao máximo de 72.000 saccos por anno que correspondem a 11.520.000 litros de arroz em casca, contando que 160 litros em casca produz um sacco pilado... Ultimamente a exportação tem sido, mais ou menos, 40.000 saccos por anno, que correspondem a 6.400.000 litros de arroz em casca." (29)

Os dados de exportação permitem uma visualização melhor da comercialização do arroz, principal produto de exportação regional.

QUADRO 4

EXPORTAÇÃO DE IGUAPE

1824	53.387\$000
1835/36	98.126\$980
1850/51	166.988\$234
1859/60	385.224\$136
1866	464.646\$868
1879	14.161\$600

Fonte: 1824 - FORJAZ, Djalma - "Estatística da Província de São Paulo"

1936 - MULLER, Daniel - Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo"

1850/51 - Discurso do Presidente da Província - Tomas N. d'Araujo à Assembléia Legislativa - 1852.

1866/67 - Relatório apresentado a Assembléia Legislativa de São Paulo, pelo conselheiro Saldanha Marinho 1868

1879 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo por Laurindo A. de Brito - 1881

Como se pode observar, Iguape, em suas exportações está no auge de 1866, para apresentar um decréscimo acentuado a partir de 1879. Aliás, o mesmo fenômeno pode ser observado analisando-se algumas informações que dizem respeito as receitas provenientes da exportação.

QUADRO 5**RECEITAS DE EXPORTAÇÃO**

IGUAPE	RECEITA EM MIL RÉIS	CANANÉIA
1851/52	7.017\$000	909\$000
1853/54	12.529\$724	403\$909
1878/80	15.991\$311	-
1895	10.236\$757	803\$226

Fonte: 1851 - Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial - 1855.

1853/54- Idem

1879/80 - Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Província de São Paulo, por Laurindo A. de Brito - 1881

Para se ter uma visão geral da relação de importância entre Iguape e os demais portos exportadores, veja-se a Tabela 3, relativa à exportação dos principais portos da Província, que está no fim da primeira parte deste trabalho.

Um outro aspecto que pode lançar alguma luz sobre a configuração econômica de Iguape/Cananéia e a análise da pauta de exportações desses municípios no período analisado.

Em 1835/6, Iguape e Cananéia exportaram os seguintes produtos principais, segundo Muller:

QUADRO 6**EXPORTAÇÃO DE IGUAPE-CANANÉIA**

IGUAPE	QUANT.	VALOR	CANANÉIA	QUANT.	VALOR
Arroz	58.835 alq.	93:976\$000	Arroz	2.250	4.080\$000
Café	160 arrobas	409\$600	Farinha de Mandioca	264 1/2	211\$600

Em Iguape, portanto, a quase totalidade das exportações consiste em arroz que se destina ao Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e São Sebastião. Esse centro responde então por mais de 1/3 da produção de toda a Província, que segundo Muller, estava por volta de 341.220 alqueires (dos quais 118.296 são produzidos em Iguape). As importações regionais também revelam intenso comércio entre Iguape (e Cananéia em 2º plano) e a Capital da Nação Rio de Janeiro. Os principais produtos importados estão relacionados no quadro 7.

QUADRO 7

IMPORTAÇÃO DE IGUAPE-CANANÉIA (1836)

IGUAPE	IMPORTAÇÃO	CANANÉIA	IMPORTAÇÃO
Rio de Janeiro	90:029\$600	Rio de Janeiro	8:472\$000
Santos	14:476\$000	-	-
Paranaguá	5:324\$000	-	-

Ainda segundo Daniel Muller, o Rio de Janeiro supre Iguape com fazendas, secos, molhados, ferro, chumbo, pólvora ferragens, farinha de trigo, louça e quinquilharias. De Santos importava açúcar, fumo, sal e carne.

Desde 1839, segundo Mourão,

"o porto de Iguape começou a ser demandado por navios a vapor, da linha Rio de Janeiro, Porto Alegre, e tornou-se o centro comercial do Sistema Hidrográfico do Rio Ribeira de Iguape. Enquanto isso, Cananéia progredia também. Em seu porto, os barcos a vapor da praça do Rio de Janeiro, descarregavam tecidos e outros produtos de consumo... A forma de comercialização pelo porto de Iguape é um pouco diferente. No que diz respeito a zona próxima a cidade o esquema é idêntico. Os sitiante utilizando canoas demandam o porto, onde, junto as casas comerciais procediam as trocas. Mas, no que diz respeito ao movimento comercial do Alto Ribeira, este é centralizado por casas comerciais que se localizavam nas cidades ribeirinhas, principalmente em Xiririca - que perde mais tarde para Juquiá com a chegada dos trilhos. Os comerciantes dessa cidade utilizam o comércio e se

encarregam do transporte dos produtos até o porto de Iguape. Para atestar o movimento, no velho porto lá estão os velhos casarões, que serviam de armazéns. Basta recorrer aos antigos relatórios e estatísticas para avaliar o desenvolvimento atingido". (30)

Nos anos subseqüentes até fins do século XIX, essa movimentação continua intensa.

Em 1859/60, Iguape ainda consegue se colocar no quinto lugar entre os municípios exportadores, com 61.000 alqueires de arroz. Em 1866, já é o sexto município da Província de São Paulo com uma exportação de 2.939.548 litros de arroz no total de 2.951.652 litros conseguidos por toda a Província. Em 1895, Iguape passa para o 19º lugar entre os municípios exportadores, mas ainda é responsável por grande parcela do arroz exportado.

1.2.1.2. Receitas Municipais

Um outro indicador que permite visualizar a evolução e a decadência dos municípios do Litoral Sul e a Receita Municipal.

No estudo de Ernesto Young (31), pelos assentos do arquivo da Câmara de Iguape e possível obter exemplos da procedência dos impostos que compunham a receita municipal desde 1796/1828.

"Além do imposto sobre aguardente, que até o ano de 1734 era de 750 réis por barril para os moradores da villa e 1\$000 para as pessoas vindas de fora, havia mais os seguintes: vinho: 400 réis por medida. Vinagre: 350 réis por medida. Azeite 160 réis por canada. Fumo: 160 réis por arroba. Algodão: 240 e 320 réis por peça. Congonha (erva mate): 80 réis por adega... Como também, em 1799 os seguintes impostos: fumo por arroba, 40 réis, arroz pilado por alqueire 10 réis, café por litro, 2 réis, sal por alqueire, 200 réis. Há ainda outros tipos de impostos que compõem a receita municipal tais como: imposto sobre a venda de escravos, impostos de exportação e importação etc."

Como há muita dificuldade em deflacionar os valores nominais que acima se mencionam, resolveu-se colocar, o lugar que estes municípios ocupavam na Província (depois Estado) de São Paulo, a partir das porcentagens conseguidas sobre a soma das receitas municipais, seguindo-se as modificações de posição no decorrer de diversos anos. (Quadro 8)

Iguape, por exemplo, em 1836, dentre os 40 municípios que compunham a província de São Paulo, ocupava o 15º lugar, conservando boa colocação até as duas últimas décadas do século XIX, com 2,6% do total das rendas municipais. Assim, em 1870, dentre os 62 municípios paulistas, Iguape ocupava o 23º lugar, com 1,6% do total da receita. Em 1896, portanto 26 anos depois, o referido município, já passava para o 65º lugar, com 0.2% do total da receita, e em 1907 decaiu, ainda mais, para o 89º lugar, num total de 231 municípios.

Por esse quadro, percebe-se que o mesmo processo ocorre em Cananéia e em Xiririca (depois Eldorado).

Cruzando as informações sobre a receita municipal número de "indústrias agrícolas", produção agrícola, exportação, podemos situar, a grosso modo, a última década do século XIX e a primeira do século XX como a etapa em que a decadência econômica da área estudada alcança seu período crítico.

QUADRO 8

RECEITAS MUNICIPAIS NO LITORAL SUL 1802 e 1836

LOCAL	1802	LUGAR	%	1836	LUGAR	%
Iguape	351\$164	-	-	1.000\$00	15	2.6
Xiririca	-	-	-	208\$000	-	-
Cananéia	143\$984	-	-	40	33	0.5
Nº de Município	-	-	-	38.228\$300	-	-
Soma das receitas municip. da Província	-	-	-		--	100

RECEITAS MUNICIPAIS NO LITORAL SUL
1846 e 1851

LOCAL	1846	LUGAR	%	1851	LUGAR	%
Iguape	1.200\$508	16	1.7	1.209\$001	22	1.6
Xiririca	-	-	-	708\$032	30	0.9
Cananéia	348\$050	41	0.5	272\$143	46	0.4
Nº de Municipios	46	-	-	50	-	-
Soma das receitas municip. da Província	70.533\$052	-	100	74.518\$168	-	100

RECEITAS MUNICIPAIS NO LITORAL SUL
1860 e 1870

LOCAL	1860	LUGAR	%	1870	LUGAR	%
Iguape	3.319\$208	19	1.4	5.980\$300	23	1.6
Xiririca	875\$000	43	0.4	-	-	-
Cananéia	690\$662	50	0.3	1.659\$520 62	45	0.4
Nº de Municipios	55	-	-	-	-	-
Soma das receitas municip. da Província	234.351\$584	-	100	368.843\$656	-	100

RECEITAS MUNICIPAIS NO LITORAL SUL
1880 e 1886

LOCAL	1880	LUGAR	%	1896	LUGAR	%
Iguape	15.991\$311	-	0.4	28.001\$748	65	0.2
Xiririca	-	-	-	8.610\$000	-	0.1
Cananéia	300\$000	-	-	5.872\$650	-	-
Nº de Municípios	-	-	-	130	-	-
Soma das receitas municip. da Província	3.768.465\$835	-	-	13.1442.582\$500	-	-

RECEITAS MUNICIPAIS NO LITORAL SUL
1896 e 1907

LOCAL	1898	LUGAR	%	1907	LUGAR	%
Iguape	28.870\$885	57	0.2	48.459\$410	89	0.1
Xiririca	8.737\$063	-	0.1	12.360\$000	-	-
Cananéia	4.645\$000	-	-	10.933\$000	-	-
Nº de Municípios	-	-	-	123	-	-
Soma das receitas municip. da província	13.077.298\$229	-	-	34.748.480\$365	-	-

RECEITAS MUNICIPAIS NO LITORAL SUL**1922**

LOCAL	1922	LUGAR	%
Iguape	160.433\$393	62	0.2
Xiririca	28.568\$356	133	-
Cananéia	25.168\$600	135	-
Nº de Municípios	246	-	-
Soma das receitas municip. da Província	89.915.360\$741	-	-

1.2.1.3. População em Mão-de-obra

Uma análise do aumento populacional mostra que a população do Litoral (Iguape e Cananéia), em fins do século XVIII, até meados do século XIX, apresentam taxas de crescimento elevadas e até acima da média da província. A partir de 1850 o índice de crescimento começa a estacionar e até a regredir quando se aproxima do século XX. (Quadros 9 e 10).

QUADRO 9**QUADRO DA POPULAÇÃO**

HABITANTES					
ANOS	1772	1836	1850	1879	1905
Iguape	1926	9396	15211	17128	15303
Cananéia	1117	1667	-	3945	5350
Taubaté	4909	11633	-	-	-
Itú	5431	11146	-	10821	-
Santos	3778	5863	7037	18933	-
Província	116975	326702	-	837314	-

QUADRO 10**ÍNDICES DE CRESCIMENTO**

ÍNDICES DE CRESCIMENTO				
ANOS	1772/1836	1838/1850	1850/1879	1879/1905
Iguape	387,8%	61,9	12,6%	-7,9%
Cananéia	49,2	-	-	35,6%
Taubaté	136,9	-	-	-
Itú	105,2	-	-	-
Santos	55,1	20,0	169,0	-
Província	179,4	-	-	-

Fonte: 1772 - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1901

1836 - Muller, Daniel - Quadro Estatístico da Província de São Paulo

1850 - Taunay, A. E. de - citando Antonio Rubião de Almeida op. cit. .

1879 - Brito, Fernando A. - Relatório: Assembléia Provincias de São Paulo - 1881

1905 - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Quanto a mão-de-obra ocupada na lavoura, a relação entre pessoas livres e escravos pode oferecer um indicador do dinamismo populacional e econômico do Litoral Sul. (Quadro 11)

QUADRO 11**EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA**

Porcentagem da população escrava sobre total de população

ANOS	1722	1828	1836	1879
	%	%	%	%
Iguape	19,2	29,4	31,1	15,8
Xiririca	-	--	-	13,4
Cananéia	40,5	30,9	30,6	12,6
Santos	45,0	62,6	40,7	19,5
Taubaté	59,5	-	30,0	-
Itú	52,2	-	42,2	32,3
Província	21,0	26,0	26,6	18,4

A evolução da população escrava parece acompanhar também o processo econômico sofrido pelos municípios de Iguape e Cananéia no século passado. No primeiro município, em 1772 havia 19,2% de população escrava sobre a população global, porcentagem inferior a demonstrada pela então Província de São Paulo, que era de 21%. Cananéia, por outro lado, apresentava uma população escrava de 40,5%, bem acima da média da Província. Cananéia, como pode se ver, ainda estava no auge da produção de barcos.

"Muito apreciável nos tempos do Império, a construção naval decaiu inteiramente nos últimos decênios, sendo hoje quase nula. Assim, já nos tempos coloniais, Cananéia se tornou conhecida pelas suas construções navais que em 1782 chegaram ao máximo de desenvolvimento, sendo iniciadas em 1711, quando foi construída a célebre nau Cananéia, que por muitos anos se conservou em Lisboa, por sua originalidade e tradição".. Do Livro do Tombo, porém, consta que no ano de 1782 operou-se o povo na obra naval, chegando a ter essa vila 16 estaleiros. (32)

Já em 1828 a população escrava em Iguape sobe para 29,4% superando a média da província. Alcança 31,15 em 1836, superando municípios de expressão na cafeicultura mais forte, que era a do Vale do Paraíba, onde Areias tinha 29% de negros e Taubaté 30%. Já o Litoral Norte apresentava uma população escrava de 41,6% em 1836, enquanto que Itú, por exemplo, atingia 42,2%. (Quadro 11)

Em 1879, há uma queda violenta na proporção da população escrava em Iguape (acompanhando o que praticamente ocorre em toda a Província) passando para 15,8%, enquanto que a população negra para a Província, abaixa de 26,5 em 1836 para 18,7% em 1879. Em Cananéia dá-se a mesma queda, no último ano estudado, passando os escravos a representar apenas 12,6% do total da população.

Petrone analisando o mesmo problema, escreve:

"Por outro lado. não é difícil também, perceber, a relativa decadência do continente de escravos, o que foi decorrência da não implantação, na região, de uma lavoura comercial absorvedora de mão de obra, e em parte, da própria decadência regional, sem se falar que tanto as antigas lavouras de arroz, quanto as iniciativas dos moradores dos núcleos coloniais, se escudavam no cultivo direto, trabalho livre, portanto." (33)

Entretanto, Petrone não comprova sua afirmação de que as antigas lavouras de arroz se escudavam no cultivo direto, livre portanto. O aumento da produção de arroz e sua exportação que dobra entre 1824 e 1835, e triplica entre 1835 e 1851 acompanha o aumento populacional e da mão de obra escrava ocorrida, ao menos no primeiro período citado. É mais lógico se supor, que no período de produção de arroz mais significativa, a mão de obra fosse, de fato, escrava.

As únicas informações encontradas foram posteriores a 1888, onde não havia mais o trabalho escravo:

"Entre os meses de agosto a dezembro procede-se a derrubada das mattas, serviço este que geralmente é feito por meio de mutirões, os mutirões de adjutórios são serviços feitos colectivamente pelos vizinhos do lavrador, os quais foram convidados e unidos para trabalhar, recebendo a preciosa alimentação. Aparentemente esse systema adianta muito o serviço, mas attendendo o que o trabalhador visa em tais condições é por isso que a despeza feita pelo serviço não é relativamente pequena, verifica-se que esse systema de mutirões é absolutamente prejudicial". (34)

A verdade é que a transferência do eixo econômico do café do Litoral para o Interior, e a necessidade de mão de obra nesse setor, especialmente com a proibição do tráfico negreiro em 1850, parece ter sido um dos fatores responsáveis pela desorganização do trabalho escravo no Litoral Sul.

Em todo o caso, parece ser bastante acertado o comentário de M. Pio Correia: "Como em toda a zona, e até como em todo o Litoral, os iguapenses não souberam ou não quiseram substituir pelo braço livre os 440:000\$000 de braços escravos que lhes foram tirados a 13 de maio de 1888, e daí data o segundo período de decadência de Iguape." (35)

Aliás, houve tentativas de substituir a mão de obra escrava: o malogrado processo de colonização.

As tentativas de fixar colonos europeus e norte-americanos na região, especialmente no Litoral Sul, foram várias e todas fadadas ao fracasso:

"Sulistas e norte-americanos, novaiorquinos, irlandeses, suíços e ingleses e mais recentemente alemães, austríacos, poloneses e japoneses encontram-se entre os contingentes que, em diversas épocas se dirigiram a região. As tentativas de colonização por parte de sulistas norte-americanos após a derrota na Guerra Civil

Norte-Americana, a tentativa do estabelecimento de novaiorquinos em Cananéia e atuação da colônia imperial de Cananéia, datada em 1861 e contando com migrantes ingleses e irlandeses, tiveram o mesmo fim". Trabalharam, suaram, produziram, mas não venderam o seu produto, e aos poucos esta Colônia foi-se desintegrando, seus membros sendo absorvidos por essa imensidão do Brasil". (36)

As condições do clima e do solo, as dificuldades de comercialização e a falta de administração desses núcleos, ao lado da precariedade dos meios de transporte foram, sem dúvida, as causas importantes do insucesso dessas colônias. No entanto, a causa principal residia na marginalização econômica da área, alijada pela economia cafeeira em expansão, desprovida de recursos e em franco processo de descapitalização. A inexistência de perspectiva para a cafeeira na região, não tornou possível repetir no Litoral, o milagre que os colonos europeus tinham realizado em outras áreas do Estado, criando um mercado interno, base para a expansão industrial.

1.2.1.4. Sistema de Comunicação

Uma das sub-hipóteses dessa primeira parte do trabalho, e que ao contrário do que se registrou no período de decadência do Litoral Sul, na época de expansão econômica, Iguape e Cananéia contaram com um sistema mais ou menos adequado de transporte. Esse sistema era sobretudo fluvial, pois toda a retro-terra é penetrada pelo rio Ribeira e, os seus afluentes (especialmente o Juquiá e o Jacupiranga).

Segundo Paulino de Almeida, o curso desse rio é calculado em 400 km, 150 dos quais navegáveis e através dele, no século passado, se atingia Juquiá (137 km) e Xiririca (144km).

"O Ribeira de Iguape, foi antes de tudo, meio de penetração no hinterland do Vale. Não só por esse motivo, como também por constituir o Ribeira a mais importante via de comunicação de toda a Zona Sul paulista, desde os tempos coloniais, foram as terras que lhe ficam adjacentes, preferidas pelos primeiros colonos que demandaram essa riquíssima região, nelas se estabelecendo por meio de títulos de sesmarias ou por simples posse manual, povoando-as desde as proximidades da barra, até as mais altas regiões, para onde nos primeiros tempos se dirigiram só primeiros mineradores, que deram lugar a formação de povoados como os de Ivaporunduba, Apiaí, Iporanga e muitos outros na região chamada da Ribeira-Acima". (37)

Situada a beira mar, era Iguape, o centro exportador de toda essa grande bacia hidrográfica de onde vinham os produtos agrícolas, descarregados no, porto da Ribeira,

no rio do mesmo nome, a poucos quilômetros da cidade. Daí os animais de carga transportavam os produtos até o porto de Iguape, junto ao Mar Pequeno, de onde zarpavam os navios carregados de mercadorias para os outros portos do Império.

Em 1827, inicia-se a construção de um canal ligando o Ribeira ao Mar-Pequeno para facilitar o transporte direto das mercadorias que desciam o rio. A constituição do solo e a violência das águas foram paulatinamente rasgando o canal cada vez mais, constituindo o chamado Valo Grande, ameaçando a própria cidade. O volume de terra que o Ribeira trazia, especialmente em suas freqüentes enchentes, irrompendo no Mar Pequeno contribuiu para diminuir aí o teor de salinidade, provocando grave desequilíbrio biológico, assoreamento ainda mais a barra de Icapara que já antes da abertura do canal era impraticável para barcos maiores. Segundo Martin Francisco Ribeira de Andrada, em 1805, "Esta, (a barra) é muito baixa, de maneira que não podem entrar embarcações e mesmo a da Ribeira, não admite embarcações grandes carregadas, e é pena, por que as dificuldades são na entrada, e no restante da Ribeira há bom fundo para toda costa de embarcações". (38)

Após 1839, começam a aparecer em Iguape os primeiros navios a vapor que faziam a linha Rio do Janeiro-Porto Alegre. E depois de 1840, vapores já eram empregados no transporte de pessoas e mercadorias na navegação através do Ribeira.

"Em meados do século XIX, portanto muitos anos antes da abertura do Valo Grande com o desenvolvimento da produção tornou-se evidente a dificuldade dos meios de transportes, pois o emprego das grandes canoas arrastando-se vagarosa e perigosamente pelas águas do Ribeira, muitas vezes navegando mais de 150 km. rio acima já não satisfaziam as necessidades da região. Assim foi necessário o emprego de embarcações maiores e principalmente mais rápidas e seguras, o que somente seria conseguido por meio da navegação a vapor, já então em pleno desenvolvimento pelo Litoral". (35)

E do fato, embarcações de mais de 100 toneladas, passaram a navegar o rio, movimentando todo o comércio de Iguape, com hinterland.

O movimento de navios nos portos do Litoral, revela o comércio então existente.

QUADRO 12

MOVIMENTO DOS PORTOS NO LITORAL PAULISTA

ANOS	1836	1852	1906		1908	
	Navios a vapor	navios	navios a vapor	navios a vela	navios a vapor	navios a vela
Santos	140	257	1149	64	1398	56
Ubatuba	13	-	43	-	-	-
São Sebastião	29	-	-	-	-	-
Iguape	23	45	86	25	69	17
Cananéia	10	-	-	-	-	-

O quadro acima demonstra que, enquanto o número de navios que saíram do porto de Santos passa de 240 em 1836 para 1454 em 1908; em Iguape há também uma evolução de 23 embarcações em 1836 para 111 em 1906. Após essa data, o número de navios começa a decrescer em Iguape e aumentar em Santos, revelando a prosperidade trazida pelo café.

A verdade é que, já em inícios do século XX, a navegação pelo sistema hidrográfico do Ribeira se desorganiza.

Para a maioria dos autores que estudam o fenômeno, a desarticulação desse sistema de transporte é explicado de modo parcial e incompleto, pois sugerem que a estagnação e o retrocesso da região, em termos econômicos, se deram em virtude da não existência de transporte. Parece ter sucedido o contrário: a desarticulação da economia baseada no arroz, (concorrência de outras áreas e baixa produtividade) que ocorreu no início deste século, fenômeno contemporâneo ao deslocamento do eixo econômico através do café, o enriquecimento do hinterland paulista cafeeiro e a polarização industrial da capital na primeira e segunda década do século XX são elementos muito mais significativos para a explicação da decadência litorânea.

Ao lado desses aspectos mais globalizantes, existe a rede ferroviária que sucede à navegação fluvial, deslocando o eixo do comércio em direção a Santos e São Paulo. A melhoria dos meios de comunicação entre o planalto e a capital significou para a região estudada a desarticulação do sistema formado pela "Cabeça Regional" - Iguape e a retro-terra que a alimentava:

"A par do assoreamento progressivo da barra de Icapara que vem dificultar a navegação e afastá-la de Iguape, determinando que a população da cidade iniciasse a debandada em direção a Santos e São Paulo, a inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiá (15 km) que em 1919 transportava para Santos 33.861 volumes enquanto apenas 4099 seguiam por mar"... vêm agravar a situação em Iguape: Esta estrada de ferro vem desviar parte das mercadorias da região do Alto e Médio Ribeira de Iguape para Juquiá, assim como a Companhia Sorocabana através da abertura ao tráfego do trecho entre São Paulo e Sorocaba (10 de julho de 1875) e depois seu prolongamento até Itapetininga, o fizera anteriormente deslocando em parte, o transporte de mercadorias do eixo litorâneo para o planalto" (40). A essa mesma conclusão chega Paulino de Almeida quando afirma: "É isso porque, a maior parte da produção procedente, não só do município, como de toda a região ribeirinha e que até então se encaminhava para a cidade, de onde era reexportada, principalmente para o Rio de Janeiro, passou a ser conduzida pela estrada de ferro, o que fez com que os vapores que até então frequentavam seu porto, desaparecessem como por encanto, mesmo porque quase toda a, importação destinada as vilas e cidades da região passou a ser feita pelo Juquiá". (41)

Assim, quando apareceram as primeiras estradas de rodagem na região (década de 30) e posteriormente a BR-116, o município nada tinha a exportar a não ser a própria população que evadiu-se com intensidade ainda maior.

A situação atual do Vale do Ribeira não parece ter respondido as expectativas que dela tiveram aqueles que, no início da década de 60, escreveram sobre as vantagens da BR-2, como fator de articulação regional: "Acreditamos, e em todo o presente trabalho aparece mais de uma vez que a presença da moderna BR-2, aliada a rede regional já existente, e em vias de ampliação significara o fim do isolamento da Baixada, integrando-a definitivamente no conjunto da área geo-econômica paulista". (42)

A verdade é que, passados 12 anos de abertura dessa rodovia, a exceção de um pequeno crescimento polarizado em Registro e ao longo da própria BR-2, a região continua exportadora de matérias primas e produtos tropicais e marginalizada do desenvolvimento porque passou o Estado nesta década.

Maria Isaura P. Queiroz, analisando o processo, afirma:

"A par do assoreamento progressivo da barra de Icapara que vem dificultar a navegação e afastá-la de Iguape, determinando que a população da cidade iniciasse a debandada em direção a Santos e São Paulo, a inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiá (15 km) que em 1919 transportava para Santos 33.861 volumes enquanto apenas 4099 seguiam por mar"... vêm agravar a situação em Iguape: Esta estrada de ferro vem desviar parte das mercadorias da região do Alto e Médio Ribeira de Iguape para Juquiá, assim como a Companhia Sorocabana através da abertura ao tráfego do trecho entre São Paulo e Sorocaba (10 de julho de 1875) e depois seu prolongamento até Itapetininga, o fizera anteriormente deslocando em parte, o transporte de mercadorias do eixo litorâneo para o planalto" (40). A essa mesma conclusão chega Paulino de Almeida quando afirma: "É isso porque, a maior parte da produção procedente, não só do município, como de toda a região ribeirinha e que até então se encaminhava para a cidade, de onde era reexportada, principalmente para o Rio de Janeiro, passou a ser conduzida pela estrada de ferro, o que fez com que os vapores que até então frequentavam seu porto, desaparecessem como por encanto, mesmo porque quase toda a, importação destinada as vilas e cidades da região passou a ser feita pelo Juquiá". (41)

Assim, quando apareceram as primeiras estradas de rodagem na região (década de 30) e posteriormente a BR-116, o município nada tinha a exportar a não ser a própria população que evadiu-se com intensidade ainda maior.

A situação atual do Vale do Ribeira não parece ter respondido as expectativas que dela tiveram aqueles que, no início da década de 60, escreveram sobre as vantagens da BR-2, como fator de articulação regional: "Acreditamos, e em todo o presente trabalho aparece mais de uma vez que a presença da moderna BR-2, aliada a rede regional já existente, e em vias de ampliação significara o fim do isolamento da Baixada, integrando-a definitivamente no conjunto da área geo-econômica paulista". (42)

A verdade é que, passados 12 anos de abertura dessa rodovia, a exceção de um pequeno crescimento polarizado em Registro e ao longo da própria BR-2, a região continua exportadora de matérias primas e produtos tropicais e marginalizada do desenvolvimento porque passou o Estado nesta década.

Maria Isaura P. Queiroz, analisando o processo, afirma:

"Esta situação privilegiada de Iguape manteve-se enquanto a cidade esteve em posição privilegiada de centro por onde necessariamente todos tinham que passar, isto é, enquanto durou a importância da navegação do rio Ribeira, que conduzia para o interior substituindo as estradas inexistentes. O declínio da navegação fluvial, a destruição da barra de Icapara, seguindo-se as minas de ouro rapidamente esgotadas trazem a estagnação e a decadência a cidade. O tão famoso arroz do Ribeira, que outrora era todo escoado primeiro para os armazens de Iguape, para depois ser mandado para outras regiões, foi desviado para novos percursos que começaram a se abrir e entrou também em decadência, não podendo sustentar a concorrência com o arroz produzido e outras regiões do Estado... nota-se ainda que a decadência dos dois grandes centros urbanos locais - Iguape e Cananéia - tão importantes e progressistas no século XVIII, resultou da diminuição de suas facilidades de comunicação com o interior e o resto do país". (43)

Ainda que estejam colocados os principais pontos explicativos da decadência da região, a precariedade dos transportes como sendo a causa última da estagnação não parece ser correta pois, no momento em que a região tinha o que produzir, sempre encontrou meios de transportar sua produção. Tanto é verdade que com a abertura das estradas a situação geral não melhorou no ritmo das outras regiões; antes se esvaziou. Processo semelhante e analisado por Ary França no que diz respeito a Ilha Bela.

"A mudança que se operou, com a melhoria das comunicações foi assim decisiva, não resistindo a uma economia aberta, vendo grande parte da sua população evadir-se para as áreas pesqueiras da Ilha, e destas para os barcos de pesca ou, definitivamente para as cidades do continente, faltou a Ilha base sólida que se opusesse a decadência e ao abandono... Dos novos transportes incomparavelmente mais cômodos e rápidos serviram-se os caixas ativos e ambiciosos para deixar definitivamente a Ilha, buscando empregos em Santos, nas equipagens dos barcos de pesca, em bananais do litoral ou mesmo em, localidades do planalto..."(44)

Maria Isaura P. Queiroz, em outro trabalho "Bairros Rurais Paulistas" trata do problema do isolamento e marginalidade em Itapeirica da Serra. Verifica-se nesse município processo idêntico ao por nós estudado no Litoral. O conceito de isolamento, segundo Maria Isaura é antes de tudo sociológico e não geográfico. Distância geográfica não significa isolamento. Muito pelo contrário, determinados tipos de contato (no caso, metrópole-satélite) levam à marginalização.

"Estes (bairros), poder-se-ia dizer que são marginais e isolados, mas tornam-se tais, justamente no momento em que o município está mais bem equipado em vias de comunicação. Quando o município não tinha essas facilidades, a mobilidade espacial dos sitiantes era muito maior e seu isolamento menor. Não são, pois, as vias materiais de comunicação que facilitam os contatos e os tornam mais frequentes, e sim a maneira pela qual se organizam a vida e a sociedade dos sitiantes, nos bairros tradicionais paulistas. O que os marginaliza é o desaparecimento das relações sociais decorrentes do gênero de trabalho que possuíam: a adoção de um outro gênero de trabalho, efetuado num contexto totalmente diferente de suas relações sociais tradicionais". (45)

Marginalização, ou participação - excludente não é pois, sinônimo de "isolamento". Parece contraditório se afirmar que o Litoral (tanto Iguape quanto Ubatuba) só se marginaliza exatamente no momento em que as vias de acesso a Capital se tornam mais eficientes.

1.2.1.5. Conclusões Preliminares

A análise dos diversos indicadores utilizados para acompanhar a solução econômica do Litoral Sul leva a algumas conclusões preliminares:

1. A economia do Litoral Sul no século XIX realizava-se num "sistema hidrográfico" peculiar do rio Ribeira, onde Iguape era o entreposto comercial, centro exportador de produtos agrícolas produzidos no município e hinterland.
2. Participando no período, do sistema colonial, a área pode ser considerada como um segmento da economia colonial: o setor de subsistência cuja finalidade é abastecer de gêneros alimentícios as cidades e centros exportadores para o mercado externo. É aliás o que ocorre com Iguape e Cananéia, que também em sua exportação do excedente de arroz, sofre as contingências das flutuações do próprio mercado externo.
3. A análise dos diversos indicadores (produção agrícola, exportação, renda e mão de obra) mostra que a economia local foi bastante representativa no todo Provincial até meados do século XIX, por volta de 1880, a partir de quando inicia-se uma estagnação e retrocesso que perdura até nossos dias.
4. A decadência no Litoral Sul, apesar de grande, não alcançou a total desestruturação existente na economia do Litoral Norte, pelo tipo de exploração agrícola local.

5. A decadência do Litoral Sul só pode ser explicada através da perda do mercado rizicultor, da marginalização pelo fracasso da cultura cafeeira na área, e da substituição do sistema de transporte "colonial" por estradas de ferro que passaram a transportar via planalto, os produtos agrícolas regionais, cortando a ligação existente entre a "Cabeça Regional" Iguape e a retro-terra do Ribeira.
6. A análise conclusiva da decadência será realizada conjuntamente: regional Norte e Sul, porque, no fundo, os processos apresentam denominadores comuns: a expansão cafeeira, a alteração do sistema de transportes e a instalação de um novo sistema de dependência marginalizante, que se prolonga até hoje, e é responsável pelo surgimento de atividades marginais, como a pesca.

1.2.2. Litoral Norte

A evolução econômica dos municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo, apesar de em suas linhas gerais, seguir o mesmo processo da observada no litoral Sul no que diz respeito a efemeridade de seus ciclos econômicos, difere daquela por desempenhar essa região o papel específico de área exportadora. Dentro do Litoral Norte, São Sebastião e depois Ubatuba desenvolveram as funções de centros exportadores, primeiro de cana-de-açúcar e depois de café. Geograficamente, Ubatuba, por exemplo, não tinha uma retro-terra semelhante a Iguape.

A faixa de terra agricultável e bastante pequena, constituída de raros vales entre as montanhas.

A primeira cultura de exportação que tornou importante a área foi a da cana-de-açúcar, durante o "renascimento agrícola", em fins do século XVIII. Desse período, escreve Ary França

"De positivo, no decorrer do século XVI e XVII tem-se o estabelecimento de engenho de açúcar e aguardente e a existência de importantes culturas de fumo e anil... Os portos de São Sebastião e Ubatuba são assiduamente frequentados pelos barcos portugueses que demandam o porto de Santos... Pelo número e importância econômica e social dos engenhos de açúcar e aguardente existentes na Ilha de São Sebastião, no fim do século XVIII (5 aqueles e 17 estes) tem-se a impressão de que a economia local assentava-se na grande exploração por meio dos latifúndios, estes em número que é impossível avaliar pela inexistência de dados". (47)

Por fim veio "a febre do café", nas primeiras décadas do século XIX e toda a economia litorânea voltou-se para o plantio da preciosa rubiácea.

"Antigamente houvera no município de Vila Bela importantes fábricas de aguardente e açúcar, a vista de que suas terras eram ajeitadas para o cultivo da cana, mas a depreciação deste gênero e a concorrência, levaram os fazendeiros a tal desânimo e inflexão que chegaram a abandoná-las substituindo-as todas por fazendas de café". (48)

1.2.2.1. Produção e Exportação

O quadro estatístico da província de São Paulo, de Daniel Müller da o primeiro retrato da cafeeicultura paulista sendo seus principais produtores os municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Assim, em 1835/36:

QUADRO 13

PRODUÇÃO DE CAFÉ EM ARROBAS NO LITORAL NORTE

SÃO SEBASTIÃO	42.845
VILA BELA (depois Ilha bela)	10.289
UBATUBA	31.000
SUB-TOTAL	84.134
PROD. DA PROVÍNCIA	588.136 arrobas

QUADRO 14

EXPORTAÇÃO NO LITORAL NORTE

ANOS	1824	1835/36	1850/51	1859/60	1866	1879
MUNICÍPIOS	EXPORTAÇÃO EM RÉIS					
Ubatuba	10.142\$000	533.035\$760	1.310.780\$386	1.704.427\$760	1.887.380\$981	13.822\$263
São Sebastião	26.697\$800	184.643\$540	-	243.821\$538	130.338\$283	2.204\$305
Santos	981.575\$000	1.714.300\$460	2.669.803\$787	7.995.104\$136	9.185.260\$845	1.354.330\$331
Total da Provincia	1.254.449\$230	2.732.305\$650	5.038.043\$280	-	15.099.739\$803	1.872.131\$298

A participação do Litoral na produção cafeeira de São Paulo é de 14%.

Nesse período os municípios do Vale do Paraíba ocupam os primeiros lugares na produção (Areias, 102.797 arrobas, Bananal, 64.822 arrobas, Pindamonhangaba, 62.628 arrobas).

Toda a exportação cafeeira da área, no entanto, se faz pelo porto de Ubatuba Sebastião.

"A estrada de comunicação com a Villa de Ubatuba receberá grandes melhoramentos, cuja consequência fora augmentar consideravelmente as rendas da respectiva barreira. A estrada que ligava Ubatuba a São Luís e outros municípios da Serra Acima devia merecer toda a atenção, por se tratar de zona cafeeira de conhecida importância por onde crescidas e avultadas exportações se fazem... Depois de Santos, e incontestavelmente o ramo da viação da provincia que mais atenção deve merecer. Por ella passam todos os anos, 60 a 78 mil animaes carregados que exportam e importam mais de um milhao de arrobas". (49)

Ainda em 1854, segundo o "Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Provincia de São Paulo", organizada pelo Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, os municípios do Litoral Norte ocupavam posição privilegiada quanto a produção. Assim, Villa Bella ocupava o 11º lugar entre os municípios produtores de café, com 112.800 arrobas. Ubatuba era o 15º com 99.500 arrobas, e São Sebastião o

16º com 86.000 arrobas. Villa Bella contava com 225 fazendas com 1725 escravos, Ubatuba com 290 fazendas e São Sebastião com 106 fazendas.

A partir dos anos 60 do século passado, o esgotamento das terras, tanto do Vale do Paraíba quanto do Litoral Norte e o deslocamento do eixo cafeeiro para a região de Campinas e posteriormente para a Noroeste, levam os municípios estudados, especialmente Ubatuba, a estagnação e ao retrocesso econômico. Assim, em 1905, segundo dados do DEESP, Ubatuba produz somente 3.000 arrobas de café.

É através dos dados de exportação que pode-se avaliar a grande circulação econômica existente no Litoral Norte do Estado. (Quadro 14)

Como se pode perceber pelo Quadro 14, a participação de Ubatuba cresceu bastante, especialmente entre 1835 a 1866, para decair assustadoramente em 1879.

Em 1836, Santos, apesar de já ser o maior porto exportador da Província, perdeu para Ubatuba em café: Ubatuba em 1836 exportou 229.373 arrobas de café, equivalentes a 512.245\$500, enquanto que Santos exportava 76.336 arrobas equivalentes a 266.588\$169. Também São Sebastião se projetava como porto exportador de café com 80.121 arrobas, superando em volume a exportação santista.

Evidentemente, a grande parte desse produto provinha do Vale do Paraíba, onde os municípios de Areias, Bananal, Pindamonhangaba eram grandes produtores.

O deslocamento do eixo cafeeiro, para o centro, depois para Norte e Oeste de São Paulo aliado à exaustão do solo no Vale do Paraíba, levaram Ubatuba ao rápido declínio. O porto exportador passou a ser Santos, mais próximo a capital da Província, e das novas áreas produtoras. A abertura da 1ª estrada de ferro ligando Santos a Jundiaí, em 1867, foi antes uma consequência que causa do aumento da produção das novas áreas cafeeiras.

Enquanto isso, Ubatuba, sem o Vale do Paraíba, começava a estacionar. A própria estrada de ferro Taubaté-Ubatuba cuja concessão de construção fora outorgada pelo Governo Imperial, em 1889 não pôde ser concluída. É bem oportuno o comentário de João Dias da Silveira sobre a relação entre atividade econômica (ou ciclo econômico) e meios de comunicação: "Somos daqueles que vêm com pouca convicção a noção do desbravamento provocado pelas estradas de ferro aplicada ao nosso caso... E esse resultado nos leva a dizer que não fora a decadência proveniente do pouco resultado, produzido pelo solo teriam essas cidades da faixa de cadeia marinha recebido ramificações e braços da Central. Chegou mesmo a se falar na construção de uma via de Taubaté a Ubatuba". (50)

Os dados comparativos de exportação cafeeira entre Santos, Ubatuba e São Sebastião mostram a ascensão do primeiro e o declínio dos últimos.

QUADRO 15

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

LOCAL	1836	1846	1856	1865	1872
São Sebastião e Ubatuba	4.048\$000	13:513\$000	27:384\$00 0	8:107\$000	8:478:00
Santos	2.220\$000	2:923\$000	6:326\$000	21:355\$000	46:620\$0 0

1.2.2.2. - Receitas municipais

Um outro indicador que revela a evolução econômica do Litoral Norte e a receita municipal que aparece no quadro seguinte, mostrando a relação de Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela, com outros municípios importantes de Província de São Paulo.

O Quadro 16 mostra a evolução das receitas que, sem dúvida acompanham a lavoura e a exportação do café. Ubatuba situa-se, assim, no 14º lugar entre os 40 municípios da Província de São Paulo em 1836, participando com apenas 2,6% da receita dos municípios. Em 1846, dez anos depois, sua ascensão é espetacular, passando a ocupar o 1º lugar, tornando-se portanto, o município mais rico entre os 46 da Província. Sua participação passa a 13,8% da receita dos municípios, superando mesmo Santos e a Capital. De 1846 a 1860 Ubatuba conservou sua grandeza como porto exportador de café. A partir de então, momento também do declínio cafeeiro do Vale do Paraíba, Ubatuba entrou em decadência, e em 1896 já é o 110º município entre os 130 existentes na Província. O declínio então é completo e de sua participação na receita total, de 13,8% em 1846, restou somente 0,1% em 1896. O mesmo fenômeno é observado em todos os municípios do Vale do Paraíba, bananal por exemplo, que no auge de sua produção cafeeira tinha uma receita que representava 12% do total, em 1860, passou para 0,1% em 1880. A decadência do café no chamado "Norte de São Paulo" correspondeu a um avanço do centro e do oeste cafeeiro. Assim, Campinas que, em 1836 ocupava o 12º lugar em receita, em 1898 já se colocava em 3º lugar.

São Sebastião e Ilha Bela seguem praticamente a mesma trajetória de Ubatuba. Em 1836, São Sebastião era 2º lugar em receita, com uma participação de 7,9 e já em 1870 é o 21º lugar, com 0,3% no total da receita dos municípios.

QUADRO 16

**RECEITAS MUNICIPAIS DO LITORAL NORTE NO
SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX
1802 e 1836**

LOCAL	1802	Lugar	%	1836	Lugar	%
Litoral Norte						
Ubatuba	-	-	-	1.000\$00	14	2.6
São Sebastião	552\$800	-	-	3.024\$000	2	7.9
Ilha Bela	-	-	-	327\$000	27	0.8
Santos	499\$200	-	-	2.200\$000	3	5.7
São Paulo (Cap.)	2.013\$444	-	-	8.800\$000	1	23.0
Campinas	-	-	-	1.023\$800	12	2.7
Taubaté	-	-	-	1.020\$000	13	2.7
Soma dos Municípios	-	-	-	38.228\$300	-	100

1846 e 1851

LOCAL	1846	Lugar	%	1851	Lugar	%
Litoral Norte						
Ubatuba	9.773\$767	1	3.8	5.062\$223	3	6.8
São Sebastião	3.740\$834	5	5.3	3.646\$512	5	4.9
Ilha Bela	-	-	-	1.281\$292	20	1.7
Santos	2.923\$000	7	4.1	4.463\$650	4	6.0
São Paulo (Cap.)	8.668\$961	2	12.3	6.560\$000	1	8.8
Campinas	2.652\$430	9	3.8	3.065\$564	7	4.1
Taubaté	1.312\$597	15	1.9	1.663\$012	15	2.2
Soma dos Municípios	70.533\$052	-	100	74.518\$168	-	100

1860 a 1870

LOCAL	1860	Lugar	%	1870	Lugar	%
Litoral Norte						
Ubatuba	15.986\$754	3	6.8	-	-	-
São Sebastião	3.017\$015	21	1.3	1.240\$983	50	0.3
Ilha Bela	962\$000	40	0.4	2.972\$000	33	0.8
Santos	14.762\$000	5	6.3	31.840	2	9.2
São Paulo (Cap.)	32.229\$000	1	13.7	33.804	1	8.6
Campinas	15.008\$780	4	6.4	29.725\$281	3	8.0
Taubaté	5.468\$000	12	2.3	-	-	-
Soma dos Municípios	234.351\$584	-	100	368.843\$656	-	100

1880 e 1896

LOCAL	1880	Lugar	%	1896	Lugar	%
Litoral Norte						
Ubatuba	15.547\$578	15	0.4	6.309\$566	110	0.1
São Sebastião	6.704\$483	-	0.2	4.031\$200	-	-
Ilha Bela	-	-	-	8.357\$977	-	0.2
Santos	1.455.146\$298	1	38.6	1.996.969\$000	2	14.8
São Paulo (Cap.)	81.288\$938	-	2.2	3.863.579\$874	1	28.7
Campinas	103.781\$274	-	2.7	1.049.362\$227	-	7.8
Taubaté	105.497\$923	-	2.8	442.315\$904	-	3.3
Soma dos Municípios	3.768.465\$835	-	100	13.442.582\$500	-	100

1907 e 1922

LOCAL	1907	Lugar	%	1922	Lugar	%
Litoral Norte						
Ubatuba	6.974\$096	147	-	10.690\$652	156	-
São Sebastião	5.247\$650	-	-	9.358\$662	158	-
Ilha Bela	5.333\$210	-	-	9.067\$515	-	-
Santos	11.880.127\$590	1	34.1	13.100.500\$932	-	14.5
São Paulo (Cap.)	5.825.218\$776	2	16.7	54.694.557\$457	1	60.8
Campinas	3.685.817\$530	3	10.6	4.256.096\$915	2	4.7
Taubaté	208.734\$240	-	0.6	533.722\$920	-	0.6
Soma dos Municípios	34.748.480\$365	-	100	89.915.360\$741	-	100

1.2.2.3. Evolução da População e Mão de Obra

A evolução da população e mão-de-obra é significativa na medida em que mostra a intensidade da atividade econômica e o nível de ocupação do solo. O que ocorrera no Litoral Sul com o declínio da atividade agrícola, sucedeu também no Litoral Norte, com intensidade ainda maior. O ritmo acelerado de esvaziamento demográfico é significativo na medida em que, no Litoral Sul há uma economia, que apesar das tentativas não participou efetivamente como unidade produtora do ciclo cafeeiro. A economia de subsistência prendia mais a população à terra que a exportadora de mercado externo. Esta sim, deslocava-se a medida em que as terras melhores se distanciavam. Esse fenômeno levou a uma observação perspicaz de Müller, citada por Taunay.

"Similhanças causas concorrem para que muitos dos cultivadores não satisfeitos com seus terrenos, vão após de outros que tenham mattas, as quaes destroem, para funcionarem e plantarem e as abandonam quando ficam em arbustos pouco frondosos ou em campos e desta maneira a agricultura em lugar de aconchegar os habitantes separou a muitos de seus antigos; domicilios". (52)

O declínio da atividade cafeeira significou, assim não somente a procura de outras terras mais aptas ao cultivo do café, mas a evasão do braço escravo, e que ocorreu após 1888. França analisa o fenômeno em Ilha Bela:

"A nova lavoura (do café), determinando a decadência da atividade dos engenhos, teve, porém, como em todas as demais regiões paulistas onde foi praticada, passagem efêmera. O seu colapso verificou-se na década de 1870/80, mais cedo mesmo do que viria atingir as lavouras do médio Paraíba, no que aliás foi acompanhado pelos demais municípios da marinha; a produção da Ilha em 1886 foi avaliada em apenas 4.000 arrobas, daí em diante deixaria de ter expressão nos dados da produção paulista. A decaída rápida de produção corresponde a importante êxodo. Assim, dos 10.769 habitantes em 1854, não restavam, por ocasião do recenseamento de 1890, mais que 7.361. Grande parte dos que abandonaram Ilha, era constituída por escravos libertos em 1888". (53).

A análise de uma série histórico permite acompanhar melhor o processo. (quadro 17 e 18)

QUADRO 17

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO LITORAL NORTE

LOCAL	1772	1836	1879
Ubatuba	2626	6032	7565
São Sebastião	2295	4290	4712
Ilha Bela	-	4295	6740
Taubaté	4909	11833	-
Itú	5431	11146	10821
Santos	3788	5863	18933
Total da Província	101422	239969	837314

QUADRO 18

ÍNDICES DE CRESCIMENTO

LOCAL	1772/1836 (%)	1836/1879 (%)
Ubatuba	129,7	25,4
São Sebastião	86,9	9,8
Ilha Bela	-	56,9
Taubaté	141,0	-
Itú	105,2	3,0
Santos	54,7	222,9
Total da Província	136,4	248,9

Em 1836 a zona de maior densidade populacional é o Litoral Norte do Estado. Aí a densidade chega a alcançar 6,6 hab/Km² enquanto que no Vale do Paraíba não ultrapassa os 5,5 h/Km². Ubatuba apresentava 8,3 hab/Km e São Sebastião 4,6. Por outro lado, Ilha Bela tem, nessa época, a maior densidade populacional de toda a Província de São Paulo: 15,3.

Em 1872, o Litoral Norte perde a supremacia em termos de densidade populacional, passando - a para imediações de São Paulo; Ubatuba tem 10,5 hab/Km², São Sebastião 8,5 e Ilha Bela 24,0.

Já em 1890 verifica-se o declínio: Ubatuba apresenta uma densidade de apenas 6,5 hab/Km², comparado com os 10,5 de 1872 ; São Sebastião ainda apresenta alta densidade mas já não acompanha a média geral da Província.

A análise de mão de obra escrava é também significativa:

QUADRO 19

PARTICIPAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA POR MUNICÍPIO

LOCAL	1772	1828	1836	1879
Litoral Norte	%	%	%	%
Ubatuba	28,0	35,4	41,6	14,9
São Sebastião	19,9	33,1	30,5	13,6
Ilha Bela	-	-	31,6	14,3
Taubaté	59,5	30,0	-	-
Santos	45,0	59,2	19,5	-
Província de São Paulo	21,0	26,2	26,5	18,7

A utilização da mão de obra escrava, como se pode ver pelo Quadro 19 foi intensa, no litoral Norte e até meados do século a porcentagem dos escravos sobre a população total era bem maior que na Província. Evidentemente a população escrava acompanhou a evolução da economia cafeeira e a medida em que esta se desestruturou, surgiu o declínio, com acentuada migração dos escravos após a libertação em 1888.

1.2.2.4. Sistema de Comunicação

Enquanto o Litoral Norte tinha riquezas para exportar, à semelhança do que ocorreu no Litoral Sul, dispunha de meios de transportes adequados à sua economia. Toda a movimentação econômica se fazia por via marítima. O deslocamento do eixo cafeeiro, em meados do século XIX para Campinas e o Oeste foi o principal responsável pela decadência regional, e não como afirmam alguns, a falta de meios de transporte. O fracasso da construção da estrada de ferro Taubaté-Ubatuba não foi a causa responsável do declínio do Litoral Norte, pois em 1889 quando foi feita a concessão pelo Governo Imperial a economia local e do Vale do Paraíba, baseada no café já se desorganizara. É bom lembrar que já em 1867 tinha sido construída a estrada de ferro Santos-Jundiá indicando novo caminho do café.

Retrocedendo para uma economia baseada no açúcar, o Litoral Norte encontrou na canoa de voga seu meio de transporte.

Com o desaparecimento dos grandes barcos que transportavam o café de Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela proliferaram as "canoas de voga" que faziam sobretudo o transporte de tonéis de aguardente, fumo etc... entre Parati, Ilha Bela e Santos.

As canoas de voga já eram mencionadas em 1798. "Aqui veyo a poucos dias Jozé Antonio de Lemos, mor. da Va. da Ilha Grde. e amigo particular do Mmo. Al. Me. o qual troce hua canoa a voga e ahi com a canoa no porto e os remeiros em Caza. Comesou a comprar anil..." (54)

No entanto, o ressurgimento do uso da canoa a voga se deu em fins do século passado e inícios deste, no Litoral Norte

"Destinadas a levar produtos principalmente a aguardente da Ilha, para Santos, onde eram habituais no mercado e a trazer artigos para as casas do comércio locais, as canoas de voga passaram a responsabilizar-se pela totalidade dos transportes. Apesar de representarem um esforço escrito com páginas de abnegação e heroísmo a pequena frota de que a maioria era constituída pelas embarcações de menor capacidade não poderia anualmente senão carregar umas 500 a 800 toneladas para Santos". (55)

O fim da canoa de voga coincidiu com a vinda de barcos pesqueiros para a área, já na década de 1920

1.3. DECADÊNCIA DO LITORAL: A marginalização

Da análise anterior alguns pontos ficam claros.

1. A região litorânea, Norte e Sul de São Paulo apresentou, no passado um grau de riqueza e movimentação econômica muito maior que o atual.
2. Ambas as áreas, tipificadas por Iguape ao Sul e Ubatuba ao Norte, apresentavam atividades agrícolas exportadoras ligadas ao mercado. No primeiro caso, havia uma economia de subsistência dentro da Economia Colonial, isto é, Iguape se especializara na produção agrícola a fim de manter os centros exportadores, no caso específico, Rio de Janeiro. Caio Prado afirma que em geral, as áreas de subsistência localizavam-se no Litoral, onde o acesso é fácil. Ubatuba, tanto no ciclo da cana de açúcar quanto no do

café, participa ativamente da economia colonial. É o grande centro exportador de café por mais de 50 anos superando, como se viu, o próprio porto de Santos. Não se tratava somente de porto exportador, mas também de centro produtor, o mesmo ocorrendo com Ilha Bela.

3. O declínio de Ubatuba, apesar de ser contemporâneo ao de Iguape, se deu com uma violência bem maior. Ubatuba tinha em 1860 uma receita equivalente a 6,8% sobre a receita total dos municípios; e em 1890 não passava de 0.4%. Iguape apresentou um declínio constante, mas mais suave, a partir de 1880.

A explicação se dá exatamente pelo tipo de lavoura. O esgotamento das terras do Litoral Norte, limitadas a uma exploração agrícola e o deslocamento do café do "Norte" para o Oeste significou o asfixiamento de sua economia. A abertura da estrada de Ferro Santos-Jundiá não foi diretamente a causa do declínio da agricultura. Antes, o deslocamento do eixo cafeeiro do Litoral Norte fez com que a exportação se polarizasse em Santos.

O declínio do Litoral Norte é pois típico da decadência da estrutura econômica colonial. A região se especializou num único produto de exportação: antes o açúcar, depois o café. O esgotamento do ciclo significou a decadência econômica. Por outro lado, não houve condições para a transferência do trabalho escravo para o livre. Essa transferência só e daria nas áreas cafeeiras novas do Oeste, e por isso a libertação dos escravos foi somente o golpe final da economia cafeeira regional. É na fase final da decadência que se percebe o significado de um ciclo agrícola colonial.

"O café que já constituiu a sua principal lavoura, hoje já não há para esse gênero a mesma força produtora do solo, grande desânimo havia entre os poucos produtores do município. O aspecto, que presentemente apresenta o município em relação a lavoura é simplesmente desolador: fazendas inteiras abandonadas completamente, plantações perdidas no meio de vastos capoeirões, casas em ruínas e sobretudo o desânimo, a descrença, a inércia". (56)

Para Papy, em sua obra "Em Marge de l'Empire du café" (57) - o Litoral Norte, contando ainda após os insucessos da cultura cafeeira que ele atribui mais às condições climáticas, com o cultivo da cana de açúcar, conseguiu se manter até a abolição da

escravatura. O fracasso do café motivou o surgimento de pequenas propriedades com plantações de cana de açúcar e engenhos de aguardente. Segundo Papy, a abolição da escravatura e o exodo de muitos escravos para Santos e outras áreas, prejudicaram sensivelmente as plantações açucareiras e o Litoral Norte se despovoou.

4. O declínio de Iguape, como pode ser constatado, não deve ser atribuído, em primeira instância, à falta de comunicação. Já se afirmou que dentro do esquema da economia colonial Iguape tinha um sistema adequado de transporte, pois era centro exportador de todo o hinterland do Ribeira. Antes de tudo, o declínio do Litoral Sul se explica pela interiorização agrícola advinda do café e pela desorganização da cultura do arroz em fins do século XIX. Como se viu, a região litorânea também tentou entrar no ciclo do café. Em 1898 Eldorado produzia algum café: 60.000 arrobas, mas em 1906 sua produção já era de somente vinte mil. Mesmo já em 1885, conforme Taunay, havia tentativas para se implantar a cafeicultura. "Nos municípios litorâneos, São Vicente, Santos, Iguape porfiava-se em plantar café ainda, eram as colheitas de 400, 1500 e 5400 arrobas cada um em 5 e 6 sítios". (58)

A revista do Museu Municipal de Iguape, atesta o fracasso da cultura na área, em 1907.

"O café que nós cultivamos ainda era a lavoura mais cultivada depois do arroz, hoje vai cahindo em abandono geral. É verdade que os plantadores do café tinham a seu favor partes relativamente baixas entre seus estabelecimentos e o porto de embarque para o exterior; porém, contra sua vontade, havia a falta de braços, a duração limitada das árvores e ainda mais o fato de ser esta zona, por sua natureza, zona de pequenos lavradores. O café é produto para os lavradores que podem atravessar qualquer crise comercial, sem sofrer..." (59)

Além desses fatores, outros de ordem geográfica ou botânica influenciaram o pouco êxito do café na região. Edmund Krug, conhecedor da região, escrevia em 1939

"Os lindos cafezais desafiam-se mutuamente quanto ao trato e viço, se bem que eu, pessoalmente sou muito contrário a lavoura do café na zona do Ribeira a não ser que se queira constantemente, a fructa que, secca, cae no chão. Nesses cafezais são encontradas desde a flor até o grão secco na mesma árvore, prova que o clima não é muito favorável a essa planta na aludida zona..." (60)

Problemas de ordem climática, de mão de obra, de terras adequadas e de preços não competitivos foram sem dúvida, causas que marginalizaram o Litoral do ciclo cafeeiro, contribuindo de maneira radical para o isolamento relativo da área. Exatamente quando esta cultura, pela sua especificidade, transformava o que fôra economia colonial em economia nacional.

Um outro fator de importância fundamental, foi a decadência da cultura do arroz, que tinha feito a riqueza regional desde inícios do século XIX. Essa decadência, acentuada em fins do século passado, pode ser explicada através da competição de outras áreas produtoras (desta vez mais próximas dos centros produtores de café) e pela baixa tecnologia e conseqüentemente, baixa produtividade do arroz do Ribeira.

O estudo da evolução do arroz mostrou que até fins do século Iguape se situava entre os primeiros municípios produtores de arroz do Estado. No entanto, desde o período colonial crises sucessivas no preço do produto abalavam a lavoura.

"Declarou mais que a lavoura vai sempre em auge, digo em aumento, muito principalmente a plantação de arrozes, e que este ano ouve muito por causa de plantação passada ser grande, porém foi de pouca concorrência e utilidade ao paiz em razão de baixo preço que tem estado esse genero". (61)

Outras crises se sucederam em relação ao preço do arroz alcançado no mercado, como a descrita por Taunay, por volta de 1850.

"A lavoura que mais primava no município (Cananéia), era a do arroz, posto que sujeitada a bastante contratempos como fossem entre outros: o excessivo rigor da estação quando se fazia sementeira; e o transbordamento extraordinário dos rios. A isto acrescia que no último anno este genero soffrera baixa no Rio de Janeiro, para onde se exportava tudo o que alí se cultivava pela grande importação de arroz estrangeiro, com o qual não podia sustentar concorrência o nacional". (62)

Um outro fator que provocou a perda de importância do arroz iguapense foi o da estagnação tecnológica. Os métodos que indicam os tempos coloniais não foram modificados nos primeiros anos do século XX.

Em 1906, Ernesto Young, em sua publicação "A Cultura do Arroz no Município de Iguape", analisa os métodos primitivos de cultivo em inícios do século atual. De início havia a queimada das matas virgens, com o ressequimento das camadas de humus, em

profundidades variando segundo o autor, entre 3 a 12 centímetros. O sistema de plantio era baseado no "chuço", pau apontado com o qual, irregularmente, o lavrador abria buracos na terra, jogando aí a semente: o tratamento antes da colheita era também elementar, sendo que a maioria dos agricultores não capinava o arrozal e a colheita era feita com canivete. "A colheita feita como e nosso povo, cortando cacho por cacho com canivete, torna-se prejudicial a cultura pela despeza desnecessária para compensar esse trabalho. São dignas de nota entre os trabalhadores rurais as pessoas que consigam colher deste modo 3 alqueires de arroz por dia"... (63)

Com isso era evidente que a produtividade tinha que baixar consideravelmente.

"Antigamente, no Município de Iguape o termo médio da colheita era calculado em cento e quarenta litros por litro plantado. Hoje devemos tomar como termo medio de colheita, 40 litros por litro plantado. "Diversas foram as causas do decréscimo da produtividade, também explicadas por Young: uma das principais foi a deteriorização das sementes; "Para alcançar este fim o primeiro ponto seria obstar o mais possível o plantio de sementes misturadas ou deterioradas. As autoridades competentes podiam, com pequeno dispêndio, conseguir que a plantação fosse feita com uma só variedade de semente, escolhendo aquella que por suas qualidades fosse considerada como a mais própria para esta zona... O ponto principal para o melhoramento do produto de nossa lavoura é a escolha da semente". (64)

A saída dos escravos após 1888 motivou o surgimento ainda maior de pequenas propriedades produtoras de arroz, que utilizava mão de obra familiar. Por outro lado, como se viu anteriormente, o número de engenhos de beneficiar arroz diminuiu sensivelmente no começo do século XX. Em 1925, segundo Eugênio Egas, em "Os Municípios Paulistas", havia em Iguape somente 18 máquinas de beneficiar arroz, enquanto que em 1836 havia 82 delas.

"O lavrador, em pequena escala não possui engenho para beneficiar o produto de sua lavoura, portanto, é obrigado a vendê-lo em casca aos negociantes ou proprietários de engenho... Esses negociantes dispondendo de alguns capitães fornecem durante o anno aos lavradores em pequenas escalas todos os gêneros de que necessitam, e na ocasião da colheita recebem em pagamento o produto da colheita. Desse modo estabelecem uma soberania sobre seus fregueses e monopólio parcial sobre o arroz produzido". (65)

O resultado desses processos foi a perda de importância para o arroz de Iguape.

A análise dos últimos anos de produção revelam o seguinte comportamento: em 1898 Iguape ainda é o primeiro produtor do Estado, seguido por Monte Alto e Barretos. Em 1900 Iguape passa a 2º lugar, cabendo o primeiro a Riberãozinho, o mesmo ocorrendo no ano seguinte. A partir de então, os municípios de maior produção localizam-se no Norte e Oeste do Estado, acompanhando aliás o café. Entre os locais de maior produção estão Barretos, Ituverava, Nova Aliança, Santa Fé do Sul e posteriormente os municípios do Vale do Paraíba. (Ver anexo 5, ao final da 1a. parte)

Em Iguape, há uma certa renovação do plantio do arroz a partir de 1920, com o estabelecimento da colônia japonesa de Jipovura, nas proximidades do Ribeira. No entanto, a concorrência foi outra vez o fator predominante da queda de produção que logo se verificou segundo testemunho de antigos colonos japoneses.

1.4. INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA E MARGINALIZAÇÃO

A situação atual de marginalização econômica do Litoral Norte e Sul do Estado de São Paulo não deve ser pois, confundida com uma fase que precede ao desenvolvimento econômico. Muito pelo contrário, pela análise elaborada, pode-se perceber que no século XIX a região estudada era muito mais rica que atualmente. Em que sentido pode-se falar dessa área isolada e "ilhada" no século XX, em que o rompimento do isolamento através da abertura de meios de comunicação integrá-la-ia no processo de desenvolvimento do Estado?

Em primeiro lugar, já no século passado a economia regional era dependente no sentido em que estava subordinada aos impulsos do mercado internacional. A própria economia de subsistência do Litoral Sul dependia da situação dos setores de exportação.

Na verdade, em nenhum momento a região ficou "ilhada" no sentido de não manter contatos com os centros hegemônicos. O que se alterou foi o tipo de contato. No momento de expansão econômica havia um contato mais intenso, representado pelos fluxos de exportação de Iguape em direção ao Rio de Janeiro e de Ubatuba em direção ao exterior. Como se viu, mesmo aí, o desenvolvimento das forças produtivas era limitado pelas próprias crises do mercado externo.

No segundo período, houve uma redução desses contatos com os centros importadores de matéria prima e exportadores de manufaturados (algumas vezes também importados) como era o caso do Rio de Janeiro. Em compensação, surgiram outros centros regionais polarizadores.

Se, no ápice da expansão produtiva, até fins do século passado, aos impulsos positivos do mercado respondia-se com a expansão das áreas cultivadas e maior emprego de mão-de-obra. no momento da recessão econômica houve o movimento inverso: sucção dos minguados recursos ainda existentes na área, fruto de acumulação anterior, transferência de mão de obra, etc.

Alguns dados revelam o processo: o primeiro aspecto é o decréscimo populacional, motivado sem dúvida pela evasão, especialmente da mão de obra em idade ativa.

QUADRO 20

POPULAÇÃO DO LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO - EVOLUÇÃO

MUNICÍPIOS	1890	1940	%	1950	%	1960	%	1970	%
Ubatuba	9.812	7.295	-24.1	7.941	8.8	10.207	28.5	15.240	49.3
São Sebastião	6.546	6036	-0.7	6.033	-0.4	7.330	21.4	12.062	64.5
Ilha Bela	7.361	-	-	5.066	-	5.092	0.5	5.724	12.4
Iguape	22.156	20.889	-5.7	15.093	-	15.298	1.3	19.242	25.7
Xiririca	6.630	14.946	125.4	10.795	-27.8	10.717	0.6	10.864	1.3
Cananéia	5.882	5.530	-5.9	5.802	4.9	6.596	13.4	6.111	-7.3
Santos	13.012	165.568	1.172.0	203.562	22.9	264.259	29.8	346.096	30.9
Estado de São Paulo	1.348.753	7.180.316	418.5	9.134.423	27.2	12.974.699	42.0	17.716.189	36.5

Fonte: Censo

Em alguns municípios do Quadro 20 a análise populacional ficou prejudicada porque ocorreram desmembramentos de área. No entanto, a tendência da região, em inícios do século XX, é bem clara, havendo ou um crescimento negativo ou lento, bem abaixo da média geral do Estado.

O relatório da INTERCONSULT "Estudo de Viabilidade técnica e sócio-econômica da implantação de comunidades de Serviço e Turismo" chega a conclusões semelhantes, assinalando para a sub-região litorânea de Iguape e Cananéia: " Nas duas

primeiras décadas (1940/60), o montante da população resultante do crescimento vegetativo foi totalmente absorvido pelas taxas negativas do incremento migratório". (66)

Mesmo Ubatuba, de 1890 a 1940 apresentou um decréscimo populacional da ordem de 24,1% , só vindo a apresentar saldos positivos significativos na última década, o mesmo ocorrendo com São Sebastião.

O trabalho da INTERCONSULT atesta a sangria populacional existente nos municípios litorâneos de Iguape e Cananéia. De 1940 a 1950 houve uma evasão da ordem de 4,4% ao ano; de 1950 a 1960, uma evasão de 0,9% no ano e de 1960 e 1970 a evasão registrada foi de 0,1%. No Litoral Norte houve pequena migração de 2,2 ao ano, de 1940 a 1950 para decair na década de 1950/60. Na última década registrou-se um pequeno incremento na migração da ordem de 1.4% ao ano.

Outras informações mostram que a maior incidência dos emigrantes, no Litoral Sul se dá nas faixas etárias de 10/19, e 20/29 anos, revelando que o êxodo atingiu exatamente a população em idade ativa: "A interpretação dos dados estatísticos referentes ao aumento da população válida (em idade economicamente ativa) no Litoral Sul torna-se extremamente difícil, sobretudo se considerar o êxodo populacional desta sub-área nos anos 40 (perda de 27% da população) incidindo sobre a população em idade ativa e o seu incipiente crescimento nas décadas seguintes". (67)

Enquanto isso se processa, São Paulo e Santos se afirmam como núcleos polarizadores para onde se encaminha grande parte dos que deixam a área, especialmente nas primeiras décadas do século atual. Santos, por exemplo, teve um aumento populacional de 1.172% em 1890 e 1940, sem dúvida motivado pelo aumento das exportações de café. Um outro aspecto que mostra o resultado da estagnação e desestruturação econômica é o cruzamento das informações entre taxas de urbanização e ofertas de emprego.

As informações da INTERCONSULT mostram que houve um processo de urbanização acentuado tanto no Litoral Sul quanto no Litoral Norte, revelando um êxodo da população rural para as sedes municipais.

Em Iguape e Cananéia, em 1940 somente 23,2% da população residia nas cidades e em 1970 essa porcentagem sobe para 42,8%. No Litoral Norte, a faixa de urbanização era de 25,1% em 1940, sobe para 81,1% (59,3 em Ubatuba). Em 1960 cruzando-se essas informações com as de emprego, constata-se que ao aumento de urbanização não se verificou uma oferta maior de empregos produtivos.

No Litoral Norte observa-se uma queda significativa da importância do setor primário. Em 1950 quase 70% dos empregos da área eram do setor primário. Em 1960 era a porcentagem baixada para 50%. O relatório da INTERCONSULT é conclusivo:

"Ao se observar as mudanças estruturais de emprego, pode-se considerar o terciário como o setor para o qual se transfere grande parte do excedente do setor primário. Os grandes acréscimos nas proporções do emprego terciário em todas as sub-áreas, mesmo nas zonas menos urbanizadas e pouco industrializadas, indicam-no como o único setor com capacidade de absorção desta parcela da população, provavelmente a níveis de baixíssima produtividade e sub-emprego. No Litoral Norte, entre 1950 e 1960, o emprego no setor primário cai em 19,8% e o terciário cresce em 13,2%".
(68)

Aliás, Maria Isaura chega a constatações semelhantes quanto ao "inchaço" existente nas cidades da região.

"Todavia, a grande maioria da população ativa se localiza no setor terciário, isto é, comércio, funcionalismo público e privado e empregados domésticos, 50% ai se classificam, caracterizando de maneira clara a hipertrofia deste setor. Considerando-se todas as profissões, nota-se que há duas indicações claras de desenvolvimento, a hipertrofia do setor terciário e concentração desproporcionada de atividades no setor primário (agricultura e pecuária) tendo o setor secundário apenas uma representação ínfima". (69)

O sub-emprego dá-se também a nível do comércio. Atualmente, dado o aumento da demanda turística, surgem minúsculos estabelecimentos comerciais, cuja evolução aparece no aumento do comércio varejista. Assim, Iguape passou de 77 estabelecimentos em 1950, para 254 em 1969. Por outro lado, os estabelecimentos atacadistas desapareceram em 1969 quando em 1950 havia 3 unidades. Esse parece ser mais um indicador de que, no período, a região passou cada vez mais a depender dos polos mais desenvolvidos como Santos e São Paulo.

Um outro aspecto revelador da dependência é o comportamento do setor secundário, que nas duas áreas. Litoral Norte e Sul, ganham características de "artesanato". Excetuando-se a implantação do terminal da Petrobrás e da moderna indústria do pescado (Confrio) em São Sebastião (e de uma outra empresa de mineração no Vale do Ribeira) não existe de fato indústria na área estudada, a não ser pequenos

estabelecimentos que poderiam ser chamados de artesanais. Sob essa denominação e possível agrupar os estabelecimentos de beneficiamento de produtos primários, como beneficiamento de arroz, engenhos de aguardente, indústrias pesqueiras etc...

A participação dos engenhos de arroz que foi muito significativa em Iguape no século passado agora é insignificante. Eram 82 engenhos em 1836, 40 em 1852, 38 em 1887 (dos quais 3 a vapor e os restantes à água), 18 em 1925 e 2 em 1967. Ainda que, ultimamente, em termos industriais, Registro tenha se projetado como polo regional, a participação industrial na região toda do Vale do Ribeira e Litoral Sul é insignificante. O mesmo fenômeno ocorre com São Sebastião.

QUADRO 21

INDÚSTRIAS NO LITORAL POR TAMANHO

LOCAL	PEQUENAS	MÉDIAS	GRANDES	TOTAL
Ubatuba	33	-	-	33
São Sebastião	13	-	1	14
Ilha Bela	14	-	-	14
Iguape	30	4	1	35
Cananéia	6	-	-	6

PEQUENA EMPRESA 1/19 pessoas ocupadas

MÉDIA EMPRESA 20/29 pessoas ocupadas

GRANDE EMPRESA + de 100 pessoas ocupadas

Fonte: Cadastro Industrial - IBGE

Como se percebe pelo quadro 21, as pequenas empresas representam a quase totalidade da indústria em ambas as regiões.

Por outro lado, essas pequenas empresas artesanais manufatureiras, em quase todos os ramos, encontram-se em dificuldades financeiras, ou por falta de suprimento uniforme de matéria prima ou por não poderem suportar a concorrência de outras áreas.

Assim é por exemplo, o caso de Ilha Bela. Pelo trabalho que Ary Franca, "a Ilha de São Sebastião", existiam em 1950 13 engenhos de aguardente, na sua maioria funcionando a roda d'água, com uma produção de 450 a 500 mil litros anuais. Em 1970

em pesquisa realizada pela SUDELPA havia somente 4 pequenos alambiques, cuja produção não passava dos 50.000 litros anuais. Ary França retrata bem a progressiva destruição do artesanato quando escreve:

"Nenhuma atividade corresponde à paisagem e organização mais arcaicas do que esta . Os 13 estabelecimentos em funcionamento (dos quais 7 foram construídos no século XVIII , 5 na centúria passada e somente um neste século), conservam nas suas paredes de taipa, nos largos telhados enegrecidos pelo tempo, nas amplas portas e janelas guarnecidas com grades de madeira, assim como na estrutura de suas peças e nos processos de fabricação todos os traços do passado, só lhes faltam a antiga produção e mão de obra" (70).

A verdade é que esses engenhos, apesar da boa qualidade da aguardente, já não podem aguentar a concorrência dos outros produtos do planalto, que são vendidos fartamente nos bares do Litoral a preços mais baixos.

Este mesmo fenômeno ocorre com as "indústrias de manjuba" em Iguape. Dado as baixas características técnicas do processo de produção, mercado limitado e pouca possibilidade de concorrência , tais "indústrias" passam por contínuas crises.

A coexistência de diversos estágios da transformação de produtos locais leva-nos a definir a relação entre indústria e artesanato.

Alguns autores já estudaram a relação entre a indústria moderna e artesanato. Em termos clássicos, Marx, estabelece uma linha evolutiva que historicamente vai do artesanato a grande indústria passando pela manufatura. Essa evolução tecnológica significa a constituição do capitalismo industrial, pois segundo Marx, a grande indústria é o ponto final do processo evolutivo a partir do artesanato; "Y la maquina pone fin a la actividade manual artesanal, como principio normativo de la producción social". (71)

O artesão, para Marx, se caracteriza pelo fato de ser dono de um ofício, produzir o objeto em sua totalidade, executando todas as tarefas necessárias a sua produção. Nesse caso não há assalariamento, e nem divisão de trabalho mais significativa, surgindo um produto individual.

A manufatura se caracteriza pelo fato do capitalista reunir numa mesma oficina, trabalhadores de diversos ofícios independentes. A mercadoria passa a ser o produto de um trabalho coletivo havendo uma maior divisão de trabalho.

"En vez de hacer que un mismo oficial ejecute, unas tras otras todas las operaciones, estas se deglosan, se aislan y separan en el espacio, confiandose cada una de ellas a un oficial distinto, para que entre todos, en regimen de cooperacion fabriquen la mecanica deseada. Esta distribucion que comienza siendo casual, se repite, acredita ventajas especiales, y poco a poco, va cristalizando un sistema, bajo la forma de division del trabajo. De producto individual de un artesano independiente, que lo hace todo, la mercancia se convierte en producto social de una coletividad de artesanos, especializados cada uno de ellos en una operacion parcial distinta". (72).

Na manufatura há a decomposição de um ofício manual nas diversas operações parciais que o integram, mas como a firma Marx, por mais complexas que sejam estas operações, elas conservam seu caráter manual, dependendo da força, da destreza e da rapidez dos trabalhadores no manejo de sua ferramenta.

Para Marx, a manufatura apresenta um caráter capitalista pois já existe um número significativo de trabalhadores sob o comando do capital.

"La verdadera manufatura no solo somete a obreros antes independientes al mando y a la disciplina del capital, sino que, ademais cria una jerarquia entre los propios obreros". (73)

Já a grande indústria se caracteriza pela introdução da máquina movida por força motriz e não por força manual como ocorria nos dois casos anteriores. Além de o operário trabalhar na grande indústria ao ritmo da máquina, há o assalariamento e a crescente divisão de trabalho.

Francisco Iglesias, em "Artesanato, Manufatura e Indústria" adota definições próximas de Marx. Para o autor, artesanato e uma

"atividade rústica elaborada por uma pessoa ou grupo reduzido que se incumbe da tarefa em todas as fases, sem a divisão de trabalho. Cada produto que se faz é único, com difícil reprodução perfeita. O artesão exerce o ofício por conta própria, só ou com a ajuda da família ou de alguns poucos companheiros. Já a manufatura é aquele trabalho em que não interfere a máquina, o homem agindo com o auxílio de ferramentas ou utensílios. (74)

"Indústria vem a ser assim, a atividade de transformações da matéria prima que supõe processo tecnológico mais avançado, com o máximo de divisão de trabalho e organização racional. Faz-se a separação completa entre a pessoa que produz e o produto." (75)

O problema que se coloca é como caracterizar as pequenas indústrias existentes no Litoral Norte e Sul, do Estado de São Paulo. A maioria dos relatórios oficiais insiste em utilizar a classificação de Chenery (in study of industrial growth, N.York, 1969) que divide a indústria em tradicionais, intermediárias e modernas. Segundo essa classificação as indústrias tradicionais (produtos alimentares, bebidas, fumo têxtil, etc.) se caracterizam pelo menor grau de qualificação da mão-de-obra, menor intensidade de capital, mais facilidades na obtenção de insumos e estruturas organizacionais mais simples. As intermediárias (vestuário, calçado, artefatos de tecido, etc.) e as modernas (metalúrgica, mecânica, material elétrico, transporte) se caracterizam pela maior qualificação da mão-de-obra, relação produto-capital e capital mão-de-obra mais elevadas, mercado consumidor maior, organização mais complexa, etc.

No entanto, a precariedade da estrutura "industrial" é tão grande na região analisada que, apesar de existirem na área empresas que, pelo ramo de produção, se denominariam "modernas" pela classificação de Chenery, de modo algum podem ser consideradas como tal.

No presente trabalho as "indústrias" da região estudada, em sua maioria, foram qualificadas de "artesanais". Não no sentido das características atribuídas ao artesanato por Marx, e sim por que são dotadas de um nível tecnológico extremamente baixo, sendo muito descontínuas na produção e produzindo para um mercado marginal.

Para Iglesias "a presença de atividades artesanais em sociedades mais complexas, de tecnologia mais avançada, numerosas e em intercomunicação com outras, com intenso grau de comercialização, é apenas um caso de contemporaneidade de formas não contemporâneas". (76)

No entanto, a persistência destas maneiras de produção, pode ser interpretada não como um resquício de formas antigas, mas como o estado normal das economias dependentes, onde existem grandes desequilíbrios regionais e setoriais. Aqui não se verifica a evolução de formas pré-capitalistas (artesanato) para as capitalistas (grande indústria) no sentido estudado por Marx. O artesanato subsiste precariamente mas como um sinal de insuficiência econômica, própria das regiões dependentes e satelizadas.

Juarez Brandão Lopes, em "Desenvolvimento e Mudança Social" verifica que a medida em que o mercado nacional avança, o artesanato se desestrutura. O autor observa, por outro lado, que as atividades artesanais se mantêm em alguns casos, e

mesmo, chegam a apresentar algum desenvolvimento. Juarez B. Lopes atribui a sobrevivência do artesanato "ao mercado amplo formado por consumidores na verdade marginais, organizado por firmas concentrando os parcos rendimentos desse comércio, e finalmente, renda baixíssima do produtor". (77)

Essa sobrevivência do artesanato e, para o autor, solapada pela melhoria dos transportes, pela mais completa integração dos consumidores marginais a economia mercantil e pela penetração final do artigo industrializado.

Nos centros urbanos industriais, o artesanato ou indústria doméstica, pode até crescer, como afirma o autor citado.

No caso do Litoral estudado, à medida que aumentam os meios de comunicação e as facilidades de venda dos produtos industrializados, crescem as dificuldades em que vivem as "indústrias artesanais". Elas, entretanto, sobrevivem precariamente, pois destinam sua produção a uma fimbria do mercado que, seja por tradição cultural, ou baixo nível de renda, ainda consome os produtos elaborados tão precariamente pelas pequenas indústrias da região .

A dependência e subordinação da área estudado em relação aos pólos de atração e desenvolvimento revelam-se também, na constante sucção do produto oriundo da baixa acumulação de capital pelos referidos centros dinâmicos, externos à área.

Tanto o Litoral Norte quanto o Sul, segundo Diagnóstico realizado pela SUDELPA, são regiões exportadoras de capital. Assim, citando-se Iguape como exemplo, constata-se, pelo quadro 22, que de uma maneira geral, nem um terço dos depósitos foram utilizados como empréstimos, nas agências bancárias locais.

QUADRO 22

MOVIMENTO BANCÁRIO EM IGUAPE

(Em Cr\$ 1.000.00)

MUNICÍPIO	ANOS	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS
IGUAPE	1968	1106	399
	1969	1311	480
	1970	1207	334
	1971	1424	303

Fonte: Dados brutos (DEESP) - valores deflacionados.

Não dispondo de uma estrutura econômica em expansão, essa área sequer consegue utilizar os depósitos feitos na rede bancária. Pela dinâmica do próprio sistema bancário, esses recursos são geralmente enviados para agências das regiões mais adiantadas que passam a investir o pouco capital acumulado na área estudada.

Não é outra a conclusão do diagnóstico da SUDELPA para o Litoral Norte:

"Quer para a sub-região, quer para os 3 municípios, durante todo o período analisado, o valor da relação foi sempre superior a unidade, indicando que o volume dos depósitos bancários é superior aos empréstimos concedidos. Isto indica que, para a demanda sub-regional, o volume dos depósitos foi não só suficiente para o volume dos empréstimos solicitados, como também permitiu a transferência do volume depositado para outras regiões". (78)

A escassez de capital e o baixo nível de acumulação regional já foram ressaltados no citado relatório da BRASCONSULT.

"A escassez de capital regional decorre de um processo secular de drenagem das poupanças para a região da cidade de São Paulo. A drenagem se dava em parte pela via bancária, onde as agências transferiam recursos para as matrizes. Novas determinações oficiais se fazem necessárias no sentido de eliminar ou reduzir aquele caminho de transferência. A parte mais importante das transferências da riqueza regional se faz pelas empresas que recebem o pagamento das transações comerciais nos seus escritórios (São Paulo e Santos), deixando na região apenas o custeio dos insumos locais. Por outro lado, os recursos financeiros evitam migrar para a região por motivos diversos". (79)

Os indicadores de saúde mostram também uma situação bastante precária especialmente para a região litorânea de Iguape e Cananéia: Em 1967, o Vale apresenta taxas de 10,8% habitantes/mil enquanto que para o Estado, a mortalidade fica por volta dos 8/mil habitantes. No que diz respeito a natalidade, as taxas caem em Iguape e Cananéia nas últimas décadas mas o que poderia significar um grau maior de desenvolvimento na sub-região assim não o é.

"Devido a população decrescente ou estagnada nesse período, talvez essas tendências resultem do fato de a sub-região não ter condições para integrar economicamente sua população. A sub-área produziria estoques populacionais tendentes a emigrar principalmente nas idades mais jovens. Assim haveria redução parcial do contingente na fase apta à procriação". (80)

No que diz respeito à renda, a situação na área considerada e também precária. Ainda que as informações sejam deficientes, há aí uma renda per capita igual ou até inferior a dos Estados mais pobres do Brasil.

É esse o tipo de relações que interessam ao trabalho para caracterizar as causas da insuficiência econômica da área e as razões da marginalização social, não só de indivíduos que a economia local não pode absorver, mas também de setores econômicos inteiros - como o da pesca.

Um estudo realizado em 1966, mostra a renda per capita do Vale do Ribeira e Litoral Sul comparando-a com outras regiões. O Vale do Ribeira e Litoral Sul apresentavam uma renda per capita em 1960 de US\$ 167,4; região da Capital de São Paulo e arredores US\$ 660; Interior do Estado US\$ 350; Sergipe US\$ 139. O estudo da INTERCONSULT mostra que o Vale do Ribeira apresenta uma renda per capita em 1970, de 153,67 dólares enquanto que a sub-região de Iguape e Cananéia a renda e de 71.4 dólares e a do Litoral Norte, 70.8 dólares. Enquanto isso a renda per capita do total dos municípios do Estado é de 586.3 dólares.

É claro que se continuasse analisando as diversas características da estrutura sócio econômica da área estudada chegar-se-ia a uma conclusão óbvia, encontrada em todos os trabalhos que estudaram o Litoral Sul do Estado, trata-se de uma região pobre, em total descompasso com as outras áreas dinâmicas de São Paulo.

No entanto, de nada adianta esse método de caracterização pois leva a uma visão distorcida do significado da pobreza e da marginalidade da área. Não é a soma de suas características através de índices e indicadores, que revelam uma região desenvolvida ou subdesenvolvida, e sim a natureza das relações que historicamente se estabelecem entre os centros dinâmicos ou metropolitanos e as áreas periféricas ou dependentes.

Esta situação de dependência econômica e social cujos pólos se localizam em Santos e São Paulo, juntamente com a desestruturação das atividades agrícolas de exportação, fizeram com que a população que não emigrou se dedicasse nessa área, à extração de produtos de menor valor econômico, como a caxeta e o palmito no Litoral Sul, ao passo que no Norte o refluxo para a economia de auto subsistência parece ter sido mais acentuado.

A partir do fim do século passado, a população especialmente no sul, passa por curtos ciclos extrativos, como o da caxeta (*Tabebuia cassinoides*) e o do palmito estes de curta duração por se, tratar de mera predação que leva rapidamente ao esgotamento das reservas.

"A par da agricultura de subsistência e caracterizada por uma grande mobilidade, o caiçara lança mão de atividades extrativas. possibilitadas pela flora local (sobretudo palmito e caxeta) pela fauna (como a "cata" da ostra), atividades de típica extração predatória, que lembra a herança indígena em nosso litoral." (81)

Algo semelhante ocorre no Litoral Norte.

"Assim as culturas em que se apoia o essencial da vida econômica da maioria da população, são atividades das mais negligentes e primitivas. Na economia de subsistência, não foram os complementos encontrados, geralmente, nas culturas comerciais, assim como na pesca costeira e em reduzida escala na ajuda prestada por parentes residindo fora além do exercício de empregos em Ilha Bela, e prestação de serviços a veranistas e turistas por parte de alguns - portanto, nos 3 últimos casos, com recursos estranhos aos quadros locais - a situação dos caiçaras seria insustentável na área atualmente em exploração". (82)

Essa instabilidade e insuficiência produtivas, o retrocesso econômico não são portanto situações de onde partiram as regiões estudadas e sim fruto de uma vinculação com o mercado colonial. Esgotado este ciclo e com o deslocamento do eixo cafeeiro, surgiu essa situação de extrema marginalidade.

"A população local (Cananéia) sempre viveu ao sabor dos ciclos econômicos, sendo que, a agricultura, mesmo em épocas em que as condições de mercado eram boas para seus produtos e não se encontrava sujeita a qualquer tipo de interditos, sofreu impactos da concorrência de outros setores. Um exemplo é o desenvolvimento da construção naval que determinou uma enorme necessidade de madeiras, levando parte da população a abandonar provisoriamente a agricultura para se dedicar ao desmatamento. Os ciclos econômicos que norteavam a vida de Cananéia sempre contribuíram para a emergência de situações de marginalidade mais ou menos profunda, mais ou menos passageira." (83)

Aliás nessa relação entre pólos e áreas satelitizadas, outras formas de abordagem chegam a constatações semelhantes as que foram encontradas neste trabalho.

"Os efeitos que esses polos de desenvolvimento tem exercido até recentemente sobre a região do Ribeira são, sobretudo, os de "freagem". Como vimos, os fatores de produção e parte da população ativa tem deixado a região do Ribeira". (84)

É nessa situação de marginalização de refluxo de ciclos mais importantes (do café no Norte e do arroz no Sul) que surge a atividade pesqueira, num primeiro momento, ligada a subsistência de uma população marginal. Mourão e outros autores já estudaram exaustivamente a falta de tradição da pesca em nosso litoral. A própria pesca da baleia, da qual existem resquícios na ilha do Bom Abrigo era uma atividade de portugueses e escravos.

É verdade que desde o século XIX, tem-se notícias de exportação de peixe seco tanto no Litoral Norte quanto no Litoral Sul. Assim, em 1836, Cananéia exportou 1200 arrobas de peixe seco e São Sebastião, 35\$000 reis de peixe salgado. No entanto, tudo leva a crer que se tratava da tainha salgada e seca, complementação alimentar de então. Como existia essa espécie, nos meses frios em quantidades apreciáveis, eram salgadas e secas constituindo um excedente exportável.

Na verdade, apesar de estarem voltadas para o mar, as populações estudadas viam no meio marinho, durante o período que vai até o início do século XX, um meio de transporte. Tanto é assim que Müller, em 1836, mencionava como profissões marítimas definidas somente 52 pescadores em toda a Província de São Paulo, ao lado de 34 calafates (consertadores de barcos), 7 construtores de canoas e 132 carpinteiros, somente nas vilas litorâneas, parte do quais, sem dúvida, se dedicavam a construção naval.

Quanto à atividade pesqueira, escrevia Müller, já em 1836: "Todavia muitos há principalmente de pescadores, curtidores, cangalheiros que se ocupavam nestes trabalhos nas horas vagas de suas plantações e colheitas." (85)

1.5. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Antes de se analisar o surgimento de um setor pesqueiro no Litoral Norte e Sul do Estado, resultante da desestruturação agrícola aí observada, é conveniente fixar alguns pontos teóricos importantes para a melhor compreensão das análises feitas anteriormente.

Em primeiro lugar, as duas regiões estudadas jamais estiveram totalmente isoladas das demais. Pelo contrário, houve um esforço para demonstrar os vínculos comerciais característicos de cada uma das áreas; o Litoral Sul como centro exportador, de alimentos, para as metrópoles exportadoras (Rio de Janeiro) e o Litoral Norte como área participante, inicialmente, do ciclo agrícola mais importante do país: o do café. Não se justificam pois as explicações que atribuem ao isolamento e a falta de meios de comunicação o subdesenvolvimento reinante na área. Nas épocas de "fausto e prestígio" das chamadas cidades mortas, houve sempre uma forma ativa de participação na economia capitalista colonial.

Constatou-se também que as causas fundamentais da decadência regional estão ligadas antes, no caso do Sul, a problemas de concorrência de preços do arroz, e no caso do Norte, ao esgotamento do solo e ao desvio do sentido de exploração cafeeira. A impossibilidade da substituição da mão de obra escrava local, pela assalariada impossibilitou, ao contrário, do que ocorreu em outras áreas, o surgimento de um mercado regional sólido. Daí a evasão demográfica quando se esgotaram os estímulos externos.

Verifica-se, portanto, aqui, uma situação de subdesenvolvimento que não é um estágio anterior ao desenvolvimento. Demonstrou-se, ao contrário, que a atividade econômica no século passado era muito mais dinâmica, criando muito mais riqueza do que o faz agora, tanto em termos absolutos, quanto relativos. Essa atividade econômica mais desenvolvida, aparecia, como se viu, através da participação agrícola no total da Província, do volume de exportações, da população fixada no local, da mão-de-obra e das rendas municipais.

Não se vai discutir aqui o significado do conceito de desenvolvimento, mas para a teoria que se pretende esboçar é suficiente se afirmar que nos itens acima mencionados, a situação do Litoral Norte e Sul do Estado era muitas vezes melhor do que a atual.

No entanto, era um "desenvolvimento" limitado pela própria constituição do capitalismo comercial colonial e pela sua posterior substituição pelo capitalismo industrial.

Em ambos os casos como demonstrou, as regiões estudadas eram limitadas em seu desenvolvimento, pela forma com que participavam do mercado e pelo relacionamento que mantinham com as metrópoles regionais ou nacionais destas com a metrópole colonial.

A base desta análise reside na concepção de que as regiões analisadas participavam, durante largas décadas do século passado, do sistema capitalista colonial, mesmo após nossa independência política, em 1822. Até o início do século XIX elas participavam da então capitania (depois Província) de São Paulo, de pequena expressão dentro do ciclo econômico principal, que era o do açúcar no Nordeste e do ouro, nas Minas Gerais. Eram portanto áreas dependentes das regiões exportadoras; satelitizadas em torno de metrópoles regionais e nacionais que por sua vez também não tinham vida própria e giravam em torno das condições do mercado internacional, que ditavam os preços dos produtos coloniais.

Estabeleceu-se então um sistema de dependência de metrópole-satélites que partia desde as metrópoles internacionais, até as nacionais (Rio de Janeiro, depois São Paulo e secundariamente Santos) no período analisado e destas, até as regiões satelitizadas, como as do Litoral Norte e Sul. Na verdade o sistema capitalista, inicialmente mercantil-colonial, depois industrial, perpassava essas regiões com maior ou menor intensidade. Em alguns períodos, como se verificou, havia uma ativação das atividades econômicas nas regiões satelitizadas, de acordo com os estímulos do mercado externo, para depois sobrevir e estagnação e o retrocesso como aliás, ocorreu nas duas áreas estudadas. Essa é uma das hipóteses apresentadas por Gunder Frank e que se confirmou nas análises anteriores:

"Uma terceira hipótese importante, derivada da estrutura metrópole-satélite, é que as regiões que hoje são as mais desenvolvidas e aparentemente feudais, são as que, no passado, tiveram as ligações mais estreitas com a metrópole. São as regiões que foram as maiores exportadoras de produtos primários e as maiores fontes de capital para a metrópole mundial e que foram por esta abandonadas quando, por uma ou outra razão, os negócios decaíram. Essa hipótese também contradiz a tese geralmente aceita, de que a raiz do subdesenvolvimento de uma região e seu isolamento e suas instituições pré-capitalistas." (86)

A tese de ligações entre metrópoles internacionais e nacionais (por sua vez satelitizadas) e as regiões internas satelitizadas e bem expressa pelo próprio Gunder Frank em outro trabalho:

"Chiler: el desarrollo del sub-desarrollo". "Las contradicciones del capitalismo se recrean al nivel interno y llegan a generar tendencias al desarrollo en la metropole nacional al sub-desarrollo en sus satelites internos tal como ocurre al nivel mundial, pero con una importante diferencia: el desarrollo de la metrópole nacional necesariamente padece limitacion, embotamiento o sub-desarrollo que son desconocidos para la metropole mundial: y ello porque la metrópole nacional és tambien ella misma un satelite, mientras que la metropole mundial no. Del mismo modo, las metropoles regionales, locales o sectoriales del pais satelite ven multiplicadas las limitaciones de su desarrollo por una estrutura capitalista que las hace dependientes de toda una cadena de metropoles ubicadas por encima de ellas".

(87)

Surge porém uma questão: será proficuo se substituir a noção de exploração de classes sociais por exploração de umas regiões sobre as outras?

Pablo Gonzales Casanova, em "Sociologia de la Explotacion", trata com profundidade da relação entre explorações de classe e explorações dentro do binômio "Centro-Periferia". Para o autor, o núcleo da análise está no conceito de "exploração" que pode assumir duas características: a exploração de classes e a exploração regional. A exploração regional é a exercida por toda a sociedade de uma região sobre a outra, enquanto que exploração de classe é entendida dentro dos moldes do marxismo clássico. Para ele existem relações assimétricas no interior do centro (são as relações de dominação entre as classes sociais), as relações que se estabelecem entre o centro e a periferia (exploração regional) e as relações assimétricas no interior da periferia (relações de classe).

A partir desses tipos de exploração, o autor mostra uma série de combinações entre as desigualdades regionais e desigualdade de classe para concluir que no capitalismo atual aprofundam-se mais as diferenças (exploração) entre regiões metropolitanas e satelitizadas que as diferenças de classe.

"Estas políticas, en su lineamientos generales buscan reforzar o dirigir a quel tipo de transformaciones que disminuyen las diferencias de clase mientras aumentan las diferencias regionales, que disminuyen das desigualdades en el interior del pais metropolitano, mientras aumentan las diferencias entre este y el colonial, repitiendo en el pais colonial el mismo proceso: disminucion de las desigualdades de clase en el interior de los centros urbanos, mientras aumentan las de estos y la periferia rural, o las colonias interiores."(88)

O autor dá a entender, portanto que em dadas situações históricas as contradições entre regiões, geralmente tidas contradições secundárias passam a categoria de contradições principais .

De qualquer forma a contradição fundamental entre os que se apropriam dos meios de produção e os que somente vendem sua força de trabalho continuam presentes mesmo nas chamadas "formações" capitalistas periféricas. É, aliás através destas que a exploração regional se estabelece e perpetua aquela situação de subdesenvolvimento ou dependência permitindo afirmar que subdesenvolvimento e desenvolvimento são fenômenos que se dão ao mesmo tempo, dialeticamente relacionados.

"Es más: através de estos lazos económicos a los que se suman desde luego los politicos, sociales, culturales etc., el trabajador ocasionalmente contratado se conecta con el arrendatario agrícola que lo emplea (o más comúnmente con el mismo terrateniente); el arrendatario se vincula a su vez con el propietario de la tierra y con el comerciante (o con el terrateniente - comerciante); estos a su turno, con el mayoristas de la metropole provincial (o a veces con una gran empresa nacional o internacional): la ligazón se extiende luego de este último a la metropole nacional industrial, financeira, comercial e importadora y de esta al centro metropolitano mundial. La cabeza del organismo capitalista queda conectada de este modo, con el mas lejano y "aislado" huesecillo de las extremidades". (89)

No presente trabalho, houve o desenvolvimento mais aprofundado das ligações de dependência entre centro e periferia, dado o objetivo do mesmo: mostrar como a atividade pesqueira contínua a dependência satelitizante: no entanto, pela rápida análise da componente mão-de-obra. no período de resposta mais ativa à demanda do mercado,

pode-se perceber que em ambas as regiões a mão-de-obra escrava (principalmente no Litoral Norte) ultrapassava a média de então Província de São Paulo. O tipo de mão-de-obra ocupada leva a crer que naquele tempo as propriedades eram medias e grandes (acima de 200 habitantes).

A desorganização da produção aliada a evasão da mão de obra escrava, sem dúvida empregada inicialmente nas prósperas regiões cafeeiras, motivaram a inflexão a pequena agricultura, com a produção de excedente econômico relativamente baixo (período da decadência em inícios do século XIX).

O surgimento, em maior quantidade, do pequeno sitiante, do meeiro e do posseiro na região, não configura, por outro lado, a existência de uma situação pré-capitalista ou de restos feudais. Configura, isso sim, a existência de um capitalismo dependente e satelitizado, extremamente débil e insuficiente. O fraco desenvolvimento das forças produtivas não se deve à ausência de "fatores de mercado" ou do capitalismo mas sim à presença, durante todo o período analisado, do chamado capitalismo dependente.

Luis Pereira, analisando região semelhante em "Notas para o Estudo do Sistema de Classes Sociais Regional", apresenta claramente idêntica problemática.

"Especificamente, à respeito de tal articulação inter-regional, cabe privilegiar devido a mecanismos inerentes ao desenvolvimento desigual do capitalismo nacional os nexos de dominação-dependência. Desse modo a sociedade nacional passa a ser visualizada como conjunto de regiões e/ou sub-regiões satelitizadas (dependentes) a outra ou outras regiões e/ subregiões dominantes".(90)

O conceito importante de Luis Pereira nessa obra, (aliás, reportando-se a uma realidade já percebida por outros sociólogos como Gunder Frank) é o da insuficiência econômica. Essa idéia diz respeito as limitações que sofrem as áreas satelitizadas, em seu processo de desenvolvimento, exatamente por serem áreas reflexas de uma economia central. É essa insuficiência econômica que se identifica com a debilidade das forças produtivas a responsável pela "marginalidade" das áreas dependentes. Essa insuficiência econômica já era um fato quando aos estímulos do mercado externo havia uma ativação das atividades econômicas no Litoral Norte e Sul (meados do século XIX) mas se acentua ainda mais quando há um retrocesso econômico (século XX). É essa insuficiência econômica, que leva a população local ou a migrar ou a se integrar em atividades extrativas de baixo rendimento, como a extração do palmito e da caxeta no Litoral Sul e, posteriormente, da pesca em ambas as regiões. Luis Pereira entende

"insuficiência econômica" como a discrepância entre as oportunidades de ganhar a vida e a estrutura de necessidades (basicamente, a necessidades de consumo) do conjunto dos homens comuns. Em termos mais gerais pode-se considerar a insuficiência econômica como baixa acumulação de capital, baixa capacidade de investir e um processo constante de drenagem dos recursos da área, o que motiva o sub-emprego, os empregos de baixa produtividade e a formação de populações marginalizadas, além de setores que vão e voltam a economia de subsistência, segundo os impulsos do mercado e sua capacidade de absorvê-los.

Esse sistema, ao contrário do que afirmam diversos sociólogos, não é um sistema estável. Influenciadas, com maior ou menor intensidade, pela expansão das metrópoles regionais ou nacionais essas regiões satelitizadas vivem em equilíbrio instável ou em desequilíbrio.

O equilíbrio (instável) é obtido, segundo Luis Pereira, através da expulsão de um contingente humano para a economia pura ou de subsistência ou para outros sistemas de classe nacional", ainda que com o surgimento aí, de novas levas de sub-empregados. O equilíbrio (instável) é obtido, também, pelas novas possibilidades de se ganhar a vida que possam ser criadas. Por outro lado, o desequilíbrio persiste com a permanência dos vivenciadores da acentuada insuficiência econômica. Nessa caso pode ocorrer a "tensão social".

Como estão na dependência das regiões metropolitanas, as dependentes são influenciadas por diversos mecanismos. O mecanismo econômico, que já foi analisado antes, significa a expansão ou a retração da produção capitalista em regiões "centrais" podendo ocasionar ativação das atividades econômicas locais ou desestruturação maior ainda, das chamadas atividades artesanais. Os mecanismos culturais também influenciam as regiões satelitizadas através do "efeito de demonstração" que pela comunicação aumenta a aspiração de consumo.

Tanto no caso do mecanismo econômico, como no caso do mecanismo não-econômico (comunicação) a dinâmica interna do sistema de classes regional, tomada em conjunto, e satelitizada no sentido de estar subordinada a estímulos ou desestímulos provindos de fora dele, embora estes fatores econômicos ou não-econômicos externos operem, no interior da região através de um setor ou setores mais dinâmicos. conforme as características da economia e do sistema de classes da região. Em ambos os mecanismos, a região é, antes receptora de estímulos e. como tal, dependente da outra, ou de outras onde tais estímulos e/ou desestímulos se originam autônomoamente (com as devidas ressalvas ao âmbito internacional). (91)

As duas regiões são, portanto, "marginais", não no sentido no sentido de não-integradas ou não participantes da economia dos centros metropolitanos, como pretendem aqueles que buscam no isolamento as causas do subdesenvolvimento reinante.

Pelas diversas análises realizadas ambas as áreas sempre participaram da economia regional ou nacional, na primeira fase como exportadoras e na segunda como dependentes de outros mercados, até para seu suprimento alimentar (Iguape hoje importa arroz até para seu consumo). Constata-se agora uma situação de "participação-exclusão", forma histórica pela qual as regiões subdesenvolvidas participam da economia mais ampla. Essas áreas participam da economia regional ou nacional seja através da sangria de capital seja pelas correntes migratórias que as privam de sua mão de obra mais jovem e capaz. Nesse sentido essas regiões são excluídas dos processos de desenvolvimento e podem ser chamadas marginais. A marginalização e, por isso, uma forma de participação excludente das áreas de economia dependente, encontrando-se integradas no desenvolvimento das áreas metropolitanas ou centrais.

A análise da pesca, a seguir, mostra um setor "marginal" dentro de uma região de economia dependente, tentando apreender ao nível mais empírico a integração de uma parcela significativa das populações locais na economia global.

RECEITAS DE EXPORTAÇÃO NOS PRINCIPAIS PORTOS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

LOCAL	1851/52			1853/54			1895
	MIUNÇA	CAFÉ	TOTAL	MIUNÇA	CAFÉ	TOTAL	TOTAL
IGUAPE	6.984\$104	32\$986	7.017\$000	12.413\$691	115\$763	12.529\$724	10.236\$757
UBATUBA	234\$986	55.279\$014	55.514\$000	16\$960	55.174\$272	55.191\$232	705\$764
SANTOS	13.052\$711	58\$289	13.633\$000	8.248\$428	951\$285	9.199\$714	30.752.044\$976
SÃO SEBASTIÃO	250\$504	29.963\$496	30.214\$000	1.444\$355	28.073\$968	55.191\$232	-
CANANÉIA	909\$000	-	909\$000	433\$909	-	433\$909	830\$226
TOTAL	30.344\$533	170.289\$533	200.634\$000	31.811\$932	172.488\$932	204.200\$000	-

1851 - Discurso com que o Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo abriu a
Assembléia Legislativa

1853/54 - Idem

EXPORTAÇÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

MUNICÍPIOS	1824	%	1835/36	%	1850/51	%	1859/60	%	1866	%	1879	%
LITORAL NORTE												
UBATUBA	10:142\$000	0.80	533:035\$760	19.50	1.310:780\$386	26.01	1.704:427\$760	-	1.877:380\$981	12.40	13.822\$263	0.73
SÃO SEBASTIAO	26:697\$800	2.12	184:643\$540	6.75	-	-	243:821\$538	-	130:338\$283	0.86	2.204\$305	0.11
ILHA BELA	2:310\$800	0.18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LITORAL SUL												
IGUAPE	53:387\$000	4.25	98:126\$980	3.59	166:988\$234	3.31	385:224\$136	-	464:464\$868	3.07	14:161\$606	0.75
CANANÉIA	2:137\$940	0.17	4:307\$440	0.15	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTOS	981:575\$000	78.24	1.714:300\$460	62.74	2.669:803\$787	52.99	7.995:104\$136	-	9.185:260\$845	60.83	1.354:330\$331	72.34
TOTAL	1.254:449\$230	-	2.732:305\$650	-	5.038:043\$280	-	-	-	15.099:739\$803	-	1.872:131\$298	-
OBSERVAÇÕES												
IGUAPE	Export. gêneros da agricultura: açúcar, arroz		Export. 53.142 alq. de arroz: Rio, Montevideo, Santos Import: do Rio fazendas, ferro, chumbo, polvora, carne seca.				Exp. 61000 alq. (2.745.000b) arroz 5º lugar entre munic. exp.		Exp. 80.164 alqueires dos 82.237 alq. de arroz da Província 6º lug.		Exp. 65.323 alq. ou 2.939.548b num total de 2951\$652 1 da Prov.	
UBATUBA			Exp.: Café, fumo toucinho - O Rio de Janeiro Imp.: Fazendas, vinhos, café 229.373 arrobas									

FONTE: 1824 - FORJAZ, Djalma - Estatística da Província de São Paulo

1836 - MÜLLER, Daniel P. - "Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo

1850/51 - Discurso do Presidente da Província Thomas N. D'Araujo à Assembléia Legislativa - 1852

1866 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo Conselheiro Saldanha Marinho - 1869.

1879 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo Laurindo A. Brito - 1881

RECEITAS MUNICIPAIS - SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

MUNICÍPIO	1802	LUG	%	1836	LUG	%	1846	LUG	%	1851	LUG	%	1860	LUG	%	1870	LUG	%
UBATUBA	552\$800	-	-	1.000\$400	14º	2.6	9.773\$767	1º	13.8	5.062\$223	3º	6.8	15.986\$754	3º	6.8	-	-	-
S.SEBASTIÃO	-	-	-	3.024\$000	2º	7.9	3.740\$834	5º	5.3	3.464\$512	5º	4.9	3.017\$015	21º	1.3	1.240\$983	50º	0.3
ILHA BELA	351\$154	-	-	327\$000	27º	0.8	-	-	-	1.281\$292	20º	1.7	962\$000	40º	0.4	2.972\$000	33º	0.8
IGUAPE	-	-	-	1.000\$000	15º	2.6	1.200\$508	16º	1.7	1.209\$001	22º	1.6	3.319\$208	19º	1.4	5.980\$300	23º	1.6
XIRIRICA	143\$984	-	-	-	-	-	-	-	-	708\$032	30º	0.9	875\$000	43º	0.4	-	-	-
CANANÉIA	499\$200	-	-	208\$000	33º	0.5	348\$050	41º	0.5	272\$143	46º	0.4	630\$662	50º	0.3	1.659\$520	45º	0.4
SANTOS	2.013\$444	-	-	2.200\$000	3º	5.7	2.293\$000	7º	4.1	4.463\$650	4º	6.0	14.762\$000	5º	6.3	33.804\$000	1º	9.2
S.PAULO (CAP)	-	-	-	8.800\$000	1º	23.0	8.668\$961	2º	12.3	6.560\$000	1º	8.8	32.229\$000	1º	13.7	31.840\$000	2º	8.6
CAMPINAS	-	-	-	1.023\$000	12º	2.7	2.652\$430	9º	3.8	3.065\$564	7º	4.1	15.008\$780	4º	6.4	29.725\$281	3º	8.0
TAUBATÉ	-	-	-	1.020\$000	13º	2.7	1.312\$597	15º	1.9	1.663\$012	15º	2.2	5.468\$000	12º	2.3	-	-	-
BANANAL	-	-	-	1.100\$000	9º	2.9	5.447\$600	3º	7.7	5.892\$643	2º	7.9	28.254\$361	2º	12.0	25.993\$748	4º	7.0
SOROCABA	-	-	-	2.065\$600	4º	5.4	2.912\$814	8º	4.1	2.645\$206	8º	3.5	6.300\$528	8º	2.7	10.136\$000	8º	2.7
PINDAMONHANGABA	-	-	-	1.045\$000	11º	2.7	1.864\$900	4º	5.5	2.479\$711	9º	3.3	4.210\$000	17º	1.8	7.126\$340	17º	1.9
MOGI-MIRIM	-	-	-	720\$000	19º	1.9	2.305\$226	11º	3.3	1.352\$866	18º	1.8	6.188\$267	9º	2.6	14.640\$676	5º	4.0
AREIAS	-	-	-	1.150\$000	8º	3.0	894\$365	19º	1.3	718\$000	29º	1.0	7.184\$229	6º	5.1	3.648\$455	31º	1.0
Nº DE MUNICÍPIOS	-	-	-	40	-	-	46	-	-	50	-	-	55	-	-	62	-	-
RECEITA TOTAL DOS MUNICÍPIOS	-	-	-	38.228\$300	-	-	70.533\$052	-	-	74.518\$168	-	-	234.351\$584	-	100.0	386.843\$656	-	100.0

Fonte: 1802: ALMEIDA - "Memória Histórica de Cananóia"

1836

1870: TAUNAT - Afonso de A. - "História do Café no Brasil" vol. III

1880: Relatório de Laurindo Abelardo de Brito - 1881-SP

1896: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1908

1922: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1923

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA - SÃO PAULO

CATEGORIA PROVÍNCIA	1772					1828					1836					1879					1905
	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL	TOTAL
	79.404	78.2	22.022	21.8	101.422	182.896	73.8	65.004	26.2	247.904	239.969	73.40	86.933	26.59	326.902	680.742	81.30	156.612	18.70	837.314	
LITORAL NORTE																					
UBATUBA	1.889	71.93	737	28.06	2.626	3.150	64.58	1.727	35.41	4.077	3.521	58.37	2.511	41.62	6.032	6.436	85.07	1.129	14.92	7.565	8.200
S.SEBASTIÃO	1.838	80.08	457	19.91	2.295	2.886	66.82	1.433	33.17	4.319	2.580	60.13	1.310	30.53	3.290	4.070	86.37	642	13.62	4.712	6.700
ILHA BELA											2.953	68.73	1.343	31.26	4.290	5.772	85.63	968	14.36	6.740	
LITORAL SUL																					
IGUAPE	1.163	83.60	229	16.39	1.397	5.744	70.56	2.396	69.43	8.140	6.467	68.82	2.929	31.17	9.396	14.421(1)	84.19	2.707(2)	15.80	17.128(2)	15.305
XIRIRICA	413	78.07	116	21.92	529											4.730	80.56	734	13.43	5.464	10.750
CANANÉIA	664	59.44	453	40.55	1.117	1.074	69.02	482	30.97	1.556	1.133	69.63	494	30.36	1.627	3.447	87.37	498	12.62	3.945	5.350
OUTRAS CIDADES																					
SANTOS	2.081	54.93	1.707	45.06	3.788	1.397	37.30	2.348	62.69	3.745	3.474	59.25	2.389	40.74	5.863	15.225	80.41	3.708	19.58	18.933	
TAUBATÉ	1.948	40.41	2.925	59.58	4.909						8.229	70.0	3.604	30.0	7.833						
CAMPINAS																9.942	59.72	6.705	40.27	16.646	
ITU	2.596	47.75	2.835	52.20	5.431						6.437	57.75	4.709	42.24	11.146	7.323	67.67	3.498	32.32	10.821	

FONTES: Em 1772: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1901

Em 1828: Anuário Estatístico do estado de São Paulo

Em 1836: Müller A. P. "Quadro Estatístico da Província de São Paulo"

Em 1879: Relatório à Assembléa Legislativa Provincial - Por L. A. Brito 1881 - Santos

Em 1905: Anuário Estatístico de São Paulo

(1) em 1824

(2) no distrito de Iguape: Livres: 8.829

Escravos: 1.184

Total: 10.023

PRODUÇÃO DE ARROZ E CAFÉ NO LITORAL DE SÃO PAULO

ANOS	1836		1898		1905		1920		1960	
	Café	Arroz	Café	Arroz	Café	Arroz	Café	Arroz	Café	Arroz
MUNICÍPIOS	Arrobas	Litros	Arrobas	Litros	Arrobas	Litros	Arrobas	Litros	Arrobas	Litros
UBATUBA	31.000	-	-	-	3.624	-	-	-	-	-
IGUAPE	-	5.325.320	-	3.295.200	25.677	6.992.960 (1)	-	24.000.000 (1)	-	9.600.000 (1)
XIRIRICA	-	-	-	600.000	1.821.000	-	-	-	-	-
CANANÉIA	-	300.000	-	14.494	-	-	-	-	-	-
(1) APROXIMADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

87

MUNICÍPIO PRODUTORES DE ARROZ EM LITROS - SÃO PAULO

MUNICÍPIOS	1836		1898		1901	
	PRODUÇÃO	LUGAR	PRODUÇÃO	LUGAR	PRODUÇÃO	LUGAR
IGUAPE	5.323.320	1º	3.295.200	1º	4.380.720	2º
JACAREI	2.968.599	2º	-	-	-	-
AREIAS	764.987	3º	-	-	-	-
MONTE ALTO	-	-	2.080.000	-	2.000.000	3º
IPORANGA	-	-	1.460.000	-	-	-
RIBEIRÃOZINHO	-	-	-	-	30.000.000	1º

1836 - Müller, Daniel P.

1898 - Anuário Estatístico de São Paulo

e ss.

2a. PARTE

A PESCA COMO SETOR MARGINAL

2. 1. HISTÓRICO

A pesca, tanto em Ubatuba quanto na região lagunar de Iguape e Cananéia, ocupa lugar de destaque quer no que diz respeito ao valor da produção, quer quanto à mão-de-obra que emprega. Em Ubatuba, aproximadamente 1.200 pessoas dedicam-se a atividades pesqueiras ou a atividades diretamente a ela ligadas (comercialização, transporte). Ao todo, nesse município, mais de 6 mil pessoas, ou seja 1/3 da população, dependem total ou parcialmente da pesca. Em Iguape e Cananéia, entre os que se dedicam total ou parcialmente às atividades relacionadas com captura, industrialização e comercialização do pescado, existem mais de 3 mil pessoas, significando que mais da metade da população desses municípios é dependente da pesca.

Como se operou historicamente esse processo, sabendo-se que em fins do século passado, a pesca era uma atividade secundária na região com a produção ocasional de excedente (pesca do salgado seco) como pode se verificar anteriormente.

Há indicações que a pesca começou a ser considerada como atividade econômica importante a partir de 1910, pouco depois da desorganização agrícola de fins do século passado. Mesmo assim, já no século XVIII existem alguns indícios de que se exportava algum peixe, especialmente seco, que tudo indica tratar-se da tainha. Assim num documento de 1797 aparece o seguinte informe:

"porém, o importante da Carta de Guia de Licença do Ministro do escrivão, e 2\$400 a hum próprio que a vae solicitar a Villa de Santos somam quazi ordinariamente em mais do valor do gênero que querem vender - acrescido mais que enquanto vae e volta o enviado envelhece o peixe, vae-se o comprador e perde-se a venda, e acontecendo antecipar as diligências da licença e da dita carta de Guia para mil peixes, tem sucedido não conseguir esse computo e ficar com as despesas o pescador". (92)

Outros dados de exportação de peixe seco por São Sebastião e Ubatuba, no século XIX, revelam a existência da pesca na área, mas sua importância ainda é reduzida em termos econômicos...O Em Cananéia, assinala Mourão:

"A passagem da pesca registra-se no decorrer de 1910, quando os barcos de Santos, "as Briosas" adentram o porto de Cananéia para propor a compra do pescado. A pesca, de início, pode ser considerada como uma atividade suplementar, mas paulatinamente, sobretudo em relação a orla marítima, passa a ser atividade principal em relação a região como um todo, só recentemente é que toma posição, ou pelo menos passa a ombrear com os resultados da agricultura... Assistimos ao desaparecimento das pequenas roças de mandioca, cuja farinha passa a ser comprada na cidade, que a recebe do Paraná. O desaparecimento das roças deve-se mais vezes ao estado de anomia que se encontram certos setores da população estudada, enquanto que, outras vezes, decorre de uma substituição consciente das atividades". (93)

Nessa época, segundo o autor, reativa-se a economia local, dados os estímulos provindos dos centros metropolitanos: o eixo São Paulo-Santos. O próprio comércio se ativa à medida em que contingentes humanos recém saídos dos sítios, montam casa nos bairros do Carijó, Acaraú e mais tarde no Rocio.

Em Iguape a pesca comercial se tornou intensa a partir de 1926, quando a manjuba começou a ser capturada no Mar Pequeno, rio Ribeira e adjacências.

Em Ubatuba, segundo dados históricos, a compra do pescado se fazia também através de barcos santistas como o "Audaz", entre 1920 e 1930.

A contemporaneidade da introdução da pesca comercial, entre 1910 e 1930, tanto no Litoral Norte como no Litoral Sul, parece corresponder a um aumento da demanda alimentar motivado pelo incremento do processo urbanizatório do eixo São Paulo - Santos. De fato, segundo os dados censitários, São Paulo passa de 31.385 habitantes em 1872 para 579.033 habitantes em 1920, crescendo a uma alta taxa de 6.3% ao ano nesse período. Esse fenômeno de grande crescimento demográfico torna-o núcleo de atração do fornecimento de gêneros alimentícios. Iguape, já desempenhara a função de fornecedora de mantimentos aos centros dinâmicos da economia, simplesmente muda de comprador e de produto mas sua função continua a mesma. Já Ubatuba, de área produtiva exportadora de café para o mercado externo, no momento analisado, muda de função, passando a ser, também a área produtora de alimentos para metrópoles internas.

2.2. PERIODIZAÇÃO DA PESCA

Nesses 50 anos de existência a pesca comercial no Litoral do Estado de São Paulo não apresentou uma evolução linearmente crescente. Antes, como toda a atividade não autônoma, própria de uma economia dependente, apresentou altos e baixos, sempre, em

função, principalmente das oscilações de mercado e estímulos dos centros metropolitanos. Mourão organizou uma periodização da pesca em Cananéia, baseando-se na tecnologia utilizada. Dentro desse critério a pesca que era praticada em canoas a remo, passou posteriormente a ser por canoas motorizadas (motor de centro) e recentemente, por barcos de maior raio de ação e capacidade de carga. Apesar da tecnologia ser elemento importante na evolução da pesca e na sua periodização, é necessário salientar que outras variáveis, como o maior ou o menor intercâmbio com os centros consumidores são também elementos imprescindíveis à análise.

Assim, em Cananéia, com o estímulo do mercado em 1910, houve um contingente populacional que se deslocou das atividades mais extrativas para a pesca. Houve uma aproximação das populações rurais para a sede municipal e as vilas de pescadores circunvizinhas (processo que, aliás, se verifica até hoje). Não ocorreu, todavia, aprimoramento tecnológico significativo, a não ser um esforço de pesca maior, exercido sobre a área lagunar com a utilização de equipamentos artesanais construídos pelos próprios pescadores: a rede de algodão conservada com o banho de tinta de jacatirão, canoas de um tronco só, fabricadas na região, cercos de bambu, etc.

Por volta de 1942, 3 eventos começam a alterar o panorama pesqueiro: a instalação do entreposto de pesca, o surgimento da MEPESCA e a chegada de pescadores do Sul, com novas técnicas de captura. A instalação do entreposto deu um dinamismo momentâneo à pesca de Cananéia, pois quase coincidiu com a criação da MEPESCA, companhia que deteve por alguns anos o controle e a comercialização do pescado em São Paulo. A certeza de um mercado comprador faz com que algumas famílias de pescadores nômades provenientes do Sul (Santa Catarina e Paraná) se estabelecessem em Cananéia, especialmente na Ilha do Cardoso. Possuidores de técnicas mais evoluídas, os chamados "catarinenses" muito contribuíram para a difusão de novas modalidades de captura na região.

Nessa época era tal o estímulo dos mercados "metropolitanos" que o camarão da área lagunar chegou a ser transportado de avião para Santos e São Paulo (quando tradicionalmente eram transportados de barco até Santos).

O fim da MEPESCA, pouco depois da II Guerra motivou uma desaceleração das atividades pesqueiras. O próprio entreposto acabou sendo arrendado a particulares e muitos dos pescadores "catarinenses" retornaram à sua região de origem.

Esse processo de desaceleração das atividades pesqueiras na região lagunar, ainda tipicamente artesanais, dura até aproximadamente 1962. O contato nesse período com os centros consumidores era feito através de um ou outro comerciante local, especialmente pela empresa familiar que arrendou o entreposto de Cananéia. Ela mantinha o domínio quase

absoluto da pesca, porque dispunha de gêlo e do sistema de comercialização, além de financiar equipamentos aos pescadores que, em contrapartida, deviam vender-lhe, com exclusividade, a produção ou dar-lhe metade do pescado capturado pelo empréstimo das rêdes.

Em inícios da década de 1960 houve uma ativação das atividades pesqueiras. Novas levadas de pescadores "catarinenses" dotados de motor de centro, estabeleceram-se na área lagunar e nas praias da Ilha Comprida, pescando também no mar grosso. O aumento das canoas motorizadas: 2 em 1963; 14 em 1965 e 52 em 1970, revela a dimensão da inovação tecnológica. Nesse período operou-se também uma diferenciação bastante nítida entre os pescadores motorizados que conseguem atravessar a barra e ir pescar no Mar de Fora, selecionando espécies de maior valor no mercado, e os pescadores do Mar de Dentro, que continuaram dependendo dos recursos cada vez mais escassos da lagoa.

Após 1968, houve a afluência de barcos maiores, alguns dos quais pertencentes a firmas do Sul, o que foi motivado pelo impulso dado à pesca predatória do camarão sete-barbas, estimulada pelo decreto 221 da SUDEPE.

Na evolução da captura é importante lembrar alguns tópicos que ainda não foram analisados. Um elemento significativo é a absorção da mão-de-obra local nos vários períodos. No primeiro, a absorção da mão-de-obra local pelas atividades pesqueiras ligadas ao mercado foi bastante expressiva. Era a passagem da agricultura para a pesca, ainda que esta, especialmente a da tainha já fosse praticada desde os tempos coloniais por muitos dos migrantes como complementação de renda.

No segundo período ainda que se tenha observado alguma mudança tecnológica (rede de nylon) continuou a haver incorporação de mão-de-obra local as atividades ligadas ao mercado. No terceiro período de 1962 (aproximadamente) até 1968, houve uma diferenciação em termos de motorização das canoas que se constituiu no elemento diferenciador entre os pescadores realmente voltados para a pesca como atividade predominante e os pescadores de tempo parcial ou de complementação de renda. Já na última fase (de 1968 até agora), a incorporação a pesca de moldes mais técnicos foi bastante reduzida. De fato, poucos pescadores entraram no rol da tripulação dos barcos maiores em Cananéia. Esse fator será melhor analisado a seguir.

Em Ubatuba, a evolução tecnológica e de mercado se fez de maneira diferente. O fracasso da cultura cafeeira motivou a evasão de uma parte da população ativa (especialmente a escrava) enquanto que outra regredia para uma cultura de subsistência ou para a pesca.

Somente por volta de 1920/1930 surgem as "traineiras" na pesca da sardinha.

Em 1945, Gioconda Mussolini analisa detalhadamente diferenciação entre o pescador e o caiçara, totalmente no artesanato e os pescadores dos "barcos" de pesca, as traineiras. A nova tecnologia, nessa fase, incorpora pouca mão-de-obra local:

"O pequeno pescador da Ilha dispõe somente de aparelhamento rudimentar, produzido no local: Não dispõe de meios para a conserva de "peixe fresco" e a combina, para garantir a própria existência a dos seus, a mais de uma atividade, aliando comumente à pesca a pequena lavoura da sua "quadra". É este pescador que, condicionado a um descolamento pequeno para além de onde reside, mantém mais conservados os meios tradicionais de pesca, detém conhecimentos seguros sobre a vida dos peixes e condições ambientais mais restritas a sua zona e oferecem maior resistência a inovação, quer por que se tenha habituado a uma forma determinada de fazer as coisas, quer por que não disponha de capital para investir nos aparelhamentos que a técnica moderna apontou como mais eficientes". (94)

Esse caiçara, na época analisada por G. Mussolini, era sobretudo um pescador de tainha, espécie que aparece no tempo frio, de maio a julho, na costa Sul do Brasil.

"Caíam, porém os primeiros minuanos trazendo-nos os frios andinos (o que sucede em abril) e as tainhas retiram-se das numerosas lagoas do Sul brasileiro para como se diz em Santa Catarina, "correr o curso". "É o peixe de corrida da Ilha".

A autora descreve com muita precisão, todas as fases da pesca da tainha e sua influência sobre a organização social das praias; a perícia que se exige de cada pescador; a tecnologia aplicada e a divisão do produto final em quinhões, segundo a propriedade dos equipamentos de pesca. Já naquela época, mesmo com a fartura desse peixe, havia problemas com a mão-de-obra.

"O chamado da buzina (para chamar os companheiros de pesca) não raro é inútil. Quantas e quantas vezes ouvi o toque clamoroso, insistente, por horas a fio. O pescador fortuito que não faz da pesca o único meio de vida tem exigências especiais quanto as condições do tempo, oportunidade da hora, disposição individual... O que o pescador não compreendia era que a ciranda é um dos divertimentos da ilha, ao passo que a pesca, apenas um auge na vida daqueles que se dedicam muito mais a agricultura ou a um mil números de outros afazeres". (95)

Atualmente como se verá na análise específica de pesca artesanal no Litoral Norte, a tainha não mais representa o papel que desempenhava há 30 anos atrás. Inúmeros fatores, entre os quais a pesca industrial praticada no Sul, na saída das lagoas, parece reduzir muito o número de tainhas que conseguem furar o cerco e "correr a costa". O escasseamento da tainha, espinha dorsal da pesca artesanal de então, alterou inúmeros padrões de conduta e introduziu modificações na própria vida do caiçara.

Durante os anos de 1920/30 começaram a aparecer em Ubatuba a semelhança do que ocorrera em Cananéia, barcos provenientes de Santos, como o "Audaz", "Nair", "Dragão", para comprar peixes na região. Reativa-se a economia pesqueira a medida em que os contatos com os centros metropolitanos regionais (agora o eixo S. Paulo/Santos) se tornam mais freqüentes. Não se trata no entanto, da penetração da economia capitalista numa região tradicional. Esta região desde os tempos da economia mercantil (colonial) sempre participara da economia de mercado, com maior ou menor intensidade. A desorganização da economia cafeeira motivou uma menor intensidade dessas relações, que todavia continuaram a existir. A prova disto está no surgimento das célebres "canoas de voga, enormes canoas feitas a mão e movidas a remo, que após o colapso da navegação (de exportação) interligavam Ubatuba a Parati, São Sebastião e Santos. levando pipas de aguardente fumo e produtos regionais para a comercialização nas praias acima citadas. A não ser em sentido restrito não se pode falar, mesmo nesse período, de economia fechada sendo pois pouco adequada a afirmação de Ary França para a Ilha Bela:

"Assim, a Ilha de São Sebastião manteve-se relativamente isolada com um número de relações com o exterior. Pode-se falar legitimamente em regime de economia fechada como característico das últimas décadas do século passado e duas primeiras deste". (96)

Em Ubatuba, alguns anos depois, surgia uma nova fase para a pesca local: a fase da captura da sardinha. espécie muito abundante. contrastando com o período anterior, caracterizada por um velho pescador da região, da seguinte forma:

"até por volta de 1930 o mais que a gente pescava era tainha, no tempo frio que a gente vendia para o "Audaz" ou escalava e vendia para os caipiras da serra acima de Paraitinga".

Apesar de o centro da pesca da "sardinha" ser a Ilha Bela, Ubatuba também dela participava. No entanto, a captura da sardinha já exigia equipamentos bem mais caros, fora do alcance do caiçara local. Foi de fato uma pesca que incorporou inicialmente muito pouca

mão-de-obra. Já escrevia Gioconda Mussolini, em 1945: "Salvo alguns proprietários de barco ao bairro do Sombrio (o único centro da Ilha Bela especializado em pesca) está fora de alcance do pequeno pescador local o dispor de capital para empatar num barco do 120 mil cruzeiros ou uma traineira (rede especial para apanhar sardinha) que custa a insignificância de 60 mil cruzeiros". (97)

Na época analisada por G. Mussolini, muito mais do que hoje, a pesca da sardinha através dos barcos e da traineira superava as possibilidades de apreensão da organização social local: essa pesca era realizada em grandes proporções, por barcos vindos de Santos que além de pescar utilizando equipamentos mais modernos compravam o pescado dos pescadores locais para vendê-lo em Santos.

A pesca da sardinha, até poucos anos, era feita por 2 equipes especializadas, com funções distintas na captura: a tripulação do barco e a tripulação da rede, a traineira.

A tripulação do barco, geralmente proveniente de Santos, constava de um mestre, primeiro maquinista, 1º marinheiro, 2º marinheiro, moço de bordo, cozinheiro e de um sobressalente. Outra era a tripulação da rede, geralmente contratada "in loco" para a captura da sardinha. Durante a pesca, a tripulação do barco fica funcionalmente subordinada à tripulação da rede. Acaba da pescaria, o "mestre da rede" vende a sardinha capturada ao mestre do barco pelo preço local sendo o dinheiro então dividido entre os companheiros da rede. O mestre do barco, por sua vez, leva o peixe para Santos e vende na praça, a preços mais altos. A diferença entre o preço local e o da praça de Santos é o lucro da tripulação do barco que participa da nova partilha.

Atualmente, as duas equipes se fundiram numa só: a tripulação da traineira. No entanto permaneceram alguns resquícios da divisão de trabalho: o mestre proeiro, que comanda a captura propriamente dita, e o mestre do barco, responsável pela embarcação. Em grande parte das traineiras o mestre incorpora as duas funções recebendo então cinco ou seis partes na divisão do rendimento da pescaria (3 de mestre de barco, 3 de mestre proeiro).

Dois outros fatores vieram modificar o panorama da pesca em Ubatuba: criação do entreposto e a difusão do cerco flutuante.

O entreposto, foi construído por volta de 1940, mas sua influência se fez sentir mais na pesca industrial devido sua distância do centro urbano de Ubatuba, e de seu próprio tipo de construção que permite apenas a atracação de embarcações maiores, tipo traineira.

A introdução do cerco flutuante, tipo de rede circular, exerceu de fato, grande influência sobre a pesca como um todo, especialmente a pesca artesanal. Foi introduzido por volta de 1920, em Ilha Bela, por pescadores japoneses residentes no local, que já usavam esta armadilha em seu país de origem. Gioconda Mussolini descreve assim a armadilha de

pesca que mais se adaptou as condições locais e que em 1942 foi levado para Ubatuba, (praia do Flamengo):

"o cerco flutuante, "cerco de japonês" ou simplesmente "cerco", como e mais comumente designado hoje, consta essencialmente de 2 partes: a casa (rodo) e a espia (caminho). A primeira que é reservatório, assemelha-se a um grande coador de café, embora não afunilado e assenta-se no fundo, denunciando-se à superfície das águas apenas por uma elipse de gomos da taquarussu... Quanto ao caminho, tem ele comprimento variado, de acôrdo com a distância em que se acham do costão (15, 20, 30 braças)."

O cerco flutuante é bastante comum no Litoral Norte, ainda que sua produtividade pareça ter diminuído, possivelmente pela sobre-pesca dos barcos da frota industrial (trawlers e parrelhas que varrem aquelas partes da costa). Só em Ubatuba existem hoje, aproximadamente 25 cercos flutuantes.

Dois aspectos merecem consideração nessa modalidade de captura: a mão-de-obra utilizada e a incorporação dessa técnica, pela população caiçara local. Em primeiro lugar, é uma rede cara, que exige mão-de-obra especializada para sua confecção.

"Acresce ainda que o cêrcio não era possível de ser copiado sem explicações; a confecção do fundo, como o próprio Hamab (primeiro entalhador japonês de cêrcio no Brasil) exige explicações porque só de ver não se aprende e as explicações se tornavam difíceis pelo desconhecimento da língua. Sebastião Barnabe tendo residido próximo a Hamab e se tornando seu auxiliar me disse: "Para aprender a fazer o cêrcio não é qualquer um. A gente precisa ter leitura e boa cabeça. Muita gente passou a vida toda vendo fazer cerco e nunca aprendeu" (98).

Somente depois da saída dos japoneses do Litoral, com a Segunda Guerra, e que alguns auxiliares caiçaras se tornaram "mestres" na confecção do cêrcio.

Assim mesmo, é uma armadilha cara e foge às possibilidades da grande maioria dos pescadores caiçaras. Normalmente ele é de propriedade de um intermediário de comercialização, ou "atravessador" que domina a pesca da praia. Já por volta de 1950, havia a concentração dos cercos nas mãos de uns poucos ricos:

"e os mais favorecidos da fortuna eram possuidores de três, quatro ou mais aparelhos, todos localizados em regiões piscosas, não permitindo essa situação que os pescadores desprovidos de maiores recursos pecuniários tivessem uma oportunidade qualquer de usufruir proveitos desse sistema de pesca.". (99)

O cerco flutuante utiliza mais ou menos seis pessoas na despesca, que é feita 3 ou 4 vezes por dia. Esse tipo de rede fica aproximadamente 8 dias na água, após o que é tirado para conserto e depois lançado a água outra vez. Inicialmente os japoneses modificaram o sistema de remuneração reinante na pesca: o do quinhão (parte no produto), pagando os "visitadores" em dinheiro. Quando, no entanto, os cercos passavam a ser propriedade de alguns caiçaras do local, foi reintroduzida a participação em quinhões ou partes.

Depois de 1945, segundo informações de velhos pescadores locais, começaram a surgir os primeiros motores de centro de 8 a 10hp. A abertura de uma ligação melhor entre Caraguatatuba e Ubatuba, através de uma rodovia estadual (1948) constituiu-se num incentivo a pesca artesanal para o mercado, pois a venda aos barcos de Santos era muito inconstante. Até então, o caiçara pescava e quando não conseguia vender o pescado, o salgava. Depois de 1952 começaram a surgir os "atravessadores" de maior porte, que compravam o pescado do caiçara e vinham revendê-lo em São Paulo. Por volta de 1954 foi construído o mercado de peixes em Ubatuba, mas os pescadores continuavam na dependência de um ou de outro "atravessador" que monopolizava o mercado, pagando preços irrisórios pelo pescado capturado pelo caiçara. O "atravessador" funcionava, à semelhança de Cananéia, como financiador de equipamento de pesca ao pescador que endividado, ficava, cada vez mais, dependente. A abertura da estrada para Ubatuba, em Caraguatatuba, incentivou uma nova atividade regional: o turismo. Frente a uma nova demanda, os diversos setores da pesca, principalmente em termos tecnológicos, reagiram de modo diferente: o setor voltado para a captura da sardinha, que se constitui de barcos de mais de 18 m., não sofreu grandes alterações com a demanda maior do pescado, motivado pelo afluxo turístico e responsável pelo alto grau de urbanização do Litoral Norte, pois a produção da sardinha visa o mercado de São Paulo e outros mercados regionais

A influência desse setor se deu mais na captação a mão-de-obra de algumas praias (o que será posteriormente estudado) e na instalação de algumas salgarias de sardinha prensada e salgada em Ubatuba.

O setor artesanal se comportou diversamente em relação ao turismo. A fimbria inferior da camada caiçara que constituía o maior núcleo de pescadores artesanais, à medida em que as casas dos turistas invadiam as suas praias, foi se incorporando a atividades ligadas

ao turismo: construção civil, caseiros (especialmente) passando a pescar muito ocasionalmente.

O terceiro setor, formado especialmente por pescadores com canoas, baleeiras e pequenos barcos com motor de centro, desenvolve-se mais, e se dedica sobretudo, a captura do camarão, cação e outras espécies. Esse setor intermediário tem acusado um crescimento significativo após 1960, com a introdução dos motores "stoll" e "modd" e sobretudo com a grande demanda turística nos quase 4 meses de férias existentes durante o ano. Atualmente existem mais de 75 canoas e baleeiras motorizadas sendo que umas 36 delas descarregam no Portinho, próximo a cidade. Além disso existem cerca de 6 barcos de mais de 9m no Saco da Ribeira, que se dedicam quase que exclusivamente a pesca do cação.

Comparativamente, a região lagunar de Iguape Cananéia e Ubatuba (Litoral Norte) tiveram uma evolução pesqueira que apresenta alguns pontos comuns: em ambos os casos a atividade pesqueira foi uma das alternativas ante a desorganização agrícola.

No Litoral Sul, em termos tecnológicos, deve-se salientar a passagem da canoa a remo para a motorizada, como uma evolução tecnológica progressiva. Até este estágio houve uma absorção satisfatória de mão-de-obra extremamente artesanal para um nível tecnológico mais avançado que permite maior deslocamento do pescador dentro do seu ambiente ecológico. A canoa a motor, no entanto, em muitos casos serviu somente para facilitar o deslocamento físico do pescador, pois que tanto na pesca da manjuba, como na do Mar de Dentro, em Cananéia, ela é principalmente meio de locomoção e transporte. A pesca e realizada em canoas a remo, mais fáceis de serem manejadas. Com a chegada de barcos maiores a incorporação de mão-de-obra local tem sido quase nula ao nível da captura.

Já em Ubatuba, a incorporação da mão-de-obra local a estágios mais elevados de tecnologia pesqueira não se deu com a introdução da pesca de sardinha. Nessa fase somente alguns, embarcaram, mas praticamente nenhum caiçara era dono do equipamento, dado seu alto preço.

Um outro fenômeno que influenciou a dinâmica pesqueira no Litoral Norte foi o crescimento do turismo, bastante fraco, até hoje em Cananéia. Pode-se afirmar que durante quase meio ano existe um mercado turístico consumidor de pescado, sobretudo camarão, que dá um certo dinamismo a pesca artesanal motorizada. Por outro, estudar-se-á o conjunto do influências e as atividades urbano-turísticas exercem sobre a pesca artesanal no Litoral Norte em contraposição à pequena importância do setor no Litoral Sul.

Por fim, como foi possível perceber, a pesca nunca teve em ambos os casos, um desenvolvimento linear e autônomo pois sofreu continuamente, as influências do mercado metropolitano. França analisa a intermitência do setor em Ilha Bela:

"o apogeu teve lugar entre 1925 e 1932 (segundo testemunho concorde de muitos informantes) quando costumavam frequentar as costas de Ilha Bela 45 a 50 barcos de pesca (aproximadamente 80% matriculados então no porto de Santos). O principal porto pesqueiro da Ilha, o Sombrio, teria chegado a reunir de 450 a 500 habitantes, dando abrigo, na sua reentrância bem protegida dos ventos, de 20 a 25 barcos por noite. O próprio acúmulo de pescadores e de aparelhos de pesca a irregularidade natural dos resultados desta, além do abandono das atividades básicas da subsistência teriam determinado curtas mas serias crises. A sequência de 4 anos difíceis, de 1932 a 1935, logo após a fase de maior animação foi o 1º golpe sério, reduzindo a condição de miséria vários proprietários de barcos. A 1935, referem-se inúmeros pescadores como tendo sido um ano de fome. que teria levado alguns a colheita florestal e grande número ao exodo".(100)

2.3. PRODUÇÃO PESQUEIRA

A pesca no Litoral do Estado de São Paulo, com os incentivos fiscais concedidos ao setor pelo Decreto-Lei nº 221, de 1967, tem demonstrado um certo incremento apesar da instabilidade que as fontes estatísticas revelam no que diz respeito à captura. É claro que a pesca, considerada já uma das indústrias base não pode ser medida em termos estaduais dadas as características dessa atividade que explora um bem comum, que é o mar, e que implica na descarga do pescado em portos, por vezes distantes dos lugares de onde são provenientes as embarcações. Muitos barcos sediados em Santos descarregam no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, ou Paraná de acordo com o tipo de captura e disponibilidade de infra-estrutura (gelo, óleo, armazenamento) de cada cais.

O quadro 23 mostra a preponderância do entreposto de Santos em relação ao volume da captura.

QUADRO 23

DESEMBARQUE NOS PORTOS DE SÃO PAULO

ANOS	1968		1969		1970	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
SANTOS	47.731.000	82,49	53.271.000	88,35	49.192.000	87,37
UBATUBA	4.225.938	7,30	3.803.285	6,31	4.163.619	7,40
S.SEBASTIÃO	4.044.859	6,99	2.314.439	3,84	1.551.730	2,76
IGUAPE	1.403.126	2,42	295.661	0,49	481.123	0,85
CANANÉIA	463.131	0,80	607.436	1,01	914.286	1,62
TOTAL	57.868.054	100	80.291.821	100	56.302.758	100

Fonte: Instituto de Pesca Marítima

Como se pode observar pelo quadro acima, Santos sempre manteve a liderança de desembarque pesqueiro do Estado.

Ubatuba aparece como segundo lugar em volume de pescado descarregado, participando com cerca de 7.0% do total do Estado ao passo que Iguape e Cananéia, não passam de 2.4% no triênio considerado.

Do quadro 24 em que estão organizadas por ordem de importância, em volume, 35 espécies mais capturadas, algumas conclusões podem ser tiradas.

Em primeiro lugar, o Litoral Norte, mais especialmente Ubatuba, é uma área especializada em sardinha que é a espécie mais abundante. Ubatuba, nos últimos anos, sempre apresentou mais de 90% do total e São Sebastião representa mais da metade da captura dessa espécie. Sabendo-se, por outro lado, que a pesca em Ubatuba é feita por barcos sardinheiros considerados grandes (mais de 20 m. de comprimento em geral), que têm um raio de ação considerável e pertencentes geralmente a empresas, pode-se afirmar que aí, a pesca é técnico-industrial. Já em São Sebastião, ao lado da sardinha, existe a descarga do camarão sete-barbas, rosa e legítimo que é efetuada por barcos de duas características: barcos grandes, do tipo mexicano, pertencentes a maior firma local de uma das maiores do Brasil) a CONFRIO, pesca industrial portanto; e os barcos pequenos de propriedade individual, de pequeno raio de ação. Em Ubatuba, a frota não industrial ou artesanal e os cercos, são responsáveis pela captura dos peixes e crustáceos (camarão sete-barbas) que são vendidos no mercado local, especialmente aos turistas é transportados ao CEAGESP - São Paulo - onde são comercializados. Entre as principais espécies aí capturadas pela pesca artesanal, estão a espada o bonito, o carapau, a cavala, a sororoca e o bicudo. A tainha, que por volta de 1950 era responsável por parte considerável da captura, conforme fica claro nos trabalhos de Gioconda Mussolini e Ary França, agora nada mais representa. Em Ubatuba, de 15.450 kg, capturados em 1968, houve uma redução para 2.950, o que representa somente 0,07 sobre o total capturado em 1970. Por esse motivo, desaparece também aquela teia de relações sociais que se formava em torno da pesca da tainha, descrita por Gioconda Mussolini.

Já em Iguape, existe também especialização em torno da captura da manjuba que sempre tem representado, no triênio analisado, mais de 90% da produção. A captura da manjuba, espécie que até anos atrás, subia pelo rio Ribeira até Eldorado, agora somente se faz até as imediações da cidade de Iguape. É um peixe que aparece de outubro a abril meses em que, aproximadamente, 2000 pescadores fazem o "cerco da manjuba". A produção desse período abastece de matéria-prima as quase 20 "salgas" locais, pequenas indústrias

QUADRO 24

ESPÉCIES MAIS CAPTURADAS EM KGS

LOCAL	1964				1968			1970		
	LUGAR	ESPÉCIE	PRODUÇÃO	%	ESPÉCIE	PRODUÇÃO	%	ESPÉCIE	PRODUÇÃO	%
Ubatuba	1	(1)			1. Sardinha	3.471.636	93.98	1. Sardinha	3.919.440	94.15
					2. Carapau	99.260	2.34	2. Savilha	68.580	1.65
					3. Goete	29.500	0.69	3. Cavalinha	44.500	1.07
					4. Mistura	27.740	0.65	4. Mistura	21.563	0.52
					SUB-TOTAL	4.128.036	97.66	SUB-TOTAL	4.054.083	97.39
São Sebastião	1				1. Sardinha	3.170.180	78.37	1. Sardinha	814.645	52.50
					2. Camarão 7 barbas	548.408	13.56	2. Cam.7 barbas	314.863	20.29
					3. Carapau	99.844	2.47	3. Mistura	138.974	8.96
					4. Camarão Rosa	81.001		4. Corvina	45.397	2.92
					SUB-TOTAL	3.899.433	96.85	SUB-TOTAL	1.313.879	84.67
Iguape	1	Manjuba	3.190.000	98.65	1. Manjuba	1.359.781	96.94	1. Manjuba	438.491	91.14
	2	Pescada	5.700	0.18	2. Sardinha	10.360	0.74	2. Sardinha	10.571	2.20
	3	Robalo	5.350	0.17	3. Cação	6.720	0.48	3. Cação	10.169	2.12
	4	Tainha	5.000	0.16	4. Pescado	6.484	0.47	4. Robalo	5.379	1.12
		SUB-TOTAL	3.206.250	99.15	SUB-TOTAL	1.383.345	98.62	SUB-TOTAL	464.610	96.57
Cananéia	1	Camarão médio legit.	360.000	48.14	1. Camarão 7 barbas	7.375	14.77	1. Cam.7 barbas	892.373	75.40
	2	Cação	112.000	14.98		50.487	11.07	2. Cação	61.702	6.72
	3	Bagre	95.000	12.71	2. Sardinha	47.367	10.39	3. Tainha	37.865	4.13
	4	Sardinha	50.000	6.70	3. Tainha	47.096	10.33	4. Pescada	26.680	2.91
		SUB-TOTAL	617.000	82.53	4. Cação	212.325	46.56	SUB-TOTAL	818.620	89.16

Fonte: Instituto de Pesca - DEE

Observações: (1) Não existem dados

(2) Produção sub-estimada: descarga de manjuba em Iguape: cerca de 3.000.000kg.

(3) Sardinha do Mar de Dentro, capturada em Cananéia.

artesanais que na entre-safra beneficiam outros produtos do setor primário ou permanecem ociosas. Deve-se ressaltar, por outro lado, que as estatísticas oficiais subestimam a produção local, pois grande parte da manjuba não passa pelo entreposto para ser computada, mas é levada diretamente as "salgas". Uma estimativa, a partir da manjuba fresca vendida ao CEAGESP e da parte que é industrializada, revela que a produção de 1970 esteve por volta de 3.000.000 kg.

Em Cananéia, até 1968, as informações demonstraram haver uma certa diversificação dentro da produção, cuja maior parte pode ser atribuída à própria captura artesanal. A partir de 1968, o camarão sete-barbas, abundante nas proximidades da Ilha do Bom Abrigo, começou a ser explorado, intensivamente, representando em 1970, mais de 70% do total da captura. Esse aumento de captura do camarão sete-barbas se deve a vários fatores, entre os quais está a procura desse crustáceo pelo seu valor de mercado, por parte das firmas que receberam financiamento governamental, devendo reembolsa-lo. Com a escassez do camarão rosa, de alto valor comercial, essas firmas dirigem a captura para outros tipos de camarão. Em Cananéia, especificamente, o aumento considerável do camarão sete-barbas se deve a pequenos barcos e baleeiras, especificamente sulistas (Santa Catarina e Paraná) que vem pescar no Litoral Sul de São Paulo. Esse aumento considerável de produção pode ser atestado por duas variáveis: a venda de gelo e óleo combustível durante este período.

A venda de óleo ou combustível que foi de 10.834 litros em 8 meses de 1968, passou a 142.768 em 1969, portanto, um consumo sobe para 250.500 litros mais de 25 vezes a venda de 1968. Em 1971 houve um pequeno decréscimo no consumo de óleo, mas, mesmo assim, a venda atingiu 227.784 litros.

A venda do gelo também cresceu muito e só não foi maior porque a quantidade produzida era insuficiente para a demanda existente, obrigando as firmas compradoras a transportar o gelo de mais de 300 km. para suprir as necessidades locais. Os barcos, muitas vezes tinham que aguardar mais de 3 dias para receberem o suprimento necessário. Assim mesmo, a venda de gelo no entreposto passou de 460.360 pedras em 1969, para 71.297 em 1970.

Ao lado dessa captura semi-industrial, geralmente feita no Mar de Fora, para além da barra de Cananéia, existe a pesca propriamente artesanal, de pescadores autônomos, que exploram um ambiente limitado que é o Mar de Dentro, ou Região Lagunar. As espécies mais capturadas aí, são o camarão legítimo, o robalo, a tainha, a sardinha e a pescada. Deve-se salientar ainda a cata da ostra, de que vivem algumas vilas pobres de pescadores da região ao Lagunar. Os dados mostram uma brusca queda da coleta de ostras, a partir de 1968. O fator mais explicativo parece ser o fechamento de uma indústria que explorava comercialmente a ostra, por não encontrar mais rentabilidade compensadora nos negócios.

O fato é que a produção decaiu visivelmente, motivada não só pela coleta predatória, mas por fatores biológicos, (alteração de salinidade na região lagunar). Mesmo assim, estima-se que mais de 6.000 dúzias de ostras são enviadas a São Paulo, semanalmente, totalizando mais de 300 mil dúzias anuais.

2.4. PREÇO E COMERCIALIZAÇÃO

A evolução dos preços e dos processos de comercialização do pescado no Litoral Norte e Sul do Estado, seguiram os impulsos dos centros dinâmicos como Santos e São Paulo.

Nas duas regiões, a implantação de um mercado de pescado começou a se efetuar após 1910, quando os barcos de Santos começaram a comprar pescado tanto em Cananéia quanto em Ubatuba. A partir de então, de acordo com a procura do produto, registraram-se as primeiras oscilações nos preços do mercado, apesar do que, como se verificou anteriormente, os estímulos nem sempre foram contínuos. Em Cananéia, por exemplo, após a 2ª Guerra, com a desorganização da MEPESCA, companhia que detinha todos os negócios de captura e comercialização pesqueira, houve o monopólio dos preços pagos ao pescador por parte de um comerciante local. Essa rigidez dos preços locais só começou a se alterar depois de 1967, com o funcionamento efetivo da CIBRAZEM que tomou conta do entreposto, e a vinda de firmas (CONFRIO, Nipo-Brasileira, Compesca) que passaram a disputar sobretudo o camarão sete-barbas. A operação dessas firmas deu aos pescadores um pouco mais de liberdade de venda do pescado. O estabelecimento dos entrepostos, em Cananéia, Iguape, Ubatuba, em inícios da década de 1940, foi sem dúvida, um elemento importante na consolidação e continuidade da captura, pois garantia, ainda que precariamente, o fornecimento de gelo, óleo e armazenamento conseqüentemente a possibilidade da fixação de preços.

Em Cananéia, atualmente, o produto tanto da pesca artesanal motorizada e não-motorizada como da pesca industrial, e descarregada no entreposto, agora sob a administração do CEAGESP (desde março de 1972). Aí é feita a comercialização, sendo que parte do camarão sete-barbas (espécie mais capturada) é vendida fresca no CEAGESP, e parte é industrializada, seja em Cananéia seja em outras cidades como São Sebastião e Santos. As outras espécies são geralmente comercializadas in natura, especialmente no CEAGESP.

Em Iguape ao contrário do que ocorre em Cananéia, existe ainda toda uma teia de compromissos entre os manjubeiros e as firmas locais de salga, pois como estas financiam desde a rede até a canoa, os pescadores se comprometem a entregar por um preço fixo, todo o pescado ao "industrial".

Em Ubatuba, no mesmo período, ocorreu processo semelhante ao verificado em Cananéia. Excluindo-se a produção de sardinha da área, em que somente pequena parte é descarregada no entreposto, dada a inexistência de uma infra-estrutura adequada, a comercialização das outras espécies era monopolizada por um ou dois compradores principais, os "atravessadores", que dominavam os negócios pesqueiros locais. Apesar de ter surgido, por volta de 1954, o mercado local de pescado, somente há uns 3 anos, segundo informantes ubatubanos "começou a funcionar a concorrência". Nesse caso o pescado é entregue aos atravessadores que revendem no CEAGESP (especialmente fora da temporada) conservando para si cerca de 40% do valor da venda como taxa de transporte, comercialização, e lucros.

A evolução dos preços atacadistas de uma maneira geral, tanto no CEAGESP quanto nas fontes produtoras, tem-se mostrado inconstante para a maioria das espécies capturadas. Excetuando-se uma ou outra espécie de mercado internacional seguro, como o camarão-rosa, os demais têm demonstrado decréscimo em seu valor real nos últimos anos. Por outro lado, o preço do pescado, no mercado varejista, tem apresentado elevação constante, atestando significativas margens de lucro para os intermediários.

Pelo quadro 25, é possível estabelecer algumas correlações entre os preços pagos pelo CEAGESP, em São Paulo, a algumas espécies mais capturadas de Cananéia.

Em ambos os casos, utilizaram-se os preços reais, obtidos através do deflacionamento usando-se os índices econômicos da Conjuntura Econômica (nº 6, 1971).

Em Cananéia, houve um comportamento distinto para os crustáceos (camarão sete-barbas e legítimo) e os pescados mais tradicionalmente explorados pela pesca artesanal.

O camarão sete-barbas, foi o que apresentou um maior aumento de captura (375%) entre 1968/69. Tomando por base o ano de 1968, houve um aumento constante nos preços reais da espécie, ainda que de 1968 para 1969, a proporção de aumento seja maior que na safra de 1969/70.

Já a mesma espécie no CEAGESP, apresenta diminuição expressiva na produção entre 1968 e 1970. No entanto outros estudos mostram que o preço real do camarão sete-barbas, tem decaído sensivelmente de 1966 a 1968 mostrando ligeira ascensão em 1969 e 1970. "Dentre as espécies consideradas, o camarão sete-barbas foi aquela que apresentou redução mais expressiva entre 1966 e 1969. Em média seu preço caiu 17,7% ao ano". (101)

QUADRO 25

PREÇO POR ATACADO

ESPÉCIES	CEAGESP/SP						CANANÉIA					
	1968		1969		1970		1968		1969		1970	
	PREÇO REAL	VARIAÇÃO ANUAL %										
CAMARÃO 7 BARBAS	1,14	-	1,45	27,0	1,59	9,6	0,57	-	0,71	24,5	0,81	14,0
CAMARÃO LEGÍTIMO	7,29	-	8,36	14,6	6,55	21,7	3,00	-	-	-	5,67	4,0
CAÇÃO	1,78	-	2,01	13,0	1,81	10,0	-	-	3,80	-	-	-
TAINHA	1,82	-	1,88	3,2	1,69	10,2	2,16	-	2,02	-17	1,42	-30
PESCADA AMARELA	2,94	-	2,65	-9,9	-	-	2,8	-	2,39	-15	2,69	12
MANJUBA	1,20	-	1,17	-2,5	0,99	-15,4	-	-	-	-	-	-
OSTRA	1,50	-	1,02	-32,0	0,44	-57,0	-	-	-	-	-	-
SARDINHA	0,55	-	0,44	-20,0	0,31	-30,0	-	-	-	-	-	-

FONTES: CEAGESP E ENTREPOSTO DE PESCA

Preços deflacionados pelo índice 2 da Conjuntura Econômica - 1970.

Quanto a comparação de preços entre as duas fontes, observa-se que em média a espécie em questão custava Cr\$ 0,81 (preço real) em Cananéia e Cr\$ 1,59 no CEAGESP, em 1970.

Quanto a manjuba o preço médio pago ao pescado em Iguape estava por volta de Cr\$ 0,40 (ao pescador autônomo) enquanto que no CEAGESP o quilo custou em média Cr\$ 0,99.

Quanto as espécies capturadas mais tradicionalmente pela pesca artesanal, verifica-se uma contínua diminuição nos preços reais de 1968 a 1970. Em Cananéia, a tainha teve um acréscimo de 21% na captura de 1969 para 1970, enquanto o preço apresentou uma diminuição de 30% no mesmo período apesar da produção ter decaído; o mesmo sucedendo com a pescada amarela.

Idêntico fenômeno ocorre no CEAGESP. A tainha apresentou um decréscimo de entrega entre 1968 e 1970 com uma diminuição de 10% nos preços reais durante este período. Os dados do que dispomos em relação a entrega da ostra em São Paulo, mostram que a oferta tem se reduzido constantemente entre 1969 e 1970, o mesmo ocorrendo com seu preço (redução de 17%) o que indica haver outras variáveis atuando no comportamento do preço desta espécie.

Dispõe-se de poucas informações e as séries estatísticas anuais são reduzidas para se chegar a conclusões mais firmes em relação a evolução dos preços do pescado no CEAGESP em Cananéia.

Constatou-se um declínio generalizado nos preços reais das principais espécies entregues no GEAGESP, havendo pequena recuperação para o camarão sete-barbas.

Em Cananéia o camarão sete-barbas tem apresentado um aumento do preço real de 1968 para 1970.

A manjuba apresentou constante queda de preço real no CEAGESP entre 1968 e 1970.

A diminuição do preço real ocorre também com a sardinha no CEAGESP, pois de 0,44 cruzeiros por quilo em 1969 (preço real) passou para 0,31 em 1970. (Quadro 26)

A partir desses dados, ainda que precários e incompletos, algumas conclusões podem ser tiradas:

Salvo para algumas espécies, especialmente o camarão rosa a maioria dos preços demonstrou acentuada queda entre 1968 e 1970, segundo dados do CEAGESP.

As 3 espécies que em Cananéia, Iguape e Ubatuba são as mais significativas o camarão sete-barbas, a manjuba e a sardinha, tiveram queda em seu valor real entre 1968 e 1970.

Por outro lado existe uma diferença de preço de mais de 50% entre as fontes produtoras (Iguape, Cananéia e Ubatuba) e o CEAGESP, o que revela haver uma boa margem de lucro na revenda em São Paulo. Segundo L. Carlos Panisio, em "CEAGESP analisa a Comercialização" houve, entre 1966 e 1969, um aumento de 7.89% no atacado e 48.82% no varejo, para o camarão sete-barbas, o que revela "desproporção entre o que ganha o produtor e o intermediário".

A implantação do mercado, ainda que instável motivou ao nível da população local, processos importantes: a transformação de uma atividade cujo excedente era ocasional (venda da tainha seca) para uma atividade em que o excedente para o mercado, se torna gradualmente importante. Esse processo apresenta duas consequências significativas: a incorporação de setores, antes de subsistência, pela economia de mercado e a inovação tecnológica.

QUADRO 26

SARDINHA PRODUÇÃO E PREÇO DA SARDINHA EM SANTOS

ANOS	PRODUÇÃO	ÍNDICE	% RELATIVA A OUTROS PESC.	PREÇOS P/KG	
				CORRENTE	REAL
1960	6.180	100	29,0	-	-
1961	3.154	51	18,0	-	-
1962	4.820	78	25,8	-	-
1963	10.586	171	49,6	-	-
1964	9.054	146	43,9	-	-
1965	17.427	281	59,0	-	-
1966	26.582	430	66,0	0.21	0.60
1967	33.209	618	70,7	0.24	0.55
1968	26.656	431	58,3	0.29	0.51
1969	30.413	492	57,1	0.33	0.44
1970	29.431	476	59,0	0.31	0.31

Fonte: CEAGESP

Por outro lado há o surgimento de uma racionalidade maior ao nível da produção, que acompanha o que o Prof. Mourão denomina de profissionalismo.

"A divulgação da rede de nylon, já comprada pronta deve-se principalmente à emergência de uma certa racionalidade de mercado por parte dos pescadores que operam com embarcações motorizadas. Estes, quando inquiridos sobre o fato porque optam por redes prontas, respondem que compensa mais comprar rede pronta do que a mandar fazer a algum velho pescador, o que além de ficar mais caro demandaria muito mais tempo, tempo esse que aproveitam na pesca. Os que permanecem na pesca lagunar e tem mais tempo para confeccionar as redes começam a não o fazer, mais como reflexo de uma situação de anomia, do que como reflexo de uma racionalidade decorrente das novas condições do mercado.." (102)

No entanto, o conceito de racionalidade merece uma atenção especial. Uma visão superficial da organização da pesca artesanal mostraria que ela é totalmente "irracional", pois os pescadores artesanais não dominam a contabilidade, não pescam aproveitando todo o tempo e força disponíveis, etc... O curioso é que se analisar mais profundamente a atividade pesqueira desse complexo lagunar, é possível constatar uma certa racionalidade latente em toda a organização produtiva. A experiência acumulada durante décadas e até séculos demonstrou que o estoque marinho existente é limitado e que não suporta uma exploração tão intensa quanto gostaria uma mentalidade capitalista. Daí os limites biológicos impostos a uma inovação tecnológica indiscriminada. Colocados numa situação de marginalização, os pescadores artesanais procuram pescar aplicando uma tecnologia mais ou menos adequada à limitação do estoque. Nesse sentido aplica-se aqui o comentário de Marusia Jambeiro em "Engenho de Rapadura..."

"Racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento". Portanto, vê-se que há uma racionalidade latente nesse modo de produção, encoberta pela aparente irracionalidade, mas é graças a ela que o engenho se integra ao sistema. Assim, aquilo que aparentemente é tido como tradição permanece porque integrado não apenas dentro de um sistema local e sim, e muito mais, porque implantado num sistema econômico global de grandes desequilíbrios; o desequilíbrio do sistema global torna racional, nas camadas inferiores rurais, a persistência do elemento tradicional." (103)

2. 5. PESCADORES E TECNOLOGIA

Pela análise da evolução da pesca, tanto no Litoral Norte quanto no Litoral Sul, percebe-se claramente uma distinção que se torna cada vez mais nítida entre os pescadores que operam barcos de pesca, com grande autonomia de horas na captura, geralmente pertencentes a firmas em que os tripulantes, às vezes não são remunerados pelo sistema habitual, de partes, e por outro lado os pequenos pescadores, donos de sua tosca embarcação, que vivem da pesca, parcial ou exclusivamente.

Os primeiros são chamados indiscriminadamente de pescadores industriais, profissionais, técnicos e os segundos, de pescadores autônomos ou artesanais.

A definição dos termos revela, sem dúvida, uma imprecisão de conceitos, que muitas vezes, prejudica a análise. Algumas tentativas foram feitas para precisar a conceituação e distinguir as diversas categorias de pescadores. A FAO, numa de suas publicações classifica os pescadores (inclusive os embarcados) em três categorias principais: (104)

- a) Pescadores Permanentes: os que obtém pelo menos 90% de seus meios de vida da pesca, ou que dedicam pelo menos 90% de seu tempo de trabalho as atividades pesqueiras.
- b) Pescadores Parciais: os que obtém pelo menos 30%, porém menos que os 90% de seus meios de vida da pesca ou os que se dedicam a referida atividade pelo menos 30%, porém menos que 90% de seu tempo de trabalho.
- c) Pescadores Ocasionais: os que obtém menos de 30% de seus meios de vida da pesca ou os que dedicam menos de 30% de seu tempo às atividades pesqueiras.

Apesar de ser bastante simples, essa classificação se baseia em critérios nem sempre fáceis de serem quantificados quais sejam o tempo e os meios de vida. Por exemplo, um pescador pode retirar 90% de seu rendimento da pesca, mas trabalhar somente 2 dias por semana ou pode trabalhar 5 dias semanais e ter uma roça que lhe dá mais do que a pesca. Dadas essas dificuldades a própria FAO costuma distinguir somente os pescadores permanentes e transitórios, englobando nesta última os parciais e os ocasionais.

Ramos, em "Contribuição Projeto: Tipologia da mão-de-obra do setor primário Atividade: Pesca", comentando um seminário realizado pela FAO, na África em que a terminologia pesqueira é analisada, afirma:

"No referido seminário foi assinalado que, na maioria dos diversos países da África, a atividade pesqueira sofre flutuações de acordo com as estações. Isto também deve ser associado com o crescimento das diversas culturas agrícolas, seja como parte de uma economia de subsistência, ou seja como uma fonte, suplementar de rendimentos. Exceto numa comunidade urbana, a maioria dos pescadores dispõem parte do seu tempo, nos trabalhos da lavoura e dependem dessas culturas, seja para complementar seus rendimentos ou para conseguir alimentos para seu consumo doméstico. Muito depende também da estrutura social da comunidade, e um melhor conhecimento desta é um fator essencial, antes que se possa chegar a uma decisão definitiva sobre esses aspectos". (105).

O consenso geral, no mencionado seminário, foi de que deve ser considerado pescador o homem que é proprietário total ou parcialmente dos apetrechos de pesca capazes de produzir, um volume de peixe superior ao necessário para suprir suas necessidades domésticas, mesmo que ele só pesque em temporada.

Como se pode perceber, nessa conceituação, já entram outros para uma categorização do pescador, quais sejam: propriedade ou não dos meios de produção, destino do produto, estrutura social, etc...

Na região estudada, como se verá a seguir, existem pescadores que se dedicam a pesca somente em alguns períodos do ano (safra de manjuba, tainha) utilizando o restante do tempo, em atividades ligadas a lavoura, serviços urbanos, biscates (furar poços, construção civil). Aliás esses aspectos já foram salientados por Mourão, no caso de Cananéia e também por relatórios da SUDELPA, no Litoral Norte.

"Na verdade, excluindo-se cerca de 300 pescadores "embarcados" os demais pertencem à categoria dos pescadores-lavradores das áreas rurais ou "pescadores-biscateiros" das áreas urbanas. Impossibilitados de viverem exclusivamente da pesca esses indivíduos praticam ao mesmo tempo pesca e lavoura ou qualquer outra atividade esporádica na cidade." (106)

A noção de "profissionalização" ou do que significa o pescador profissional é mais pacífica em termos formais. O decreto 221, define como pescador profissional "aquele que, matriculado na repartição competente, segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou principal meio de vida." (107)

Mourão, que estudou a profissionalização em Cananéia liga o conceito a existência de tradição de pesca, inexistente até pouco tempo atrás na região.

"A pesca, tal como iremos, definir não tem tradição local. Trata-se, antes, de uma atividade recente, introduzida gradativamente ao meio. Estávamos perante uma população ligada à agricultura simplesmente ou a agricultura aliada à extração de produtos vegetais e, no núcleo urbano, perante uma população voltada ao comércio, e a outros serviços, entre os quais o porto. Uma certa tradição marítima decorre mais do porto em si do que da pesca". (108)

O surgimento do profissionalismo está ligado, para o autor citado, ao aparecimento de uma "ideologia da pesca", por parte de um extrato específico que são os pescadores motorizados, a partir de 1960.

"Uma racionalidade, em termos de orçamento de produção e mesmo de orçamento familiar emerge ao nível desse extrato por oposição ao extrato tradicional, que não tem uma noção mais ou menos clara dos custos nem da relação de mercado. Só nesse período e que se assinala a emergência daquilo que convencionamos chamar de "ideologia de pesca", entre os próprios pescadores. Embora a grande maioria destes não externem seus sentimentos, uma observação mais profunda, constata que passa a surgir uma certa admiração e mesmo respeito, por aqueles pescadores que, na posse de uma nova tecnologia, dominam o desconhecido, o mar oceânico, e fazem melhores pescarias."(109)

Por outro lado, o termo pescador profissional e não profissional é muito abrangente e não dá conta de diferenças importantes ao nível das atividades pesqueiras. Assim, pode-se considerar profissional tanto o pescador embarcado na pesca para grandes empresas como o pescador, dotado de tecnologia menos adiantada, trabalhando por conta própria e produzindo parte para o mercado e parte para sua subsistência e a de seus familiares.

Considerando-se que a categorização de indivíduos numa atividade econômica é uma função, em 1º lugar da especificidade do setor, de seu dinamismo e das condições em que é realizado e, em 2º lugar, da estrutura social em que a atividade se insere, é conveniente, na divisão dos pescadores em estratos levar em consideração os seguintes critérios:

1. relações de trabalho existentes na unidade produtiva.
2. destino da produção
3. tecnologia utilizada
4. ambiente ecológico a ser explorado
5. tradição de pesca

A partir desses critérios é possível se estabelecer uma estratificação dos pescadores no Litoral Norte e Sul de São Paulo. Deve ficar claro que a divisão apresentada é feita para fins operacionais e válida dentro das condições analisadas mas não se retira a possibilidade da mesma ser aplicada a outras regiões).

1. PESCADOR ARTESANAL:

É aquele que na captura e desembarque de toda a classe de espécies aquáticas, trabalha sozinho e/ou utiliza mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos limitados através de técnicas de reduzido rendimento relativo e que destina sua produção, total ou parcial, para o mercado.

2. PESCADOR INDUSTRIAL:

É aquele que na captura e desembarque de toda a classe de espécies aquáticas trabalha como assalariado (disfarçado ou não), explorando amplos ambientes ecológicos através de técnicas de produtividade elevada, destinando toda sua produção para o mercado.

É claro que se está falando de tipos polares, mas entre os dois pólos existem tipos de pescadores que se distribuem em uma gama de variedades. A variável mais importante, nuclear na categorização, foi a da relação de propriedade dos meios de produção (embarcação, redes, apetrechos de pesca) que aliás, no fim da atividade pesqueira, determina a divisão do produto, seja ela remunerada em partes ou quinhões, seja pelo assalariamento. No fundo, essas relações tipificam a existência de uma indústria pesqueira, na qual o pescador embarcado é um simples assalariado, mesmo que seu quinhão seja dado em "partes" do total da produção enquanto que o artesanal tipifica a existência de pequeno proprietário, dono de sua embarcação e apetrechos de pesca.

Algumas questões precisam ser esclarecidas na categorização apresentada: em primeiro lugar, o pescador artesanal pode ou não ser profissional. Ele é um profissional quando faz da pesca seu único meio de vida ou quando e da atividade pesqueira que retira seus rendimentos. Nas situações empíricas do litoral estudado, o pescador artesanal profissional representa uma pequena parcela do artesanato e é possível localiza-los naquelas praias em que não existe a retro-terra apropriada para a agricultura ou naquele estrato de pescador motorizado que já dispõe de um maior raio de ação. A maioria dos pescadores artesanais, de uma maneira geral não são "profissionais" apesar de muitos deles exibirem a carteira exigida pela lei. Por outro lado, para o pescador artesanal, poder viver da pesca, ele

necessita de uma tradição pesqueira que lhe dê o domínio de todo o processo da captura. Como o pescador exerce sua atividade em ambientes ecológicos limitados (lagoas, pequenas baías, etc.) que não suportam exploração intensiva através de sofisticados aparelhos de pesca, dado o próprio equilíbrio biológico a ser mantido, se exige dele um cabedal de conhecimentos empíricos aprendidos pela prática e/ou pela tradição que o possibilitam ao exercício da atividade pesqueira como um todo. Isto é, exige-se dele uma série de conhecimentos relacionados aos tipos de peixes que aparecem no mês quente e no mês frio, da condição dos mares, dos ventos, dos "hábitos" de certos peixes, etc...

Na pesca artesanal, todo o ciclo de produção é coberto por uma ou duas pessoas sem que entre elas exista uma nítida divisão do trabalho. É o próprio pescador artesanal que faz ou conserta os aparelhos de pesca, movimentando a embarcação, procura os locais apropriados para a captura, pesca e vende o produto. Em suma, ele é proprietário dos meios de produção. A pesca artesanal é antes de tudo uma atividade familiar.

Já na pesca industrial isto não ocorre. Existe uma nítida e crescente divisão de trabalho dentro de um barco de frota. A começar pelo tipo de pesca, pelo pescado que vai ser capturado, tudo é definido pela empresa segundo uma dinâmica racional que foge a capacidade de decisão do embarcado. Há também uma especialização crescente que vai do tripulante comum até os mestres, autoridade maior dentro da embarcação industrial. Existe uma especialização definida para cada uma das funções, não se exigindo por exemplo, do "motorista" outras habilidades senão as inerentes ao funcionamento do motor. Já o "mestre" é obrigado a dominar certos conhecimentos marítimos e pesqueiros, no que pode ser auxiliado por instrumentos modernos como o piloto mecânico, sonar, ecosonda, etc...

A forma de remuneração na pesca industrial é variável. Dada a incerteza da captura e dado o fato que os instrumentos de produção (rede e barco) não são manejados ou supervisionados diretamente pelo proprietário, é costume se pagar a toda a tripulação em "partes" do produto final, cabendo geralmente a metade ao dono da empresa (descontados os custos fixos) e metade a tripulação que ganha as porções segundo a importância de sua função (mestre, cozinheiro, motorista, gelador, etc...). Em certos casos, muitas funções são remuneradas por um salário fixo, acrescido por uma porcentagem sobre a produção. No caso de empresas maiores, com barcos cuja produção é quase certa, existe uma tendência ao segundo sistema, em que a forma de remuneração é salário e preferida.

Em ambos os casos, no fundo, existe um assalariamento real ou disfarçado.

Já na pesca propriamente artesanal, dada a absoluta aleatoriedade da produção por um lado, e a parca acumulação de capital por parte do dono dos aparelhos de pesca, por outro, o regime de partes é mais generalizado. Ao nível da pesca, verifica-se aqui a já mencionada insuficiência econômica do setor, que não permite um aparecimento claro das

duas categorias sociais, próprias dos setores capitalistas desenvolvidos: a do dono dos aparelhos de produção e a do detentor da força de trabalho. Nos diversos setores de uma economia dependente as relações de produção, de fato podem apresentar formas que aparentemente não são típicas do regime capitalista e são impropriamente denominadas pré-capitalistas, ou feudais, quando na verdade são próprias do capitalismo dependente.

Os pescadores artesanais, tais como foram definidos anteriormente, podem sofrer outras categorizações. No caso analisado duas sub-categorias parecem ter significado ao nível da análise: a do pescador artesanal, dono dos aparelhos de pesca e a do camarada (parceiro ou companheiro). O primeiro é proprietário dos apetrechos de pesca, especialmente da rede (em segundo lugar da embarcação quando não motorizada). O papel dos donos de aparelhos de pesca fica claro na própria divisão final do produto. Quando saem ele e um camarada, o pescado capturado, geralmente é dividido em 3 partes, cabendo a ele 2 partes (uma de sua participação e outra dos apetrechos) e somente uma ao camarada. No caso dos artesãos donos dos aparelhos de pesca sobressai uma outra sub-categoria: A dos donos de embarcações motorizadas. O fato de um pescador artesanal ser proprietário de um motor, lhe traz uma série de vantagens, desde a possibilidade de comprar peixe dos que não tem motor para trazer até a cidade, até a exploração intensa de um ambiente ecológico mais distante e mais rico em pescado.

O aparecimento da canoa motorizada ou baleeira de fato alterou sensivelmente a atividade pesqueira local, pois desde a forma de partilha foi alterada até o sistema de prestígio, existente entre os pescadores. Com a introdução do motor de centro dentro da pesca artesanal, o sistema de partes, como remuneração final da atividade foi alterado, pois descontados os gastos fixos da embarcação (gelo e combustível), o produto é distribuído da seguinte forma: metade para o dono da embarcação e metade para os companheiros (uma ou duas pessoas). No caso das praias muito isoladas, em que a venda do excedente é mais esporádica, a posição do dono dos aparelhos de pesca, em termos sociais, não está muito acima da dos camaradas que nada possuem, dada as precárias condições de vida existentes: constituem todos o povo humilde em que a posse ou não posse quase nada significa. A posição do dono de aparelhos de pesca só se torna hierarquicamente superior quando o pescador é também dono de uma venda ou "biboca" constituindo-se no único homem possuidor de um excedente alimentar necessário a sobrevivência em épocas em que o mar está ruim e a roça não dá nada. Já a posição do dono de embarcação motorizada é mais nitida pois o motor, nos bairros mais distantes da sede municipal, não é só meio de produção, mas sobretudo meio de transporte do qual depende a comunidade local.

PESCADORES EM UBATUBA, CANANÉIA E IGUAPE - 1970

CATEGORIA DE PESCADORES	UBATUBA	% SOBRE SUB-TOTAL	CANANÉIA	% SOBRE SUB-TOTAL	IGUAPE	% SOBRE SUB-TOTAL	TOTAL	% SOBRE SUB-TOTAL	OBSERVAÇÕES
1. ARTESANAIS	280	61.9 (100)	247 (3)	65.5 (100)	500 (7)	96.2 (100)	1036 (100)	76.3	(1) Dados de nosso cadastro (2) Estimativa (3) Nosso Cadastro (4) Incluindo 15 canoas motorizadas e baleeiras do sul (5) Barcos que permaneçam pelo menos 3 meses em Cananéia
1.1. Motorizados	75	26.7	54 (4)	21.9	112	22.1	241	22.3-	
1.2. Não Motorizados	205	74.3	193	78.1	397	77.9	795	76.7	
2. SEMI-INDUSTRIAIS	61	13.5	130 (5)	34.5	20	3.8	211	15.5	(6) Pescadores que trabalham em geral só para o sustento, nada vendendo no entreposto de Cananéia
3. INDUSTRIAIS	111	24.5	-	-	-	-	111	8.2	(7) Dados do Instituto de Pesca organizados p/nós
4. SUB-TOTAL	452	100	377	100	529	100	1358	100	
5. PESCADORES SAZONAIS	100 (2)	-	200 (6)	-	1000 (8)	-	1300	-	(8) Estimativa dos manjubeiros de safra
6. TOTAL	552	-	570	-	1529	-	2651	-	

Finalmente, tanto em Cananéia quanto em Ubatuba, existem pescadores autônomos donos de embarcações (do tipo semelhante a usada pela pesca industrial mais de 11 m) com autonomia de arrasto relativamente grande, que são utilizadas na pesca do camarão ou cação, que podem ser denominados "pescadores semi-industriais".

2.6. PESCADORES EM IGUAPE, CANANÉIA E UBATUBA

Dada a carência de estatísticas oficiais e dificuldades inerentes ao cadastramento dos pescadores disseminados por centenas de praias, muitas vezes distantes dos centros mais populosos, torna-se quase impossível uma estimativa aproximada de seu número. Para o presente trabalho, no entanto, condições favoráveis possibilitaram o cadastramento geral dos pescadores nesses três municípios. Neste caso, consideramos pescadores todo indivíduo que retira do mar seu meio principal de vida ou sua fonte principal de renda e vende parte ou a totalidade de sua produção.

Dentro dessa categorização mais geral, objetivou-se dividir os pescadores nas subcategorias acima propostas.

O quadro 27 apresenta um panorama geral dos pescadores na região estudada, permitindo visualizar a distribuição dos indivíduos nos três municípios considerados: Ubatuba, Iguape e Cananéia. Nesse quadro não constam os pescadores de Ilha Bela e São Sebastião, pois a análise comparativa será feita principalmente entre Ubatuba e Cananéia, considerados municípios em que a pesca representa, ao menos em pessoal ocupado, uma atividade fundamental para seus habitantes.

Apesar de tudo, o polo de análise será o complexo lagunar de Cananéia de um lado e Ubatuba de outro.

Pelo quadro 28 pode-se perceber a importância da atividade pesqueira nos municípios considerados em relação a população total de 1970.

QUADRO 28**POPULAÇÃO EMPREGADA E DEPENDENTE DA PESCA**

LOCAIS	POPULAÇÃO EMPREGADA NA PESCA (1)	POPULAÇÃO DEPENDENTE DA PESCA	%	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO %
UBATUBA	623	3.115	20.2	15.400 100
CANANÉIA	600	3.300	60.6	5.433 100
IGUAPE	1.679	8.395	43.9	19.124 100

(1) Incluindo indústria pesqueira

Estes cálculos são aproximados, uma vez que não levam em consideração indivíduos que trabalham em atividades intimamente ligadas a pesca como fabricação de gelo, transporte do pescado, conserto de embarcação. Se houvesse o acréscimo desse pessoal, Ubatuba apresentaria pelo menos 35% de sua população ligada ou dependente diretamente da pesca. No caso de Cananéia há viés, porque mais ou menos 500 pessoas dependentes da pesca moram em outras cidades de onde provieram as embarcações semi-industriais, especialmente Matinhos (PR), São Sebastião (SP), Itajaí (SC). Mesmo assim, aproximadamente 50% da população de Cananéia dependem diretamente da atividade pesqueira. Em Iguape, mais de 40% da população depende da captura da manjuba.

Em relação às categorias estabelecidas para os pescadores há uma participação da pesca artesanal bastante alta em todos locais estudados. Em Ubatuba e Cananéia há por volta de 60% de pescadores artesanais, enquanto em Iguape essa proporção sobe para quase 80%. Em Iguape se dá um caso especial: as canoas, que cercam a manjuba são, normalmente, operadas pelo pescador artesanal no sentido em que este foi definido anteriormente, mas as rês manjubeiras são cedidas pelo industrial e recolhidas no fim da safra. O pescador é "dono" do seu produto e a partilha é feita entre os três ou quatro participantes da rede, mas há um compromisso de se vender toda a produção ao "industrial" que cedeu a rês. De maneira geral o pescador desenvolve, em relação ao industrial, uma certa lealdade que decorre da cristalização desse sistema de relacionamento. É preciso, no entanto, enfatizar, que o industrial tem condições de sancionar fortemente os que quebram o compromisso, seja pela recusa em permitir que o pescador trabalhe com seu equipamento, seja pela denúncia os demais industriais de que este pescador não inspira confiança. (110)

Pelo fato de não se verificar um assalariamento ou a entrega pura e simples do pescado à indústria considerou-se o manjubeiro, em vista dos demais critérios utilizados como pescador artesanal. Assim se explica em Iguape a predominância do artesanato. Além do mais, somente 4 ou 5 barcos semi-industriais operam ali, seja por impossibilidade de se atravessar a barra de Iguape seja pela ausência de infra-estrutura adequada.

Já a pesca semi-industrial executada por barcos de menos de 11 metros, de propriedade do próprio pescador que paga em "partes" aos embarcados e entrega o pescado geralmente as indústrias, é mais significativa em Cananéia e se dedica a captura do camarão. Em Ubatuba, esse setor emprega relativamente pouca mão-de-obra mas responde pela quase totalidade de descarga de camarão sete-barbas no local.

A pesca propriamente industrial só ocupa mão-de-obra em Ubatuba, na pesca da sardinha, incluindo aproximadamente 25% do total dos pescadores. Nos outros dois locais ela praticamente não existe ainda que, em Cananéia, em 1971, tenham aparecido barcos pertencentes as firmas de Santa Catarina que não chegaram todavia, a se fixar no local. Há informações de que em 1972 chegaram outros barcos industriais a Cananéia.

Os pescadores artesanais motorizados, em canoas rebordadas ou baleeiras, tem aumentado bastante, segundo Mourão e as informações obtidas em Ubatuba. Nesse último lugar, os pescadores artesanais motorizados representam 26,0%, enquanto que, em Cananéia representam apenas 21,9% e em Iguape 23,3%. O artesanato simples é ainda o setor que incorpora um número maior de pescadores e em todos os locais supera os 70% do total destes.

Diversos estudos se referem a destruição gradativa do artesanato pela indústria. E um problema demasiadamente complexo e não pode ser analisado indistintamente, sem levar em conta a estrutura social e a própria estrutura industrial do país, ou do setor. Antonio Candido, em "Parceiros do Rio Bonito", analisa exaustivamente a sociedade e cultura caipiras sendo incorporadas relações de trabalho capitalistas assalariadas. No caso da pesca, ocorre algo semelhante. Se é verdade que no período anteriormente analisado (séc. XIX) a região se vinculava ao sistema capitalista mercantil do período colonial, atualmente as relações capitalistas, tanto nos centros urbanos quanto nas áreas rurais, se expandem gradativamente. Nas áreas de economia de setores dependentes, como se verifica no Litoral Norte e Sul, essa substituição é gradativa e nem sempre se apresenta num processo linear. A incorporação de uns setores corresponde à marginalização de outros (dentro do binômio participação exclusão).

No caso da pesca, atividade extremamente irregular e de resultados imprevisíveis, a introdução do assalariamento puro e simples é problemática.

No fundo, porém, a divisão da metade da produção em partes é um "assalariamento disfarçado" e configura um nível significativo de racionalidade por parte do industrial.

No caso específico de Cananéia a atração pela maior renda obtida pela pesca fez com que os ex-lavradores de subsistência abandonassem suas roças, seus tráficos de fazer farinha, suas diversas formas de artesanato que lhe davam certa auto-suficiência no período posterior à decadência do arroz, para se dedicar às fainas pesqueiras. Dependentes desta atividade mais comercial, a maioria dos ex-lavradores ainda conservam suas roças mas que vão diminuindo ano a ano, especialmente nas proximidades da cidade.

Por outro lado a inconstância de pesca para a maioria deles, aliada à imprevisibilidade do sub-emprego urbano, aumenta a marginalização a que escapam somente os poucos que, com mais capital e experiência, se lançam na pesca além do ambiente lagunar. Nessa situação de pauperismo e insuficiência econômica, os caiçaras e caipiras se assemelham:

"A indústria doméstica se atrofia mas o poder aquisitivo não comporta a sua substituição satisfatória pelos produtos manufaturados. Os velhos utensílios e instrumentos são desprezados mas os novos não se tornam acessíveis. Os grupos e os indivíduos vão se desprendendo da absorção do meio imediato mas não tem elementos para promover de maneira adequada o reajuste a novos meios". (119)

Rompe-se de fato aquele equilíbrio instável existente entre o homem e o meio ambiente, e no caso da pesca, somente alguns indivíduos, em situações especiais, conseguem uma atividade mais segura.

Uma visão simplista, mas muito comum aos técnicos que estudam o problema da pesca artesanal, é a de que a substituição do artesanato pesqueiro pelo industrial é um processo que está ocorrendo indistintamente e que deve ser estimulado. Um trabalho sobre pesca artesanal do Departamento Técnico da Pesca (CEPESCA) "Pesca Artesanal - aproveitamento da pesca artesanal e dos empreendimentos primários dentro da atual política pesqueira" mostra que apesar da implantação da pesca industrial no Brasil, especialmente após 1967, o artesanato tem aumentado em termos absolutos sua produção entre 1968 e 1970. Isso, deve-se, sem dúvida, às características da pesca artesanal e ao meio ambiente em que ela é exercida. Essa atividade se dá quase sempre, em ambientes limitados, como lagoas, baías, proximidade da costa. São ambientes de estoques marinhos limitados que não suportam exploração intensa através de grandes unidades de pesca artesanal sob pena de acarretar grave desequilíbrio biológico. Grande número desses ambientes limitados geográfica e biologicamente são lugares de criação de muitas espécies (camarão, tainha,

manjuba) e uma captura indiscriminada acarreta danos irreparáveis à toda a pesca, mesmo à oceânica.

Daí o fato desses ambientes serem explorados por tecnologia de baixo rendimento relativo e por pescadores que tem um domínio empírico sobre o modo de vida das espécies aí encontradas.

O que geralmente ocorre é uma diminuição do número de pescadores artesanais, pois geralmente as solicitações do mercado fazem com que eles melhorem sua tecnologia e, muitas vezes dada a precariedade das leis e a própria necessidade de subsistência de si e de sua família, recorrem à sobrepesca, empobrecendo biologicamente o ambiente. Como a produtividade decai, há a transferência de pescadores para outras atividades, especialmente urbana, de sub-emprego. O artesanato pesqueiro passa a ser, tendo em vista não só o que acima foi exposto, como também a própria estrutura ocupacional das áreas dependentes, um verdadeiro "bolsão de economia de quase-subsistência", um setor residual como chama Antonio Barros de Castro, no "Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira", "que acumula as sobras fatorias da economia, sua produção, uma vez cobertas as necessidades de alto consumo, tenta encontrar brechas no ineficiente quadro da demanda".

Atuando em áreas distintas, a pesca industrial tende a se encaminhar para a pesca oceânica, enquanto que a semi-industrial e sobretudo a artesanal motorizada ou não, reservam para si um ambiente limitado, que não suporta uma captura tecnologicamente muito evoluída.

Na relação entre pesca industrial, semi-industrial e artesanal, em alguns lugares, especialmente em Santa Catarina é comum ao pescador artesanal, especialmente o motorizado, passar a trabalhar como embarcado em barcos de firma. O processo inverso também ocorre. O pescador artesanal depois de desembarcar na frota industrial, quando consegue alguns recursos, retorna à pesca artesanal, comprando geralmente uma baleeira ou canoa motorizada. "Temos aqui o fenômeno inverso: o artesanato é o fim da carreira de um pescador profissional de indústria". (112)

QUADRO 29

CANOAS, CANOAS MOTORIZADAS, BALEEIRAS E BARCOS - 1971

LOCAIS	EMBARCAÇÕES	CANOAS A REMO		CANOAS MOTOR. E BALEEIRAS		BARCOS	
			%		%		%
UBATUBA	339	250	73,7	75	22,1	14	3,1
IGUAPE	603	487	80,7	112	18,5	4	0,8
CANANÉIA	280	200	71,4	54	19,2	26	9,2
TOTAL	1.222	937	76,6	241	19,7	44	3,6

2.7. MEIO NATURAL E TECNOLOGIA

Na região estudada, como se observou, especialmente nas duas últimas décadas tem havido mudanças tecnológicas. Essas mudanças como introdução da rede de nylon, do cerco flutuante, canoas e baleeiras motorizadas e barcos, tem sido função do desenvolvimento de um sistema de preços mais atrativos para o pescador e foram trazidas por pescadores de outras regiões em que a atividade pesqueira, apesar de ter atingido nível tecnológico mais alto, não apresentava elevada rentabilidade.

O quadro 29 apresenta os tipos de embarcações existentes na região lagunar e em Ubatuba, em 1971. Por essas informações é possível notar que existe uma participação bastante significativa de pesca artesanal, representada pelas canoas a remo e canoas motorizadas e baleeiras, alcançando mais de 90% do total de embarcações. A participação maior do artesanato está em Iguape, representando a quase totalidade das embarcações. Sob o termo "barcos" englobaram-se as embarcações semi-industriais e industriais, que, em Cananéia, representaram quase 10% do total.

No quadro 29, observa-se a frequência dos barcos em Ubatuba e Cananéia, durante os 3 últimos anos. Considerando-se "barco fixo" aquele que descarregou pescado nos entrepostos por 4 meses ou mais, representando em 1970, por exemplo, em Cananéia, 34 % sobre o total dos barcos e em Ubatuba, 27%. Como se constata, a maioria dos barcos descarrega somente durante poucos meses (1/3 meses).

Quanto à origem da frota, poucos barcos são de propriedade de pescadores e firmas de Ubatuba e Cananéia. Neste último a grande maioria é proveniente do sul, especialmente de Santa Catarina, de Santos e São Sebastião e começaram a chegar depois de 1968, para

QUADRO 30

**PESCA SEMI-INDUSTRIAL E INDUSTRIAL
TIPO DE BARCO POR FREQUÊNCIA DE DESEMBARQUE**

BARCOS	1969				1970				1971			
	FIXOS	PROD. MÉDIA MENSAL/KG	EVENTUAL	PROD. MÉDIA MENSAL/KG	FIXOS	PROD. MÉDIA MENSAL/KG	EVENTUAL	PROD. MÉDIA MENSAL/KG	FIXOS	PROD. MÉDIA MENSAL/KG	EVENTUAL	PROD. MÉDIA MENSAL/KG
UBATUBA	8	37.945	44	7.162	10	46.331	37	8.309	14	(1)	37	(1)
CANANÉIA	4	(1)	(1)	(1)	28	2.263	54	1.344	26	2.324	42	1.133

121

OBSERVAÇÕES: Barcos fixos são considerados os que descarregam por mais de 4 meses no porto.
 Barcos eventuais são considerados os que descarregam por menos de 4 meses no porto.
 (1) Não dispõe de informações
 (2) Em Iguape, o número de barcos é inexpressivo: cerca de 4 em 1971.

captura do sete-barbas. Dos 82 barcos que descarregavam em Cananéia, somente 6 (seis) podem ser incorporados à frota local. A maioria deles, quando por qualquer motivo fracassa a pescaria, retorna a seu lugar de origem. Em Ubatuba, mesmo os que pertencem a armadores locais, descarregam algumas vezes no Rio de Janeiro quando lá o preço é melhor.

Em Cananéia, ressalte-se ainda que uma grande limitação para a vinda de barcos maiores de 20m está na baixa profundidade da barra, bastante assoreada e que constitui grande perigo à navegação local.

A pesquisa de campo realizada em 1970-1971, entre 25% dos barcos da frota semi-industrial, que operavam a mais de 4 meses por ano em Cananéia, revela algumas características de captura. Quanto à forma de propriedade todos eram operados pelos próprios donos ou seus familiares, elemento típico do que denominamos frota semi-industrial. Em quase todos os casos também o proprietário é o mestre do barco, recebendo na partilha, como se verá, a parte do barco (50%) e mais a do mestre (mais a metade dos 50% restantes). Em relação ao posto de procedência, mas de 40% das embarcações tinham vindo de Santa Catarina, Itajaí, Camboriú e quase 30% eram de Santos. Em 1970, os barcos operavam na região há bem pouco tempo, pois 86% estavam Cananéia há menos de 3 anos.

A maioria dos barcos (85%) eram classificados como pequenos e médios pela FAO, concentrando-se 85,7% entre 11 e 19 m de comprimento, com motores de potência bastante variada (25,5 % entre 10-19 hp, e 28,5% entre 50 e 59 hp). Mais da metade dos barcos tinha sido construída há mais de 4 anos.

Como a maior parte dos barcos opera na captura do camarão sete-barbas e legítimo, os únicos equipamentos são as rêdes com portas laterais que as conservam abertas durante as horas de arrasto. O sistema de partilha apresenta algumas variações no número das partes que cabem ao barco e à tripulação. O mais comum é o seguinte: após a captura, descontados os custos (de gelo, óleo, rancho, encargos sociais), o produto é dividido em 12 partes, cabendo 6 (seis) ao dono do barco, 3 (três) ao mestre, as restantes são divididas entre os 2 ou 3 tripulantes. Como o dono do barco geralmente é o mestre, ele ganha aproximadamente 75% do total do produto). A receita-despesa de um barco médio mostrava a seguinte relação mensal, em 1.970 Cananéia:

Óleo	75 litros	Cr\$ 388,00
Gelo	300 pedras	Cr\$ 300,00
Rancho		Cr\$ 457,00
Encargos sociais		Cr\$ 200,00
Desgaste		Cr\$ 100,00

Total das despesas	Cr\$ 1.530,00
Receita média mensal (bruta)	Cr\$ 2.300,00
Receita líquida mensal	Cr\$ 1.270,00
Partilha: dono do barco	Cr\$ 650,00
mestre	Cr\$ 325,00
tripulantes (2)	Cr\$ 162,00

Em 1971, a composição foi a seguinte:

Receita média mensal bruta	Cr\$ 4.150,00
Despesa mensal média	Cr\$ 1.800,00
Receita líquida	Cr\$ 3.350,00
Partilha: dono do barco	Cr\$ 1.675,00
mestre	Cr\$ 840,00
tripulantes (2)	Cr\$ 420,00

Apesar de se lidar com valores não deflacionados, constata-se que o dono do barco, na maioria dos casos é também o mestre, ganhou em 1971 quase três vezes do que percebera em 1970.

Já a baleeira é uma embarcação de boca larga, sem partes cobertas, com um motor de centro variando entre 10 e 12 hp. Em termos operacionais, é uma unidade de produção equivalente a uma canoa grande, com bordos laterais, usada pelos pescadores artesanais motorizados, ainda que seu tamanho e capacidade sejam maiores. O tamanho da baleeira "catarinense" varia entre 7 e 9 m e usa uma rede de portas na popa para camarão setebaldas. Normalmente o pescador trabalha sozinho ou com um camarada com quem divide o produto da seguinte forma: descontados os custos de gelo, combustível etc... cabem duas partes para a embarcação e para o dono e outra para o camarada. Enquanto um barco de 10-12 m custava de 20-40.000 cruzeiros, a baleeira não passava dos 4 a 5.000 cruzeiros (com motor) em 1970.

Os custos operacionais da baleeira, comparados aos do barco são mais baixos, pois o pescador não paga INPS, não usa gelo, em sua maioria, dado o sistema de sair e voltar no mesmo dia ao porto, sem passar a noite no mar.

O quadro nº 31 mostra a evolução da receita das baleeiras e canoas motorizadas em 1970-71 Em Cananéia.

QUADRO 31**CANOAS MOTORIZADAS E BALEEIRAS EM CANANÉIA**

MESES DE CAPTURA POR ANO	1970			1971		
	Nº DE CANOA E BALEEIRA	PROD. MÉDIA MENSAL/KG	VAL. MÉD. MENSAL EM Cr\$	Nº DE CANOA E BALEEIRA	PROD. MÉDIA MENSAL/KG	VALOR MÉD. MENSAL EM Cr\$
	1/3 MESES 4 MESES OU MAIS	26 2	301 750	343,00 680,00	43 11	707 819
TOTAL	28	525	511,00	54	763	1.271,00

Em 1970, eram em número de 28 as que descarregavam pescado, sobretudo camarão sete-barbas, no entreposto de Cananéia, em 1971 já eram 54. A produção média também, passou de 525 Kg, por mês, para 763 kg. O valor em 1971, apesar de não inflacionado mostra notável aumento passando de Cr\$ 511,00 em 1970, para Cr\$ 1.271,00, (isso se deve possivelmente ao arrasto de camarão legítimo, espécie de maior valor) dentro da área lagunar.

Em Ubatuba, a pesca mais importante que representava mais de 90% da entrega anual no entreposto e a da sardinha. A tabela abaixo mostra as características da captura naquele local.

O quadro nº 32 mostra uma evolução positiva na entrega de pescado dos barcos fixos que passam de uma média de 13.553 kg em 1967, para 37.945 kg em 1969, e 46.331 kg em 1970. No entanto a esse aumento de produção média não correspondeu um aumento no valor obtido, pois este em 1970, foi inferior ao de 1969. Esses dados, por outro lado, não representam a renda média por barco, pois foi obtido a partir das descargas em Ubatuba, enquanto que o maior número de descarga se fez em Santos e no Rio de Janeiro.

Quanto as características da frota, os barcos que normalmente descarregam sardinha em Ubatuba são considerados "grandes" pela classificação do Instituto de Pesca (mais de 20 m) e trabalham 21 dias por mês (tempo do escuro).

É mais significativo ver a produção média de 3 barcos típicos em Ubatuba (Guaiuba I, II e Amapá).

QUADRO 32

CAPTURA DA PESCA INDUSTRIAL - UBATUBA

MESES DE DESEMBARQUE DE PESCADOS POR ANO	Nº DE BARCOS	1967		Nº DE BARCOS	1969		Nº DE BARCOS	1970	
		PRODUÇÃO MÉDIA MENSAL P/BARCO KG	VALOR MÉDIO P/BARCO MES Cr\$		PRODUÇÃO MÉDIA MENSAL P/BARCO KG	VALOR MÉDIO POR BARCO M		PRODUÇÃO MÉDIA MENSAL P/BARCO KG	VALOR MÉDIO P/BARCO M
1 a 3 meses	40	6.615	-	44	7.162	-	37	8.309	2.575,00
4 e mais meses	10	13.553	7.454,00	8	37.945	16958	10	46.331	14.362,00

Preços deflacionados: CEAGESP

Sardinha: 1967 - Cr\$ 0,55

1969 - Cr\$ 0,44

1970 - Cr\$ 0,31

A produção média mensal desses 3 barcos que pescaram o ano inteiro em 1967, 69 e 70 mostra que houve um progressivo aumento anual: 36.166 kg por mês no primeiro ano, 57.434 por mês no segundo ano e 80.467 no último ano. Quanto a renda obtida pode-se perceber continuas alterações dada a instabilidade e a queda progressiva do preço real da sardinha (0,27 em 68, 0,32 em 69 e 0,25 em 1970). Em 1969, a renda média mensal obtida pela descarga de pescado em Ubatuba, foi de Cr\$ 18.378,00 por barco. Em 1970, com a produção quase duplicada, a renda média mensal por barco, foi de Cr\$ 20.126,00. Comparativamente, portanto, apesar de pescarem mais, os sardineiros receberam menos pelo seu produto.

Em Ubatuba, além da pesca industrial, existe a semi-industrial e a artesanal motorizada, que se centraliza no Portinho, próximo ao mercado e no Saco do Ribeira. No Portinho existe 8 baleeiras, 18 botes (baleeiras com cobertas) e 10 canoas motorizadas. Essa pequena frota se dedica a pesca do camarão sete-barbas, a pesca de linha (espinhal) sendo que aproximadamente oito barcos se dedicam a pesca de cação, abastecendo o mercado local nas temporadas, e vendendo o excedente ao CEAGESP. De uma maneira geral os barcos são de propriedade individual mas existem também uns poucos "armadores" que possuem 2 ou 3 botes.

O estudo de um dos barcos de pesca semi-industrial em 1971 (barcos de 8 - 11m, motor 15 - 30 hp, 4 toneladas de armazenamento e com uma tripulação de 3 pessoas) mostra que a produção, média mensal desses barcos está por volta de 3.350 kg com um receita líquida de Cr\$ 3.200,00 por mês. Como se constata, há uma grande semelhança entre as receitas médias líquidas desse tipo de embarcação semi-industrial em Cananéia (Cr\$ 3.250,00) e Ubatuba (Cr\$ 3.200,00).

Por outro aspecto tecnológico que mereça atenção na área em estudo, é a relação entre a frota sediada em Santos e a local.

Parece estar havendo uma substituição tecnológica da frota sediada em Santos cujas unidades menores, de menor grau de autonomia de arrasto, procuram portos próximos a seus pesqueiros. Esse parece ser o caso de Cananéia que recebe muitos "trawlers" pequenos (até 11 m) provenientes de Santos.

A evolução dos barcos naquele porto parece confirmar a direção do processo: segundo dados do Instituto da Pesca as categorias dos "trawlers" (camaroeiros) as tendências são mostradas pelo quadro 33.

QUADRO 33**TIPOS DE BARCOS DE PESCA - SANTOS**

ANOS A.PESCA	TRAWLERS PORTA DE			TOTAL
	GRANDE	MÉDIO	PEQUENO	
1967	9	106	79	194
1968	5	134	80	219
1969	5	150	80	235
1970	2	150	51	203

Grandes : barcos de mais de 20 m.

Médios : barcos com comprimento entre 11 e 20 m.

Pequenos: barcos com comprimento até 11 m.

É interessante se notar que à medida em que diminuem os "trawlers" pequenos em Santos, aumenta seu número em Cananéia, pois em 1969 eram 4 trawlers fixos, passando para 28 em 1970, e 26 em 1971. A pouca possibilidade de suportar a concorrência de embarcações maiores e melhores, os problemas de preço e a proximidade dos pesqueiros parecem ser os fatores que explicam a súbita vinda de inúmeros barcos de pesca semi-industrial para Cananéia.

Esses dados levam a crer que as embarcações que passaram a operar em Cananéia (as inferiores a 11 metros e que constituem a imensa maioria) foram praticamente expulsas de seus lugares de origem, porque a produtividade por barco já não compensava a operação. Já, em Cananéia, a proximidade do pesqueiro e relativa abundância do camarão sete-barbas fazem com que os rendimentos, nesses barcos, sejam maiores do que em seus lugares de origem.

Mesmo assim, o rendimento dessas embarcações semi-industriais é baixo. Inúmeros depoimentos de pessoas de Cananéia e dos próprios pescadores afirmaram que os "catarinenses" passam por dificuldades financeiras. Um outro dado que revela a precariedade da pesca é que o preço do óleo combustível tem crescido em ritmo desproporcionalmente maior ao preço do camarão: este passou de Cr\$ 0,40 em 1968 a Cr\$ 0,60 em 1969 e a Cr\$ 0,81 em 1970, o preço do combustível passou de Cr\$ 0,27 para Cr\$ 0,50, sem falar no preço exorbitante dos gêneros alimentícios no local.

Dentre as técnicas já mencionadas na captura artesanal existe uma que merece especial atenção: o cerco (fixo ou flutuante). O cerco fixo, construído de taquara ou bambu é mais utilizado na área lagunar de Iguape e Cananéia. Não se dispõe de informações mais detalhadas da produtividade desse equipamento, mas ele é, sem dúvida a base da captura de muitas vilas de pescadores, no Mar de Dentro.

É uma armadilha que exige muitos cuidados, pois como é feito de material deteriorável a curto prazo, precisa ser substituído quase que integralmente de 6 a 6 meses. Em Cananéia o cerco é assentado especialmente no tempo do frio, para a pesca da tainha.

Já no litoral norte, o cerco é flutuante, de dimensões e custos maiores. Enquanto o cerco fixo não alcança Cr\$ 1.000,00, o flutuante é bem mais caro (feito com nylon) atingindo Cr\$ 16.000,00 (com 120 braças de volta). A produtividade dessa armadilha é bem mais elevada que a do fixo, capturando espada, bonito, cavala, sororoca, xareu, etc. Em 1971, num dos cercos médios instalados na Ilha Anchieta, capturou-se uma média mensal de 4.050 kg num valor de Cr\$ 2.000,00 mensais. É efetivamente um aparelho de alta produtividade de se comparar com um barco médio, da frota semi-industrial que capturou por volta de 3.350 kg mensais, num valor de Cr\$ 3.200,00, em 1971. Existe no município, cerca de 25 desses cercos flutuantes.

Comparando-se esse equipamento de pesca em Cananéia e Ubatuba, pode-se afirmar que, geralmente, na primeira localidade, o cerco é mais utilizado pelo pescador artesanal mais ligado a outras atividades e que procura na pesca uma suplementação alimentar, enquanto que, no litoral norte, o cerco exerce, fundamentalmente, uma função comercial.

2.8. RENDA E PRODUTIVIDADE DA PESCA ARTESANAL

A análise dos cadastros de pescadores efetuados em Ubatuba e Cananéia, o que serviram de população para se retirar as amostras, em 1970/71, lança algumas luzes sobre a constituição de pesca nestes locais.

Em Cananéia, a população de pescadores artesanais acha-se distribuída em 34 vilas ou praias, em dois ambientes ecológicos distintos: o Mar de Dentro ou Mar Pequeno, e o Mar de Fora. (ver mapa nº2 em anexo).

As vilas, cujos pescadores pescam no Mar de Dentro, vivem de um ambiente ecológico limitado geográfica e biologicamente. Estão usufruindo do que foi um dos maiores viveiros de peixe do Brasil. W. Besnard que estudou a região lagunar afirma:

"Desde o começo de nossas investigações pudemos constatar a enorme riqueza plantológica local, sobretudo no que diz respeito ao fitoplâncton". Rica em alimentos, a Região Lagunar é também rica em diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos. No entanto, após a abertura do Valo Grande, que interliga o Rio Ribeira ao Mar Pequeno, as condições ecológicas tem-se modificado bastante, com a entrada de água em grande quantidades. "Essa invasão das águas doces é maior durante as "enchentes do Rio Ribeira quando o volume e tal que as marés, quando fracas, conseguem apenas vencer os estreitos. As águas salgadas e salobras, pelo menos as superficiais, recuam, ficando a laguna tomada pelo água doce. Nesse momento presencia-se importante fenômeno biológico: todos os representantes de peixes marítimos mesmo os euralianos abandonam a laguna, onde a pesca fica paralisada". (114)

Esse fenômeno biológico, aliado à intensificação da captura tem levado a laguna a um empobrecimento gradativo. Os velhos pescadores de camarão legítimo, lastimam-se porque hoje, por noite, não conseguem mais do que 5 ou 10 kg. de camarão, enquanto que em tempos passados comum se chegar de madrugada com 50 ou 100 kg.

O empobrecimento lagunar e as solicitações do mercado, aliados a vinda de pescadores catarinenses com novas técnicas que permitam a pesca no mar de fora, além da "arrebentação", foram fatores que diferenciaram gradativamente as comunidades do Mar de Dentro e do Mar de Fora.

O quadro nº 34 mostra o número e algumas características essenciais dos pescadores artesanais motorizados ou não, que descarregam o pescado no entreposto de Cananéia. É necessário salientar que apesar de um número significativo dos pescadores estarem representados na tabela, nem todos tem condições de entregarem o pescado no entreposto, especialmente por causa da distância. No entanto, poucas vilas não estão representadas aí, destacando-se, entre as ausentes, as do Marujá, Enseada da Baleia e Pontal do Leste, que se situam ao sul da Ilha do Cardoso, distante do centro urbano, mais de três horas a motor de centro. Nesses três núcleos mais ou menos 30 pescadores, localizados especialmente em Pontal de Leste e Enseada da Baleia são impossibilitados de transportarem o pescado para Cananéia e Registro. As demais, para efeitos funcionais, foram reagrupados, de modo de no quadro aparecerem somente quinze. Assim, por exemplo os pescadores de Cocais, Irapuã foram agrupados com os do sítio de São Paulo, cujo núcleo aparece na tabela.

Uma outra característica da tabela é que esses pescadores, 203 em 1970, e 221 em 1971, representam aqueles que estão em maior contato com a economia de mercado. Levar o peixe ao entreposto não significa somente vender o produto, mas fazer compras com o rendimento obtido e sobretudo entrar em contato com a cidade, suas novidades, suas festas,

etc. Por outro lado, o pescado entregue significa somente a parte comercializável da produção, desde que a parte consumida não aparece nas estatísticas. Quanto ao número de pescadores, em uma outra vila a população é sub-estimada, pois como é o exemplo de Pedrinhas, o fato de distar umas duas horas a motor de Cananéia, limita as viagens. Com exceção de Pedrinhas, vila situada mais ao norte, e das vilas do sul, já mencionadas, pode-se afirmar que o cadastro realizado é significativo para descrever sobretudo algumas diferenças fundamentais entre os núcleos pesqueiros.

O quadro nº 34 agrupa de um lado as vilas cujos moradores pescam no Mar de Fora e de outro os do Mar Pequeno. O fato de disporem de tecnologia mais evoluída, com as canoas motorizadas e as rês de porta para camarão favorece os pescadores do Mar de Fora. Assim as vilas de Morretinho, Camboriú, Itacuruçá e Praia do Norte (ou de Fora) apresentam resultados nitidamente superiores as do Mar de Dentro. Enquanto a produção média mensal, dos pescadores do Mar de Fora alcançava 228,6 kg em 1971, a dos pescadores do Mar de Dentro estava por volta de 91,0 kg. Em termos de mecanização, enquanto 36% dos pescadores artesanais do Mar de Fora eram motorizados, em 1971, somente 15% dos pescadores do Mar de Dentro possuíam motores em suas embarcações. A média de meses em que os pescadores do Mar de Fora (que aliás também pescam no Mar de Dentro) é também maior que a dos outros, revelando que se dedicam por mais tempo no ano as atividades de pesca. Por fim, a renda dos primeiros (média igual Cr\$ 263,50 em 1971) é maior do que a dos últimos (Cr\$ 214,00 em 1971). Aliás, Mourão em sua tese já havia mencionado essa diferenciação entre os dois tipos de pesca, atribuindo aos pescadores do Mar de Fora um maior grau de profissionalização e "ideologia de pesca". De fato, essa diferenciação se torna mais patente quando se comparam por exemplo, dois núcleos como Morretinho, cujos pescadores, recebendo a influência catarinense, pescam também no Mar de Fora, percebendo Cr\$ 340,00 de renda média, e a vila da Prainha, no Mar de Dentro, com Cr\$ 125,00 por mês em média. Os núcleos de Morretinho e Praia do Norte, realmente estão se especializando na pesca, abandonando outras atividades como a lavoura da mandioca. As outras vilas da laguna, além da pesca, se dedicam também a lavoura, como complementação de renda.

A influência do entreposto que significa mercado para o pescado se faz sentir intensamente em toda a área lagunar. Os pescadores mais distantes vão se aproximando gradativamente do centro urbano, formando núcleos tipicamente ligados a pesca, como e o caso de Carijo, em Cananéia. Da mesma forma, os pescadores do sul da Ilha do Cardoso estão mudando para praias mais próximas do entreposto como Morretinho (na Ilha Comprida) e Pereirinha (na Ilha do Cardoso).

PESCA ARTESANAL - CANANÉIA - 1970/71

VILA DOS PESCADORES	PESCADORES		TECNOLÓGIA				FREQ DE CAPTURA				VOLUME TURBA		DE CAP.		VALOR TURBA		DE CAP.		
	1970	1971	1970	1971	1970	1971	1970	1971	1970	1971	1970	1971	1970	1971	1970	1971	1970	1971	
	Nº	Nº	C/MOT	%	S/MOT	%	Nº DE CERCOS	%	Nº DE CERCOS	MENSAL CAP/ANO	MENSAL CAP/ANO	PROD. MENSAL	PROD. MENSAL	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL	PROD. MENSAL	PROD. MENSAL	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL
MAR DE FORA																			
Pras do Norte	11	12	6	64.5	5	50.0	0	50.0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Morretinho	21	21	6	38.0	13	47.6	17	52.4	15	5.0	5.0	22.0	335.0	203.00	89.00	225.00	203.00	340.00	225.00
Camboni	13	17	4	30.7	9	11.77	0	88.23	0	4.0	4.0	140.0	218.0	160.00	160.00	226.00	160.00	226.00	226.00
SUB-TOTAL	45	50	16	40.0	27	36.00	17	64.00	15	4.5	4.5	145.0	228.5	149.50	149.50	263.50	149.50	263.50	263.50
MAR DE DENTRO																			
Cananéia	6	21	2	33.0	4	77.0	2	100.0	2	1.5	1.5	249.0	103.5	259.0	259.0	272.00	259.0	272.00	272.00
Carijó	26	27	3	10.7	5	14.8	25	89.3	4	3.5	3.5	95.0	124.8	80.00	80.00	229.00	80.00	229.00	229.00
Cubango	4	7	0	0.0	4	26.5	0	71.8	0	1.0	1.0	80.5	179.0	155.50	155.50	282.00	155.50	282.00	282.00
Estalero	3	12	1	33.0	5	41.7	2	86.7	1	2.0	2.0	185.0	93.0	28.30	28.30	282.00	28.30	282.00	282.00
Guaxici	10	6	1	10.0	2	25.0	9	90.0	6	3.0	3.0	80.0	75.0	110.0	110.0	150.00	110.0	150.00	150.00
Praunha	21	20	0	0.0	21	100.0	0	100.0	0	4.5	4.5	59.0	100.0	82.0	82.0	125.00	82.0	125.00	125.00
Rosio	20	26	2	10.0	7	77.0	18	90.0	24	3.5	3.5	112.5	85.0	145.0	145.0	200.00	145.0	200.00	200.00
São Paulo	25	17	2	8.0	2	11.8	23	92.0	15	3.0	3.0	47.5	71.6	70.0	70.0	257.00	70.0	257.00	257.00
Andradas	19	17	2	10.0	4	23.5	17	90.0	23	4.5	4.5	60.0	92.5	55.00	55.00	179.00	55.00	179.00	179.00
Percebinha	3	2	2	70.0	0	0.0	1	30.0	2	5.0	5.0	256.0	76.6	267.00	267.00	191.50	267.00	191.50	191.50
Boa Vista	10	8	0	0.0	10	100.0	0	100.0	2	2.0	2.0	34.0	42.4	37.0	37.0	71.10	37.0	71.10	71.10
Pedunhas	9	6	3	33.0	5	83.3	6	66.7	1	1.5	1.5	70.0	48.3	90.0	90.0	115.00	90.0	115.00	115.00
SUB-TOTAL	146	171	18	12.0	26	15.2	130	86.0	145	3.0	3.0	96.0	91.0	114.00	114.00	214.00	114.00	214.00	214.00
TOTAL GERAL	203	221	36	18.0	44	19.9	167	72.0	177	3.5	3.5	107.0	199.8	119.90	119.90	258.5	119.90	258.5	258.5

ACSO/lig.

A maioria dos moradores das vilas do Mar de Dentro impossibilitados de se lançarem na pesca do Mar de Fora, por não disporem nem de tecnologia nem de recursos, vão estagnando, vivendo uma situação de extrema penúria. retornando à simples coleta, como a da ostra ou emigrando para Cananéia onde vão aumentar o já tão grande número de sub-ocupados.

Em Ubatuba, a situação da pesca artesanal é bastante diferente. A variável que mais contribui para diferencia-la de Cananéia é o turismo. Enquanto que no sul, somente agora alguns pescadores começam. por exemplo a pescar camarão vivo com isca, vendida aos pescadores turistas, em Ubatuba os pescadores artesanais vão se reduzindo a medida que suas belas praias são adquiridas para nela se construírem as casas de veraneio. Esse processo já é muito conhecido: os turistas adquirem os terrenos onde antes os pescadores artesanais tinham suas casas e seus ranchos para apetrechos de pesca. Atraídos por remuneração certa e por um trabalho menos penoso, os pescadores abandonam a pescaria e vão se empregar como caseiros, como trabalhadores de construção civil, como autônomos em pequenos negócios de frutas ou produtos locais, indo à pesca somente em fins de semana. Os poucos que permanecem na captura são confinados para os extremos da praia, onde vivem em condições piores que as anteriores, ou são obrigados se transferirem para longe da praia, com enormes dificuldades para o manejo de seus apetrechos de pesca. Desta maneira, a pesca artesanal nas praias mais próximas ao centro urbano, especialmente na Maranduba, Toninhas, Enseada, Pereque-Mirim e outras mais, esta reduzida a atividade de alguns velhos pescadores que, por não poderem mais arrumar outra atividade, nela permanecem. Já em praias mais distantes, onde o turismo ainda não chegou dada a inexistência de vias de acesso, a pesca ainda se mantém com alguma regularidade, especialmente naqueles que como Picinguaba, a pesca industrial busca os "embarcados". De uma maneira geral, pode se afirmar que, com exclusão da praia do Saco do Ribeira, onde um empresário Japonês mantém uma frotilha especializada no cação e das praias do norte, da sede municipal e do Portinho, onde operam os botes e baleeiras semi-industriais, a pesca artesanal é de pouco significado. O quadro nº 35 permite visualizar algumas diferenças entre as praias já urbanizadas pelas atividades turísticas e as demais, ainda distantes, em que a pesca artesanal desempenham um papel importante. Como se constata pelo quadro nº 35 a renda dos pescadores das praias em que predomina o turismo é bem menor que naquelas ainda afastadas do centro urbano. Enquanto que nas primeiras a renda média esta por volta de Cr\$ 199,00, na segundas a renda média mensal alcança Cr\$ 397,00.

Essa diferenciação se dá sobretudo, porque nas praias mais distantes a pesca ainda e a única atividade econômica como sucede em Picinguaba. (mapa nº 3, em anexo)

QUADRO 35

CADASTRO DE PESCADORES EM UBATUBA

VILA DE PESCADORES	Nº DE PESCADORES	TECNOLOGIA E RENDA						REND MÉDI MENS/ EM Cr\$	
		PESCADORES		PESCADORES		CERCO S FLUT.	REDES		
		C/MOT	%	S/MOT	%		SIM		NÃO
DA TABATINGA ATÉ A CIDADE									
TABATINGA	19	8	42.0	11	58.0	0	19	0	x
SACO DAS BANANAS	19	0	0.0	19	100.0	0	6	13	x
SETE FORTES	1	0	0.0	1	100.0	0	1	0	x
PERES	4	1	25.0	3	75.0	0	4	0	x
PONTA AGUDA	10	3	30.0	7	70.0	2	6	4	x
MARANDUBA LAGOINHA	17	1	6.0	16	94.0	1	13	4	150.0
BONETE	10	0	0.0	10	100.0	2	1	9	x
FLAMENGO	17	3	18.0	14	77.0	2	2	15	350.0
LAZARO	8	4	50.0	4	50.0	0	4	4	291.0
PEREQUÊ-MIRIM	6	3	50.0	3	50.0	-	4	2	x
FORTALEZA	18	4	-	14	-	1	15	3	350.0
SACO DA RIBEIRA	43	7	16.0	36	70.0	7	18	25	407.5
TONINHAS	6	0	0.0	6	100.0	-	4	2	x
ENSEADA	7	2	9.0	5	71.0	2	4	3	158.0
SIMÕES	5	1	25.0	4	75.0	-	2	3	x
CACANDOCA	23	0	0.0	23	95.0	1	2	21	x
SUB-TOTAL	213	37		176		-18	105	108	-
CIDADE									
ITAGUA	14	4	29.0	10	64.0	2	9	5	x
CIDADE	24	2	8.0	22	92.0	-	11	13	x
UMUARAMA	12	2	17.0	10	75.0	-	3	9	392.8
PEREQUÊ-ACU	12	2	17.0	10	67.0	-	7	5	216.5
SUB-TOTAL	62	10		52		2	30	32	-
CIDADE-CAMBURÍ									
FELIX	13	6	46.0	7	54.0	-	2	11	x
LÉO	9	1	11.0	8	56.0	-	2	7	x
UBATUMIRIM	21	9	43.0	12	52.0	-	11	10	132.5
ALMADA	32	5	16.0	27	81.0	-	11	2	389.0
FAZENDA DA CAIXA	10	0	0.0	10	90.0	-	1	9	x
PICINGUABA	80	7	9.0	73	88.0	3	20	60	398.3
CAMBURÍ	30	0	0.0	30	100.0	2	10	20	135.9
SUB-TOTAL	195	28		167		5	57	138	
TOTAL	470	77	-	395		25	192	278	-

OBSERVAÇÕES: * Praias que não fazem parte da amostragem ACSO/lig.

Picinguaba ocupa sem dúvida, uma posição importante na pesca local, pois é uma vila bem ao norte do município, destituída de vias de acessos terrestres. É o melhor porto daquela região, pois se encontra protegido do temido vento sul que quando sopra forte pode fazer naufragar embarcações encoradas em outras praias, como Ubatumirim. Em Picinguaba, dos 80 pescadores cadastrados, 70% são embarcados em traineiras que se dedicam à pesca da sardinha, no tempo escuro "cerca de 21 dias de pesca por mês". É aí que os mestres de barco vem buscar os tripulantes, rapazes novos vindos muitas vezes da lavoura das proximidades.

Já no Saco do Ribeira, local próximo da cidade, a pesca é mantida por uma família de japoneses que se especializou na captura do cação. O chefe da família é dono de salga de sardinha, de 6 barcos (algumas vezes arrendados para pessoas do local) e de uma câmara frigorífica, de 14 toneladas. Ele mesmo constrói os barcos, geralmente de 9 a 11 m. A história desse pequeno empresário é interessante, pois não tivera pessoalmente experiência anterior em atividades pesqueiras. Vindo do interior, onde era lavrador, vendeu sua fazenda e comprou o terreno do Saco do Ribeira, onde começou a construção da infra-estrutura para a captura de pescado. Vendo um parente seu construir pequenas embarcações, aprendeu a fazer outras maiores e hoje tem um pequeno estaleiro em que monta mais de 2 embarcações por ano.

Finalizando esta parte da análise que comparou o desenvolvimento da atividade pesqueira, em vilas mais ou menos isoladas dos centros, é conveniente afirmar que a simples proximidade do núcleo urbano não significa melhores condições de vida para a comunidade pesqueira. Pela análise das rendas contidas, do tipo de emprego artesanal ou industrial, pode-se perceber que comunidades até afastadas geograficamente dos núcleos urbanos, mantém com o mercado como um todo íntimas relações de comercialização que lhe garantem um melhor nível de vida. É o caso do núcleo de Morretinho, Pontal do Leste em Cananéia e Picinguaba e Saco do Ribeira, em Ubatuba.

Mourão já havia afirmado e nossa pesquisa veio confirmar, que a deteriorização, que implica na desestruturação de padrões de conduta, desorganização familiar e apatia, não é resultante do simples contato com a economia urbana e comercial e sim da marginalização sofrida pelos indivíduos por não terem condições de se incorporarem à nova dinâmica social que surge.

No caso analisado, aquelas comunidades que, no Mar de Dentro, com o esgotamento biológico progressivo da laguna, não puderam ir pescar no Mar de Fora, entraram numa fase de deteriorização dos padrões mínimos de subsistência. Gravitando, ora na área de economia de mercado, ora na autossustentação, essas populações se marginalizam cada vez mais. Aliás, o mesmo parece ocorrer nas praias próximas de Ubatuba, onde os pescadores artesanais,

QUADRO 36

UBATUBA: Quadro comparativo entre algumas praias

LOCAIS DE PESCADORES	Nº PESC.	TEC NOLO GIA								RENDA MÉDIA MENSAL EM Cr\$	
		PESC. C/MOT	%	PESC. S/MOT	%	CERCOS FLUTUAN- TES	COM REDES	%	SEM REDES		%
PRAIAS TURÍSTICAS											
Maranduba	17	1	6,0	16	94,0	1	13	76,4	4	23,6	150,0
Lázaro	8	4	50,0	4	50,0	0	4	50,0	4	50,0	291,0
Enseada	7	2	28,5	5	71,5	2	4	57,2	3	23,6	158,0
PRAIAS DE PESCA											
Picinguaba	80	7	9,0	73	91,0	3	20	25,0	60	75,0	396,0
Almada	32	5	16,0	27	84,0	0	11	35,4	21	65,8	389,0
Saco da Ribeira	43	7	16,0	30	70,0	7	18	47,0	21	35,4	407,0

Observação: Incluindo a renda dos pescadores semi-industriais e indústrias.

num ambiente ecológico facilmente desequilibrado pela sobrepesca e solicitados por uma vida mais fácil em atividades ligadas ao turismo, vivem em condições ainda mais deterioradas que antes. Isolados de suas roças, impossibilitados de uma maior produção pesqueira, esses pescadores se voltam para atividades de sub-emprego, com um nível maior ainda de instabilidade. Naquelas praias em que se passa de uma pesca simplesmente artesanal não-motorizada, para uma captura motorizada, semi-industrial ou industrial, percebe-se que há uma sensível melhoria nos níveis de vida de alimentação e instrução. Os antigos padrões de divisão do trabalho, de partilha do pescado vão se alterando e são gradativamente substituídos por novos. Naquelas comunidades em que essa passagem não se processa, a deterioração e o pauperismo se torna ainda maior.

No fundo, porém, são processos que ocorrem simultaneamente, fruto da dinâmica capitalista do mercado. Aos antigos "donos de rede" se sucedem os donos de pesca ou donos de embarcações motorizadas, como um novo estrato que passa a ter ascendência econômica e política. Os que não tem capital suficiente para buscar o pescado onde ele estiver se marginalizam.

Se existe essa progressiva diferenciação dentro do setor, que implica em diferentes oportunidades de vida melhor ou pior, o sistema de preços do pescado não apresenta a curto prazo, perspectivas animadoras.

Em Ubatuba, o preço da sardinha é instável, com tendência ao decréscimo" 0,27 em 1968; \$0,32 em 1969; \$0,25 em 1970 e \$0,29 em 1971". Como se viu a um aumento de produção que não correspondeu a maior obtenção de renda. (em 1970, a produção média de cada traineira, aumentou em quase 10 toneladas mensais, mas houve redução até nos valores nominais; de \$12.052,00 em 69, passou a \$11.582,00 em 70).

Em Cananéia, a proximidade do pesqueiro e o preço do camarão ainda torna a captura um pouco mais lucrativa. Entretanto, se a pesca continuar de maneira predatória como vem sendo realizada, essa margem de lucro possivelmente desaparecerá.

Em suma, Mourão retrata bem essa relação entre isolamento e eficiência do sistema, em propiciar aos indivíduos melhores condições do vida, quando afirma

"certas comunidades, através do fluxo turístico, passaram a ficar em contato com a cidade, com os seus valores, que através dos meios de comunicação artificial entram nas casas. Algumas comunidades do Litoral Norte e Peruíbe no Litoral Sul, entre outras são um exemplo típico. Entretanto, ao nível econômico, a situação passou a se caracterizar por um isolamento real entre a economia local que, na medida em que não se adaptou, tende ao desaparecimento, levando a migração ou marginalização do elemento humano no plano local, ao passo que, no passado, embora os contatos humanos fossem menores entre o meio local e a cidade, verifica-se a ocorrência de uma economia complementar, com base nos excedentes dos fatores de produção. (115)

Para o autor, a pesca artesanal motorizada, tende a devolver à região, aquelas relações de complementariedade que existia entre a lavoura, especialmente do arroz, e os centros urbanos. Escreve Mourão

"Embora subsistam setores onde a relação é de mera dependência, como a situação caracterizada pela coleta do palmito, da caxeta, da ostra e de alguns setores artesanais que, em decorrência de condições físicas, como a diminuição de teor de salinidade, das águas lagunares se encontram também uma situação de mera dependência, segundo nosso critério, isolados social e economicamente. (116)

A questão que se coloca é a seguinte: qual é a possibilidade do setor pesqueiro motorizado se afirmar como setor autônomo, economicamente sólido, quando não é nada animadora a situação dos preços pagos ao pescador, como se tem constatado ultimamente? A conclusão a que se chega apesar da modernização ter levado algumas alterações ao nível econômico, social e cultural, é que os mecanismos do capitalismo dependente continuam a operar, reforçando os laços de dependência global e aumentando o fosso entre os setores metropolitanos e os satelitizados dentro da economia nacional.

2.9. INDÚSTRIA DA PESCA

A rigor não se pode falar em indústria de pesca no Litoral Norte e Sul do Estado de São Paulo, pois com exceção de uma moderna unidade em São Sebastião, as demais são "firmas" artesanais que trabalham com técnicas primitivas beneficiando uma quantidade muito reduzida do pescado. São indústrias que estão em crise permanente, devido as dificuldades de entrarem numa produção em escala maior, seja por não terem capital, seja por insuficiência e intermitência de fornecimento de matéria prima. As indústrias artesanais mais representativas são as salgas de sardinhas em Ubatuba e Ilha Bela (defumação) e a da manjuba, em Iguape. Em Cananéia existe somente uma firma que processa o descascamento do camarão sete-barbas, mas é também uma atividade temporária.

QUADRO 37**AS "SALGAS DE MANJUBA"**

ANO	1949	1963	1970
SETE-BARBAS	5	0	0
REGISTRO	7	1	0
IGUAPE	10	17	17
TOTAL	22	18	17

DADOS: Instituto de Pesca

Quanto ao número de salgas, observa-se pelo quadro 37 que em 1949 mais de 50% das empresas se localizavam fora do município de Iguape, já em 1970 a totalidade das salgas tinha-se concentrado nessa cidade. Isto se deve ao fato de que a manjuba que antes chegava até Sete Barras subindo o Ribeira, por motivos até agora biologicamente desconhecidos, não mais avança rio acima. Esse fenômeno levou a paralisação da captura da manjuba em Registro e Sete Barras.

Em Iguape, segundo os dados do Instituto de Pesca e dos próprios industriais locais, existe cerca de 17 salgas de manjuba que se concentraram nas imediações da cidade. A pesca da manjuba se iniciou por volta de 1925/26 e se estendia, como foi dito, até Sete Barras, ocupando um volume considerável de mão-de-obra.

Em 1970, as salgas produziram, em média, 5.000 caixas de manjuba em cada uma, perfazendo um total de aproximadamente 100.000 caixas (1.600 toneladas de manjuba seca). Sabendo-se que de cada 30 kg. de manjuba fresca se tiram 20 kg da seca, calcula-se que o volume de matéria prima utilizada esteja por volta de 2.400 toneladas. Acrescentando-se as 600 toneladas vendidas frescas, sejam para o CEASA ou para o próprio local, tem-se uma captura aproximada de 3.000 toneladas de manjuba nos meses que vão de setembro a abril.

A técnica de preparação de manjuba seca-salgada, é das mais rudimentares, sendo que a maioria das salgas, por falta de orientação técnica ou capital, não usa métodos higiênicos na manipulação do pescado.

A manjuba é conservada por métodos rudimentares. É lavada e colocada em tanques de amianto ou de cimento juntamente com o sal na base de 1 quilo para 3,5 quilos de manjuba. Existem em Iguape 378 tanques em que esta operação é feita. Depois de 24 horas

de salga a manjuba é levada a estufa, onde permanece de 10 a 12 horas para ficar seca. Como se vê, a manjuba é aproveitada integralmente não sofrendo transformações em seu estado físico, pois é salgada com cabeça e vísceras.

O número de pessoas fixas empregadas é de aproximadamente 150, dando uma média de menos de 10 operários por salga. Tomando em consideração que aproximadamente 1600 pescadores se dedicam a pesca da manjuba nos 6 meses em que ela aparece, pode-se afirmar que mais de 9000 pessoas dependem dessa atividade, representando mais de 45% da população. As indústrias eram proprietárias, em 1971 de 263 redes manjubeiras, sendo 189 de nylon e 74 de algodão. Essas redes são cedidas a grupos de 3 pescadores que as utilizam na safra, mas se comprometem a vender o produto ao industrial, a baixo preço.

Nesse mesmo ano, cada rede de nylon, custava cerca de 2500 cruzeiros e as de algodão 1600 cruzeiros com aproximadamente 150 m de comprimento por 9 de altura. O custo dessa rede é bastante alto, motivo pelo qual a indústria geralmente entrega ao chefe da turma, responsável por arranjar os outros pescadores que participam dos "lanços".

O relatório enviado pelos próprios industriais a SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - em 1971, em que se colocava a precária situação das salgas, prestes a irem a falência se não, fossem isentadas do ICM - Imposto de Circulação de Mercadorias - é esclarecedor quanto a fragilidade da "organização empresarial".

"Realmente precária é a estruturação das empresas que se dedicam a pesca da manjuba, em Iguape. É uma questão de infra-estrutura. As instalações, com raras exceções, não atendem às exigências técnicas. A organização contábil não registra a fundo as minúcias do custo e das despesas. Elas não comportam, embora necessitem, um técnico industrial e financeiro no seu quadro de funcionários. Os pescadores não são registrados e nem considerados como empregados. Trabalham com o material da empresa mas são filiados ao INPS como autônomos, pagando a contribuições previdenciária na base de 8%. Recebem o pagamento do seu trabalho, pela produção verificada em tantos quilos de pescado a um preço determinado, já calculada a parte da empresa que emprega o material."

Nesse mesmo relatório, os industriais demonstram o custo de uma caixa de manjuba, que sem contar o ICM e a porcentagem do vendedor, chegava a Cr\$ 21,50. Com o ICM e as demais despesas desaparecia a margem de lucro dessas empresas que reclamavam da taxaço em São Paulo, enquanto que as de outros estados, como Santa Catarina gozavam de isenção e podiam vender a preços mais baixos, produtos similares. A situação precária dos industriais esta relatada na parte final, do documento acima citado. "Outros até suas

residências já hipotecaram para não falir... As 10000 pessoas, entre homens, mulheres e crianças serão as grandes prejudicadas se o Governo não procurar, com a máxima urgência definir uma situação favorável para o caso específico de Iguape."

Essa análise mostra que essas indústrias artesanais, organizadas precariamente, com os altos custos de produção, com produtos mal acabados e de baixa qualidade não podem competir com as empresas modernas situadas em outras regiões, sobretudo na Baixada Santista, tendo que se contentar com as fimbrias do mercado, numa situação quase estagnada. No Litoral Norte especialmente em Ubatuba e Ilha Bela, a situação não parece ser melhor. O quadro a seguir, apresenta a situação geral das salgas em Ubatuba, Ilha Bela e São Sebastião.

QUADRO 38

FIRMAS DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO NO LITORAL NORTE 1969/70

LOCAL	Nº	TIPO	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS	PRODUÇÃO ANUAL MÉD./FIR EM TON.	TEMPO DE FUNCIONA MENTO EM ANOS		
					1/9	10/19	+ DE 20 ANOS
UBATUBA	4	enlatamento e filetagem de sardinha	20	610	25%	75%	-
ILHA BELA	4	secagem e defumação	7	25	0	-	100%
SÃO SEBASTIÃO	1	filetagem, camarão descascado, etc	300	1.134	100%	-	-

Fonte: Pesquisa da SUDELPA - Litoral Norte 1959/70

Como se pode observar pelo quadro 38, a produção das chamadas salgas (de Ubatuba e Ilha Bela) é relativamente pequena.

Essas pequenas empresas utilizam uma tecnologia bastante precária, especialmente as de Ilha Bela que somente prensam e defumam a sardinha. Os métodos aí, são bastante primitivos e todas as operações são manuais. Logo que a sardinha é desembarcada, é levada

aos tanques com sal e posteriormente aos fornos (em tabuleiros). A sardinha defumada e levada então para a secagem final (ao sol). Já a sardinha prensada é levada a um tanque de água fervente, comprimida e levada para a secagem.

Em Ubatuba as empresas são melhor organizadas e dispõem de equipamentos para o enlatamento.

As indústrias mais tradicionais tem grandes dificuldades para seu funcionamento tais como: irregularidade no fornecimento da sardinha dada a inexistência de galo, altos custos de produção, incidência do ICM que onera o produto (17%), inconstância da mão-de-obra, falta de capital de giro e falta de capacidade técnica para lançamento de novos produtos.

As salgas utilizam pouca mão-de-obra fixa. Em épocas de maior atividade, quando a matéria prima é mais abundante são recrutados trabalhadores temporários sem qualquer tipo de qualificação.

Por outro lado, as salgas de Ilha Bela tem em geral, mais de 20 anos de atividade, e não apresentaram até hoje, qualquer renovação em seus métodos de beneficiamento da sardinha defumada que conta com um mercado certo, mas restrito, que é a colônia japonesa. A situação aí, é de fato, lastimável, pois nenhuma delas pensava em lançar novos produtos, procurar financiamento bancário ou comprar novas máquinas para aumentar a produção.

Já em Ubatuba, a situação era um pouco melhor, pois 50% das salgas pretendiam lançar novos produtos e quase totalidade pretendia comprar máquinas novas para aumentar sua produção que se destina em parte para o próprio interior do Estado e para os Estados do Nordeste. Das salgas de Ubatuba, 75% tinham entrado em funcionamento há mais de 10 anos.

Em São Sebastião está instalada a única empresa moderna do gênero na região, ocupando mais de 300 operários e exportando a quase totalidade de sua produção (camarão) para o mercado internacional. É uma empresa que está sempre se modernizando mas é justamente este processo que poupa a utilização da mão-de-obra, tão importante para a região. A compra por exemplo, de uma descascadora automática de camarão, faz o trabalho de mais de 100 operários. Em suma, constata-se uma crise geral nas empresas artesanais, cuja maioria está à beira da falência, enquanto que, as formas modernas que se instalaram começam a poupar mão-de-obra local agravando assim, o problema do sub-emprego.

3a. PARTE

ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA

Nesta fase do trabalho pretende-se estabelecer alguns pontos comparativos entre as populações pesqueiras do Litoral Norte e Sul, tomando por base uma pesquisa de campo realizada em 1971, em Ubatuba, e uma outra realizada com o cadastramento dos pescadores pelo serviço do Vale do Ribeira, do qual participamos (relatório inédito). Como o referido cadastro não objetivou o levantamento de algumas informações importantes para o presente trabalho, utilizar-se-ão os dados publicados pelo prof. Mourão, em sua tese de doutorado.

O objetivo não é fazer uma análise estatístico comparativa entre duas áreas dedicadas principalmente a atividade pesqueira. É antes, percebê-las dentro de um mesmo processo de satelitização frente aos núcleos metropolitanos regionais (eixo Santos São Paulo) numa atividade que surgiu como nova maneira de subordinação. A pesca, como atividade econômica, surgiu vinculada ao mercado São Paulo-Santos e aos poucos foi incorporando mão-de-obra proveniente da lavoura em desorganização.

No entanto, em cada uma das áreas estudadas o processo tomou características especiais porque foi influenciado pelo maior ou menor grau de isolamento físico, pelo surgimento de outras atividades como o turismo e pelos próprios condicionantes geográficos.

O interesse reside em saber até que ponto esses fatores influenciaram o desenvolvimento da pesca no local, especialmente quando a mecanização dessa atividade substituiu parte do artesanato existente.

Quanto à metodologia, na medida do possível, utilizamos como eixo da análise as categorias de pescadores anteriormente assinalados: pescadores industriais, semi-industriais e artesanais (motorizados e não motorizados). Sempre que for possível, no caso da pesca artesanal se fará a diferenciação entre a categoria dos donos dos aparelhos de pesca e a dos camaradas. Essa última diferenciação parece ser mais nítida quando a embarcação motorizada aumenta a distância entre o dono dos aparelhos de produção e o camarada ou parceiro de pescaria.

No simples artesanato, essa diferença também existia e residia sobretudo no momento da partilha do produto, em que o dono da rede ficava com uma parte maior da captura. Não obstante, com a insuficiência econômica e o pauperismo eram grandes essas diferenciações, mas não eram muito significativas. A miséria igualava a todos. A introdução de um equipamento mais caro, responsável direto por uma pesca mais moderna, pois

transporta o pescador a pesqueiros mais distantes, parece ter destacado mais essa diferenciação entre o simples camarada e o dono dos aparelhos de pesca. A medida que a vinculação com o mercado, a introdução da racionalidade moderna e o custo de equipamentos se tornam maiores, há uma tendência ao assalariamento disfarçado que só não é representado por uma relação assalariada pura, por causa da incerteza da captura. Mesmo assim, nas modernas frotas industriais, o sistema de assalariamento ganha terreno.

3.1. AJUSTE ECOLÓGICO

À medida em que as forças produtivas se encontram pouco desenvolvidas, a dependência do homem em relação ao meio natural é maior. Esse fenômeno ocorre na pesca artesanal em que os limites geográficos e tecnológicos restringem a ação da captura a um meio dado e limitado biologicamente. Nessa fase, o pescador é um quase espectador que aguarda a vinda dos peixes, segundo o comportamento de cada espécie em relação ao fator tempo quente ou o tempo frio. Assim, o pescador artesanal no Litoral Sul sabe, por tradição, que no tempo frio aparecem os cardumes (agora já mais raros) de tainha, enquanto que, no quente (novembro-março) outras espécies são capturadas, como o cação, o robalo, a pescada etc. Da mesma forma, no Litoral Norte, no tempo quente aparecem o bonito, o cação, o carapau, a corvina. Organiza-se então, o calendário de pesca, sabido de cor, pelos pescadores artesanais, mais profissionalizados, existindo para cada espécie, apetrechos de pesca especiais.

À medida em que há uma vinculação mais estreita com o mercado e melhorias tecnológicas, alguns pescadores deixam de depender exclusivamente de um calendário local. A racionalização chega a tal ponto que o barco, que no verão, por exemplo está na captura do camarão num local, passa a capturar tainha no inverno, isto é, o pescador começa a procurar o pescado e não vice-versa.

No caso da sardinha, a introdução da eco-sonda na determinação dos cardumes pode introduzir modificações que alteram o calendário pesqueiro. A sardinha até agora é pescada no escuro, isto é, nas três luas, com exclusão da cheia, pois a localização do cardume é feita pelo brilho da sardinha no escuro da noite ("ardentia"). Como na lua cheia o mar fica claro, é difícil perceber o "brilho" do cardume da sardinha que aflora a superfície e os barcos retornam aos portos. No caso de Picinguaba, no "claro" a praia ganha um colorido e uma animação especiais. Nessa ocasião os "embarcados" retornam aos seus lares, os bares vendem mais cachaça, organizam-se bailes e jogos de futebol. Enquanto isso, nas praias, com o descanso da pesca, consertam-se as redes para o próximo escuro. O uso da eco-

sonda poderá alterar essa situação, pois como a identificação do cardume independe da vista humana, desaparecem o "claro" e o "escuro".

Os sardinheiros maiores, independentes da proximidade da costa, ficam cercando o peixe por vários dias até encher os porões. Essa diferença entre o artesanal e o industrial se expressa nas palavras de um embarcado: "Se a sardinha não aparece aqui, é porque está mais de fora. E a gente vai pescar lá."

3.2. ESTRUTURA ETÁRIA

QUADRO 39

FAIXA ETÁRIA DOS PESCADORES DE UBATUBA

CATEGORIA	FAIXA DE IDADE										TOTAL
	10/19	%	20/29	%	30/39	%	40/49	%	+50	%	
Total de Pescadores	7	7.8	22	24.1	17	18.7	19	20.9	26	28.5	91
P. Industriais	5	12.5	14	35.0	10	25.0	9	25.5	2	5.0	40
P. Artesanais	2	3.9	8	15.7	7	13.7	10	19.7	24	47.0	51

A análise das idades é significativa na medida em que é possível comparar os pescadores industriais com os artesanais. (quadro 39)

Em Ubatuba, enquanto que somente 30,5% dos pescadores industriais tem mais que 40 anos, essa porcentagem se eleva a mais de 66,5% entre os artesanais. Isso revela que há pouca incorporação de indivíduos jovens a esse tipo de pesca, pois se entre os pescadores industriais há mais de 47,5% entre 10-30 anos de idade, a proporção decresce visivelmente entre os artesanais, que só contam com 19,6% nessa faixa. A estrutura etária revela portanto que enquanto os indivíduos jovens ingressam na pesca embarcada, o mesmo não ocorre entre os artesanais. Aliás, uma rápida análise na composição etária dos núcleos, mostra que em Picinguaba, existe 32% dos pescadores com mais de 40 anos, enquanto que em Maranduba, onde predomina a pesca artesanal, 100% dos pescadores tem mais de 50 anos. No Lázaro (outro núcleo artesanal penetrado pelo turismo), a proporção de pescadores com mais de 50 anos se eleva também a 66%. Em Cananéia entre os artesanais há mais de 38% dos pescadores com mais de 60 anos. No entanto, aí existe 40,5% com

menos de 30 anos o que revela que a pesca artesanal parece oferecer um dinamismo maior, continuando a incorporar pescadores jovens numa proporção maior que o artesanato pesqueiro ubatubano.

QUADRO 40

A MOBILIDADE EM UBATUBA

CATEGORIA DE PESCADORES	LOCAL		DE		NASCIMENTO	
	DO LOCAL	%	DE OUTRAS PRAIAS	%	DE FORA	%
Total de Pescadores	72	79.1	13	14.2	6	6.6
P. Industriais	29	72.5	8	20.0	3	7.5
P. Artesanais	43	84.5	5	9.8	3	5.9

Em Ubatuba, a maioria dos pescadores nascem na praia em que atualmente moram (79,1%) revelando que existe uma pequena mobilidade geográfica. Essa porcentagem é menor entre os industriais (72,5%) indicando que estes possuem uma maior mobilidade, pois 27,5% são provenientes de outras localidades. (quadro 40)

Já em Cananéia, segundo dados do prof. Mourão, a maior parte das famílias vieram de outras localidades (geralmente próximas), de onde saíram, especialmente a partir de 1910, quando começou a pesca comercial. Em Ubatuba, também ocorreu a passagem da lavoura para a pesca, mas com a faixa agricultável estreita, é possível que uma boa parte já morasse à beira-mar (único meio de transporte) quando a pesca comercial, por volta de 1920 começou a atrair os agricultores.

Cruzando-se essa informação em Ubatuba, com o tempo de moradia no local, observa-se que a maioria dos pescadores habitava a praia por mais de 20 anos (76,8%). Como era de se esperar uma porcentagem maior de pescadores industriais (22,5%) tinha mudado para a praia entre 1-10 anos, enquanto que só 5,8% dos artesanais o fizeram no período considerado.

3.3. ESTRUTURA OCUPACIONAL

QUADRO 41

UBATUBA

CATEGORIA DOS PESCADORES	PESCA	%	LAVOURA	%	OUTRAS	%
Total de Pescadores	80	87.8	6	6.6	5	5.5
P. Industriais	40	100.0	0	0.0	0	0.0
P. Artesanais	40	78.4	6	11.8	5	9.8

A análise das ocupações indica que enquanto 100% dos pescadores industriais em Ubatuba, afirmam que sua ocupação principal é a pesca, essa proporção cai para 78,4% entre os artesanais que têm também outras atividades. (quadro 41) Entre os pescadores artesanais, portanto 22% afirmam que tem outras ocupações, especialmente a lavoura e serviços. Em termos de núcleo, naqueles em que, como Picinguaba, a pesca é uma atividade fundamental, 100% dos pescadores (tanto artesanais, como industriais) afirmam encontrar na pesca, sua ocupação principal, enquanto que naqueles núcleos em que a agricultura é praticada ou onde as construções de casa para turista são uma realidade, parte dos pescadores artesanais, exercem outras atividades. Verifica-se em Ubatuba, que para parte dos pescadores artesanais, especialmente os não motorizados, a pesca não é atividade suficiente para lhes garantir um mínimo vital, tendo que recorrer a complementação da renda em outros trabalhos.

À questão se tinham outras ocupações além da pesca, no entanto, 27,5% dos pescadores industriais responderam afirmativamente. Essa proporção é explicada quando se percebe que, mesmo entre os pescadores industriais, muitos deles saíram há pouco da lavoura e mantém com ela muitos vínculos. Assim, em Camburiú, por exemplo, é comum o pescador embarcar uns 6 meses nas traineiras e depois ficar 2 ou 3 meses em casa, especialmente no inverno "em que o trabalho é muito duro". Passada essa fase, o pescador, deixa os trabalhos da roça ou outras atividades e volta a empregar-se na pesca industrial. Já entre os pescadores artesanais, os que afirmam ter outras ocupações se elevam a 57%. Evidentemente, outra vez os que são mais inconstantes nas atividades pesqueiras são os artesanais não motorizados.

Em Cananéia ocorre uma situação idêntica, onde os pescadores artesanais, especialmente os não motorizados, procuram outras atividades complementares.

"Em 1965, cerca de 30% dos inquiridos admitem que, paralelamente a pesca, dedicavam-se a agricultura de subsistência, sendo que esse percentual deve-se a indivíduos localizados nos setores de Guaraparim, Estaleiro, Ponta da Aroeira, São Paulo e Prainha, na Ilha de Cananéia e Rio das Minas, Cordeiro, Ariri, no continente".

(117)

Em Ubatuba é interessante se observar que dos 27,5% de pescadores industriais que paralelamente se dedicam a outras atividades, a maioria (86,7%) trabalha na roça, enquanto que entre os artesanais, nessa categoria, somente 59,4% cultivam o solo ao passo que 13,5 também são comerciantes. Atesta-se assim, uma maior ligação dos pescadores industriais com a roça donde grande parte deles saiu (85,8) antes de embarcar. Esses dados são importantes porque atualmente se verifica uma passagem direta do lavrador a condição de pescador industrial, quando em períodos anteriores, os lavradores se dirigiam ao artesanato. Pode-se deduzir, daí, que o artesanato pesqueiro na presente situação, não é muito atraente como atividade econômica, sofrendo contínuo esvaziamento.

No que diz respeito a outras atividades, deve-se observar que em Ubatuba, 24,4% dos pescadores afirmaram trabalhar no artesanato, confeccionando artigos de palha, madeira ou redes, mas desses só 30% o faziam para vender. Evidentemente a porcentagem maior dos que faziam o artesanato estava entre os pescadores artesanais 32%. Mesmo nesse caso, a quase totalidade dos objetos produzidos era para o uso caseiro ou profissional (rede).

QUADRO 42

TEMPO DE VIVÊNCIA NA PESCA - UBATUBA

CATEGORIA DE PESCADORES	TEMPO DE PESCA (em anos)									
	SEMPRE	%	1-4	%	5-9	%	10-19	%	+20	%
TOTAL DE PESCADORES	32	35.0	4	4.4	8	8.8	23	25.2	24	27.4
P. Industriais	14	35.0	2	5.0	6	15.0	10	25.0	8	20.0
P. Artesanais	18	35.2	2	3.9	2	3.9	13	25.5	16	31.4

O quadro 42 é significativo na medida em que permite, fazer algumas inferências sobre a profissionalização dos pescadores. É claro que não é somente a permanência no setor que permite uma profissionalização. Outros elementos são também importantes, como a estrutura de valores, a intensidade do exercício de profissão, etc... Entretanto pode-se observar que somente 35% dos pescadores tinham trabalhando sempre na pesca (sendo possivelmente, filhos de pescadores) e não se manifestou diferença significativa, entre os industriais e os artesanais: entre estes últimos, mais de 55% tinha entrado na pesca há mais de 10 anos na pesca vindo, confirmar outras informações de que a atividade pesqueira artesanal se tornou mais sólida a partir do estabelecimento de um mercado de compra e venda do pescado, no início da década de 1950, com a construção da estrada ligando Ubatuba a Caraguatatuba e do entreposto (pouco antes). Os que passaram para a pesca entre 1-9 anos, somaram 20% entre os industriais e só 8% entre os artesanais, revelando que os primeiros continuam ingressando na pesca com maior intensidade que os segundos.

No que diz respeito as ocupações anteriores à pesca, 86% dos pescadores industriais tinham saído da lavoura, enquanto que essa porcentagem se reduzia a metade (43,5), entre os artesanais. De fato, esse fenômeno é bem visível em Picinguaba e adjacências onde a grande maioria dos jovens que trabalham embarcados, tiveram como última ocupação a lavoura. Esse componente rural do pescador embarcado é o fato de sua família dispor de um pedaço de terra perto ou longe da praia, funciona como um refúgio quando ele não está trabalhando.

Mesmo assim é evidente que a vinculação do pescador industrial com a terra é menor que a do artesanal. Se o primeiro passa direto da lavoura para o barco é porque a deterioração das condições da agricultura no local, impedem-no de continuar nessa ocupação. Por outro lado, o contato maior do "embarcado" com centros urbanos maiores, como Santos e Rio de Janeiro faz com que ele vá absorvendo valores urbanos que se manifestam inicialmente, na maneira bizarra de se vestir imitando os jovens da cidade, etc... Nas praias, como Picinguaba no "claro" pode-se observar os jovens embarcados trajando camisas estampadas, calças justas e usando cabelo comprido, fenômeno que não se encontra entre os artesanais das praias geograficamente mais isoladas.

Um outro sistema da vinculação com as atividades agrícolas é o uso ou não do forno de fazer farinha de mandioca. Enquanto que 29,5% dos artesanais afirmam ter o forno, somente 15,5% dos industriais o possuíam. Dentro das sub-categorias a diferenciação é até mais significativa, pois entre os artesanais "dono dos aparelhos de pesca" a porcentagem se elevava a 37,1% enquanto que para os "camaradas" não passava de 12,5. Evidentemente a sub-categoria dos "mestres de barco" é a que mais se identifica com a pesca: nenhum deles exerce outra atividade paralela e não tem forno de farinha.

Em termos de praias, é interessante se observar que a atividade agrícola exercida conjuntamente com a pesca pelos artesanais, é mais presente em praias como Ubatumirim, Camburí ao norte do município. Aliás é Ubatumirim que possui um número maior de agricultores nessa parte norte do município, e eles são fornecedores de farinha de mandioca para Picinguaba, núcleo agora mais especializado na pesca da sardinha. Já nas praias mais próximas à cidade, as atividades complementares não são agrícolas e sim do ramo de serviços (construções civil, biscates etc...) como é o caso do Lázaro, Enseada e Maranduba.

Em Cananéia, Mourão ressalta essa vinculação da maioria dos núcleos pesqueiros do Mar de Dentro ocupar-se com atividades agrícolas, ou de coleta (ostra e palmito). Nesse município, mais de 90% dos pescadores estavam ligados às atividades agrícolas antes de passar para a pesca, e a maior parte dos pescadores artesanais não motorizados, praticava a agricultura ou outra atividade. Já entre os artesanais motorizados essa porcentagem era pequena pois eles se lançavam à pesca com maior afinco. Quanto ao uso do "tráfico" ou "casa do forno" constata Mourão.

"Uma observação mais cuidadosa, no decorrer da pesquisa permite-nos perceber que, nos domicílios amostrados onde não encontramos o tráfico ou se tratava de casas de pessoas ligadas quase que exclusivamente a pesca, ou de indivíduos que se caracterizavam por uma total marginalidade, isto é, aqueles apenas garantiam a produção necessária a satisfação dos mínimos biológicos". (118)

O setor de pesca semi-industrial em Cananéia, formado por pessoas de grande tradição na pesca, como é o caso dos "catarinenses", não mantém nenhum vínculo com as atividades agrícolas, vivendo exclusivamente do rendimento da pesca.

Quanto a algumas características gerais da população de pescadores, é desnecessário afirmar que vivendo em sua grande maioria, em situação de extrema marginalização, pois seus rendimentos em geral, só lhes permitem a sobrevivência, apresentam baixos índices de alfabetização. Em Ubatuba, só 7.7% do total podem ser considerados funcionalmente alfabetizados. A enorme maioria ou é semi-alfabetizada ou simplesmente analfabeta. Entre os pescadores industriais o índice é mais elevado que entre os artesanais, pois estes são geralmente mais novos e são obrigados pelo menos a ler e escrever para tirar a carteira de trabalho. Entre os "mestres de barco" a totalidade é alfabetizada., pois cabe a eles a contabilidade da pesca, o embarque e o desembarque dos tripulantes, a leitura de instrumentos, etc...

Em Ubatuba, 61,5% dos pescadores moram em casa própria, normalmente em situação precária, enquanto que os demais, tem casas cedidas ou alugadas. Entre as sub-

categorias estudadas, a dos "camaradas" é a que apresenta uma maior proporção dos que não tem casa própria, 62,5%. Aliás, dentre as categorias, a dos camaradas e a que está em piores condições, pois não possuindo instrumentos de trabalho, vivem de dependência de outros (96,1% deles são analfabetos ou semi-alfabetizados).

Nas praias de Ubatuba, próximo a sede municipal, consideradas entre as mais belas do Sul do país, o pescador caiçara sofreu, desde a abertura da estrada, um processo de expulsão de suas casas, pelas firmas loteadoras ou pessoas de São Paulo, que a troco de nada, adquiriram a posse das terras e os foram desalojando para lugares mais distantes. Em algumas praias, o fato dos ricos proprietários, geralmente da Capital, cercarem terrenos, impede os pescadores de chegarem a praia com suas embarcações. Consta-se portanto, que com a vinda do turismo houve não só a desorganização da pesca artesanal não motorizada, mas uma marginalização do pescador maior ainda, com o afastamento coagido de seu ambiente natural de trabalho: o mar.

Em Cananéia, ainda que o avanço do turismo e da especulação imobiliária seja mais moderado ocorre fenômeno semelhante. Os pescadores ou pescador-lavrador daí, vão abandonando os sítios mais distantes e os vendem ao "pessoal da cidade". passando depois a morar na própria cidade ou em vilas próximas a ela, que lhe permitam um melhor exercício da atividade pesqueira.

3.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Em Ubatuba, percebe-se uma participação relativamente fraca em atividades comunitárias. Comparando-se com as comunidades agrícolas, as que se dedicam a pesca parecem apresentar formas menos intensas de solidariedade e ajuda mútua.

Uma hipótese que explicaria em parte a questão, se fundamenta no fato de o pequeno pescador explorar um bem comum, que é o mar. Na medida em que ele passa a conhecer os lugares de pesca melhores, técnicas mais apropriadas, torna-se cioso de seus segredos e prefere explorá-los sozinho ou com a ajuda de um camarada. No fundo ele sente que, na medida em que levar mais gente para o pesqueiro, sua produção vai ser menor. Um outro fator responsável pela diminuição da solidariedade pode ser a proliferação de seitas protestantes que agressivamente romperam o mundo de valores religiosos mais ou menos uniforme antes existente. Assim, como os protestantes não vão a festas, consideram a dança de São Gonçalo uma "adoração de imagens", foi-se rompendo a solidariedade anteriormente existente. Subjacente a todos esses fenômenos está, no fundo, a expansão da economia monetária e do princípio do lucro, como racionalizador das atividades econômicas e sociais.

O mutirão já não dá mais certo, pois custa muito se comprar os mantimentos para a festa que o segue. Na medida em que, de fato, os indivíduos se afastam da lavoura, a produção de mantimentos é mais custosa e a comida tem que ser comprada, onerando os custos de trabalho.

Por outro lado, a maioria dos proprietários impossibilitados de fornecerem alimentos, ao fim do mutirão, davam somente "cachaça", durante o baile, o que contribuía ainda mais para desordens e brigas que afastavam as damas, e desacreditavam a atividade. É o rompimento de uma estrutura marcada pela produção do auto consumo para uma outra mais voltada para o mercado.

De qualquer maneira o mutirão é antes de tudo uma forma de solidariedade entre indivíduos que se dedicam a lavoura. A pesca, com exceção do arrastão de praia, que praticamente já sumiu de nosso litoral não comporta o mutirão.

Mourão estuda esse processo no Litoral Sul e apesar de analisar o mutirão ou outras formas de ajuda mútua sob o prisma de controle social e de sua função de desestimular o comportamento divergente chega a conclusões semelhantes:

"Embora os fatos relatados por uns informantes se passem numa época em que a crise, a que vimos aludindo constantemente, era já uma realidade, o que até certo ponto explica o ocorrido, eles demonstram uma certa ruptura com o sistema de valores. A passagem a pesca, enfatizou um de nossos informantes, possibilitou uma maior individualização, pois bastava encontrar dois companheiros e sair Para a Pescaria, "sem dar satisfações a ninguém". Terminada a pescaria, aguardava o barco de Santos que pagava imediatamente e com dinheiro vivo "O homem ficava mais dono de si", comenta "gastava o dinheiro como queria e não dependia de ninguém". (119)

QUADRO 43

UBATUBA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CATEGORIA DE PESCADORES	BAILE				IGREJA			
	SIM	%	NÃO	%	SIM	%	NÃO	%
P.INDUSTRIAIS	14	42,5	23	57,5	23	42,5	17	57,5
Tripulantes	16	45,7	19	54,3	20	57,1	15	42,9
Mestre	1	20,0	4	80,0	3	60,0	2	40,0
P.ARTESANAIS	10	20,0	40	80,0	37	74,0	13	26,0
Donos dos Aparelhos de Pesca	5	14,7	29	85,3	25	73,5	9	26,5
Camaradas	5	31,2	11	68,8	12	75,0	4	25,0
TOTAL	27	30,0	67	70,0	60	66,7	20	33,3

Em Ubatuba, como se pode analisar pelo quadro nº 43, 70% dos pescadores afirmaram que não iam a baile normalmente, verificando-se o inverso no que diz respeito a participação em atividade religiosa.

Entretanto, a participação por sub-categorias bastante significativa. Dos pescadores industriais 42,5 afirmaram ir a baile freqüentemente enquanto que somente 20% artesanais o faziam. Da mesma forma mais da metade dos pescadores industriais não vai a igreja enquanto que a enorme maioria dos artesanais (74,0) participa das atividades religiosas.

Essas proporções podem indicar um grau mais elevado de secularização dos pescadores industriais em maior contato com os grandes meios urbanos de Santos e Rio de Janeiro, ao passo que os artesanais continuam mais presos as tradições locais e aos vínculos religiosos (alguns protestantes que proibem a ida aos bailes).

Como corolário da desorganização dos valores, as festas religiosas tradicionais estão em vias de desaparecimento nas comunidades pesqueiras do Litoral Norte. As festas de Reis, São Gonçalo e outros quase não mais existem. "A Bandeira do Divino do ano passado passou aqui só pegando dinheiro" afirmou um dos entrevistados. Desestimuladas pelas autoridades católicas que vêem mais uma manifestação do sincretismo religioso, desprezadas pelos protestantes que a consideram uma "festa de adoração de imagens" essas manifestações culturais vão desaparecendo. E com elas desaparecerem a viola, o cavaquinho e outros instrumentos caipiras que passam a ser substituídos pela música da cidade.

Como afirma Mourão: O mutirão, o mutirão fandango ou o simples fandango, por decisão do jovens influenciados pela música divulgada pelo rádio e pelos bailes da cidade, esta dando lugar a bailes que começam a ser mais valorizados".

Um outro fato que diz respeito a participação social e a filiação a colônia de pescadores. O quadro nº 44 mostra o nível de participação dos pescadores a esse órgão.

QUADRO 44**PARTICIPAÇÃO NA COLÔNIA DE PESCADORES**

CATEGORIA DOS PESCADORES	PARTICIPAÇÃO NA COLÔNIA		DOS PESCADORES	
	SIM	%	NÃO	%
TOTAL	51	56,0	40	43,9
PESCADORES INDUSTRIAIS	31	77,5	9	22,5
Embarcados	27	77,0	8	22,8
Mestre de Barco	4	80,0	1	20,0
PESCADORES ARTESANAIS	20	39,2	31	60,7
Donos do Barco de Pesca	16	45,7	19	54,2
Camarada	4	25,0	12	75,0

Constata-se que somente 56% dos pescadores são filiados a Colônia, pagando regularmente a mensalidade. Entre os pescadores industriais a percentagem sobe a 77,5%, pois sem o recibo de pagamento eles não podem ser inscritos no rol da tripulação. A participação dos não registrados à colônia sob a 75% entre os "camaradas". Contudo com poucos recursos, essa instituição quase nada pode fazer pelos pescadores, o que motiva o desinteresse geral manifestado em relação a ela.

3.5. RELAÇÕES DE TRABALHO

Um ponto fundamental a ser analisado é o sistema de relações de trabalho que brota da atividade pesqueira. Subjacente a essa idéia, existe a preocupação em se determinar a existência ou não de classes sociais na medida em que, se poderia pensar no barco como unidade de produção, onde se verifica de um lado, a venda de força de trabalho dos tripulantes e de outro, a propriedade dos meios de produção (barcos, redes, etc.).

De fato, se se pensar em termos de uma pesca altamente tecnológica e de grande inversão de capital, como é o caso de um "navio fábrica", não resta dúvida que se verificam

ai as determinações básicas do sistema capitalista. São verdadeiras fábricas flutuantes, que procedem desde a captura até a industrialização do pescado, cujo produto tem todas as características de mercadoria. No entanto esse fenômeno somente ocorre no momento em que a pesca é de fato um setor econômico implantado, de grande significância em termos de renda gerada e mão-de-obra empregada. Nesse caso poder-se-ia falar em proletariado pesqueiro e numa burguesia pesqueira, ainda que o adjetivo "pesqueira" tivesse pouca significação, o importante é a constituição de um proletariado desprovido dos meios de produção e de burguesia que se apossa da mais valia gerada. Mesmo nesse caso, a atividade pesqueira tem particularidades que a diferenciam das outras. Fatores como a imprevisibilidade da captura, grande autonomia dessa unidade de produção que é o barco, conferiram maior autonomia aos pescadores, fazendo surgir mesmo nos países de grande tradição pesqueira, sistemas de remuneração que estimulam a participação do simples tripulante na produção, seja através do sistema de porcentagem sobre o total do pescado capturado, seja através do regime de partes.

Foram observações dessa natureza que, por exemplo, lançaram dúvidas sobre a possibilidade de se implantar um polo de desenvolvimento baseado na atividade pesqueira em Cananéia. "Todas as atividades econômicas exploram um bem próprio: a pesca explora um bem comum. Seu equivalente terrestre seria a caça comercial, que não existe mais. O fato de a pesca explorar um bem comum desestimula o comedimento espontâneo que leva o pecuarista, por exemplo, a não abater do rebanho mais do que o desfrute, ou o minerador a não esgotar rapidamente, por exploração ou lavra ambiciosa, a sua jazida e a sua mina. A falta de um refreamento, além daquele nem sempre muito lógico, imposto pelo Estado e que exige observações e análise científica extremamente difíceis, mormente em países subdesenvolvidos, o pescador só é moderado, no seu afã exploratório, por um castigo econômico que vem tardio e implacável e a cujos primeiros sintomas, mas ele resiste, dado o imobilismo peculiar da profissão a qual ele se apossa com um fervor só comparável ao do viciado pelo seu vício ou ao do jogador pelo jogo. Por esse motivo, a pesca dificilmente promove o desenvolvimento econômico e mais comumente se associa ao tipo de subdesenvolvimento econômico encontrado nas "colônias de pesca" no mundo inteiro... Agrava essa vocação para o subdesenvolvimento, a extrema perecibilidade do pescado, a irregularidade das safras que ainda dependem e sempre dependerão em certa medida do fator "sorte". (120)"

Sem dúvida, a debilidade econômica do setor exerce influências sobre as relações de trabalho entre os agentes inseridos na produção. É essa "vocação para o subdesenvolvimento" responsável, no caso de pesca semi-industrial artesanal, "e mesmo em

setores de pesca industrial, pela forma de remuneração em partes que já anteriormente foi mencionado.

O sistema de remuneração por "partes", no fundo, especialmente na pesca artesanal motorizada e semi-industrial implica numa relação tipicamente capitalista dependente, em que a precariedade das forças produtivas não permite que se manifeste a total racionalidade do sistema através do assalariamento puro e simples. Nesse tipo de pesca, a teia de relacionamento entre o dono de aparelhos de pescas e o "camarada", marcado por compromissos pessoais, de parentesco e de vizinhança obscurecem uma relação que de fato existe entre os que possuem e os que não possuem os meios-de-produção. A miséria, generalizada e, sem dúvida, outro fator responsável, desde que os donos e trabalhadores vivem em situação econômica difícil, muitas vezes à porta da falência, tal e o endividamento nas ocasiões em que, por problemas de mar, ou mecânicos, o barco não sai para pescar.

QUADRO 45

RELAÇÕES DE TRABALHO - UBATUBA

CATEGORIA DE PESCADORES	NÚMERO	%
TOTAL DE PESCADORES	91	100,0
P. INDUSTRIAIS	40	100,0 (43,9)
Tripulantes	35	87,50
Mestres	5	12,50
P. ARTESANAIS	51	100,0 (56,1)
Donos de Aparelhos de Pesca	35	68,63
Camaradas	16	31,37

Em Ubatuba, através da amostra, existem 43,9% de pescadores industriais contra 56,1 de artesanais. Entre os primeiros, 87,5% são tripulantes, isto é simples marinheiros, motoristas, cozinheiros, geladores e 12,5% são mestres. (quadro 45)

Já entre os pescadores artesanais 78,5% são donos dos aparelhos de pesca e 31,37 são camaradas.

Percebe-se, portanto, uma maior porcentagem de pescadores artesanais, ainda que eles sejam em Ubatuba, responsáveis somente por uma parcela do pescado capturado, dada a grande produção de sardinha da pesca industrial. Por outro lado, quase todo o pescado "fino", incluindo o camarão, e capturado pelos pescadores artesanais. Entre estes pescadores, 28,5% trabalham sozinhos, não utilizam a rede e sim "linha". Em termos de renda, esses pescadores são os mais pobres, geralmente.

Em Cananéia, 34,5% dos pescadores são semi-industriais, enquanto que 55,5% são artesanais. Destes últimos cerca de 42% são donos de aparelhos de pesca, enquanto que 58% são "camaradas".

O sistema de divisão do produto é bastante variado e depende sobretudo do tipo de pesca. Em Ubatuba, na pesca industrial, uma vez descontados os gastos de gelo, óleo, rancho etc... 50% da produção fica para o barco (metade das partes) enquanto que o mestre (se for também proeiro) recebe 6 partes, o motorista 2 partes, o cozinheiro 1/2 ou 2 partes, o gelador 1/2 e os tripulantes uma parte cada um.

No caso da pesca semi-industrial, o sistema de partilha em 12 partilhas já foi descrito anteriormente.

O sistema de partilha da pesca artesanal é muito variado, e como já se afirmou depende do tipo da captura. Na pesca artesanal não-motorizada, em que participam 3 pescadores, o produto é dividido em 4 quinhões: 1/4 para a rede e os 3/4 divididos entre os participantes. Na pesca de arrastão de praia, já decadente no Litoral Sul, a rede tem 1/3 do produto, sendo 2/3 restantes divididos em 20 quinhões: 2 para os organizadores da pescaria e 1 quinhão para cada pescador participante (18 camaradas).

A motorização das canoas e baleeiras veio até certo ponto, romper esse esquema tradicional de pescaria. Agora o equipamento mais importante deixa de ser a rede para ser o motor. No caso da canoa motorizada, de uma maneira geral, o dono do motor é o dono também de rede. Nesse caso a divisão do produto se assemelha à da pesca industrial: descontado o custo do gelo e o combustível, metade do pescado fica para a embarcação enquanto que a outra metade é dividida entre os dois ou três participantes.

Essa nova divisão reflete também a maior racionalidade que se introduz na pesca artesanal, com a contabilização dos custos. Nessa altura, ao contrário do que se observa na pesca artesanal simples, o pescador já necessita de uma contabilização de custos e o princípio do lucro começa a se implantar.

3.6. CONFLITOS

O tipo de região analisada, geralmente é vista como sendo habitada por uma sociedade altamente estruturada ao nível dos valores sociais onde o controle direto funciona satisfatoriamente e onde o conflito é exceção.

Mourão, em sua tese, tenta demonstrar que em absoluto, não é o equilíbrio a tônica dominante dessa sociedade.

Ele afirma que, quando havia uma completariedade entre "economia urbana e rural o equilíbrio parecia ser maior.

"O sitiante litorâneo mantém até o momento de crise da agricultura relações de complementaridade com o núcleo urbano local, vendendo, por intermédio do mecanismo da troca, o excedente de sua produção, e recebendo, por sua vez, produtos manufaturados que não teriam condição de produzir no local... De uma situação de complementaridade, em termos econômicos, da qual resultava um tipo de vida social relativamente equilibrados, passamos a uma situação de desequilíbrio, entre os dois pólos extremos e os dois sub-pólos regionais, o urbano e o rural, com piores consequências para os últimos. Na cidade, as famílias mais gradas, graças à política conseguiram obter empregos quando um desenvolvimento artificial alcançou o setor terciário. Muitas famílias imigraram para o planalto... (121)

A partir da desestruturação rural agrícola para o autor, a crise se instaura, e um dos reflexos é o abandono de mutirão.

"Enquanto que o caiçara que passou a se dedicar ao corte do palmito e de caxeta, abandonou por completo a agricultura (o chamado palmiteiro), não encontramos o caiçara especializado na cata da ostra, atividade que ora é conjugada com a agricultura como ocorre no Estaleiro, ora com a pesca artesanal não motorizada. A situação de dependência passou a acentuar muito mais, pois a economia urbana, de uma fase de complementaridade, passou a uma fase de típica dominância". (121)

Ainda segundo esse autor a passagem da lavoura, ou para a pesca ou para a coleta, implicou numa maior mobilidade especial dos indivíduos, num afastamento sistemático com relação à família, o que acarretou o desaparecimento de toda uma rede de relações. As normas foram tornando difusas e desarticulados os níveis organizacionais, o caiçara se

marginaliza duplamente como produtor e ser humano, deixando de guardar os dias santos, não comparecendo a festas, etc.

O nível de tensões aumenta progressivamente.

"Quando às ocorrências registradas nas delegacias de polícia local, verificamos alguns casos de típica degradação, ocorridas com os moradores dessas regiões interiorizadas. A figura do palmeiro, até certo ponto, nos faz recordar a imagem do seringueiro. (122)

Uma outra fonte de conflitos em Cananéia, para Mourão é a relação entre a "classe alta" formada pelos negociantes ligados ao meio rural e os empresários "inovadores". O tipo de atividade levado a cabo por este empresário inovador não está ligado diretamente com um dos elementos fundamentais da dieta alimentar da cidade: o pescado. No fundo as críticas mais generalizadas não são apenas contra a emergência no meio local de um empresário - inovador mas decorreu principalmente do fato devidamente analisado, referente ao aumento do preço do pescado, acima das possibilidades da maioria".

Na linha desses conflitos, situa-se também ultimamente em Cananéia, aquele que se verifica entre os catarinenses que somente em 1972 vieram com mais de 50 baleeiras de Santa Catarina e os pescadores locais.

Ainda que aparentemente não haja discriminação contra eles em Cananéia, sobretudo porque se percebe que eles dão vida ao comércio local, os conflitos tem se manifestado quando esses pescadores do sul, tentam arrastar camarão legítimo dentro da laguna, com equipamentos predadores.

Existe no entanto um outro nível de conflitos que não foi analisado ainda, e que pode dar um novo rumo a esta problemática: o conflito interno entre os próprios pescadores, especialmente aqueles que são decorrentes da propriedade ou não dos bens de produção.

Entre os pescadores artesanais, esse tipo de conflito parece existir somente na hora da partilha, quando o dono da rede deixa de repartir todos os peixes e se apossa de um, que segundo o costume, deveria ser dividido pela metade. Segundo um informante em Cananéia, quando algum dono de rede não trabalha certo, retendo algum peixe, "o pessoal fica aborrecido mas não reclama e aguenta o desaforo, com receio de ser expulso do grupo de pescaria". Nesse caso, o camarada não se sente espoliado em termos econômicos, mas a crítica é feita em termos morais: é um desaforo.

No caso de pesca semi-industrial, quando o mestre do barco trabalha com os parentes, este problema não existe, pois aí o embarcado não se sente um assalariado e sim um parceiro.

A medida em que a pesca se industrializa e as relações de trabalho se aproximam do assalariamento os conflitos são mais marcados, ainda que em nenhum momento ele se aproxime de um conflito "fabril".

O embarcado tenta fazer seus cálculos quanto a parte que lhe caberá no fim do mês. O que geralmente acontece é que não dispondo de informações em custo de óleo, gelo e INPS, etc. o tripulante recebe bem menos do que esperava, ficando muitas vezes "dependurado". Nesse caso, o seu protesto é abandonar o barco "deficitário" e ir buscar outro. As informações coletadas informam que os embarcados mudam freqüentemente de barcos, mais de uma vez por ano.

Dentro deste conflito é importante o papel desempenhado pelo "mestre". Muitos embarcados consideram a maioria dos mestres "vendidos" aos "armadores" e por isso diminuem o valor da parte do tripulante para ficar mais para êle e para o dono do barco.

Apesar disso existe, em Ubatuba, um sistema de lealdade entre a tripulação e o mestre que escolhe os homens com quem vai trabalhar. Em muitos casos um conflito com o armador que leve à demissão do mestre, significa a demissão conjunta de tripulação ou parte dela que veio para o barco com o mestre. Este sistema de lealdade se fundamenta na maioria das vezes, no local de procedência do mestre e da tripulação, pois no "claro" o mestre leva o barco para a praia onde ele e parte da tripulação residem.

Essa relação entre mestre e tripulação parece ser mais conflituosa quando as partes provem de praias ou lugares diferentes. No entanto, esse aspecto merecia também uma pesquisa mais aprofundada.

Ainda no que diz respeito às relações e a divisão de trabalho, a pesca industrial, em Ubatuba, merece algumas considerações mais aprofundadas.

Entre os embarcados 51,5% trabalham nos barcos a menos de 10 anos, e mais de 30%, entre 1 e 4 anos, indicando que o setor ainda recebe contingentes apreciáveis de indivíduos, os quais, como se viu, em sua grande maioria são provenientes da zona rural.

Em relação as opiniões sobre o trabalho de embarcado, 71,3% responderam que o acham bom, 17,1% regular e 2,8% ruim, sugerindo que comparativamente ao trabalho agrícola, a pesca embarcada, apesar da rudeza da atividade, é preferida. Percebe-se aliás, que apesar de acharem bom o trabalho, a propriedade de um barco é sempre desejada pois 85,7% deles responderam que se fosse possível gostariam de trabalhar por conta própria.

Os embarcados, aliás, afirmam que a pesca da sardinha é dura "Pior mesmo é só a roça que não dá mais nada". No inverno, com o frio, 25 noites no mar se tornam difíceis, o que ocasiona o desemprego temporário de alguns que preferem voltar às praias, trabalhando nos cercos, ou em algumas atividades pouco lucrativas. Essas idas e vindas, revelam, por outro lado, que o grau de profissionalização não é muito elevado entre esses pescadores.

A existência, até a década de 1940, dos corajosos remadores e mestres de canoas de voga sugeria que o grau de profissionalização dos pescadores em Ubatuba fosse maior, pois aqueles marinheiros tem até hoje uma fama legendária. Os velhos pescadores se lembram de um mestre de voga que numa noite de tormenta pegou um vento sul sinistro em São Sebastião e quando todos o julgavam morto, arribou em Picinguaba na madrugada seguinte. De fato, nada melhor que um mestre de voga para ser responsável pela traineira pois conhecia o mar na palma da mão.

Apesar disso, pelas informações que foi possível coletar nenhum deles se tornou mestre de barco de pesca. Estes foram ensinados pelos de Santos e Rio de Janeiro.

Em Picinguaba, por exemplo, 80% dos embarcados tinham trabalhado em mais de 9 barcos, sugerindo grande mobilidade da tripulação, que sempre procura as embarcações em que "as partes" são maiores.

Os mestres representam um papel muito importante na pesca de Ubatuba, e os que tem prática são sempre solicitados pelas empresas, pois, em última análise, a responsabilidade do barco depende deles. Em termos sociais, eles gozam de grande prestígio local, seja porque podem escolher a tripulação, seja pela renda mais elevada de que desfrutam, manifestada por símbolos, como uma boa casa de alvenaria, fogão a gás, etc.

A totalidade dos mestres de barco tinham aprendido a profissão na prática e uma parte considerável deles só tinham licença de Capitania, e não a carta de mestre.

3.7. TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

Além das análises já elaboradas a respeito da produtividade da pesca em seus setores artesanais e semi-industriais, a título de complementação, algumas informações adicionais tornarão possível algum tipo de comparação entre as populações pesqueiras do Litoral Sul, (Cananéia) e Litoral Norte (Ubatuba).

PRODUÇÃO MÉDIA POR MÊS

No item 2.3. já se analisou a produção ao industrial e semi-industrial em Cananéia e Ubatuba. A Tabela 46 mostra comparativamente a produção dos pescadores artesanais naqueles municípios segundo a amostra coletada pelas pesquisas.

QUADRO 46**PRODUÇÃO DE PESCADO POR MÊS - UBATUBA**

PESCADORES	PRODUÇÃO EM QUILOS POR MÊS		EM 1971					
	0-99	%	100-199	%	200-499	%	+500	%
Ubatuba	26	59.0	3	11.5	7	15.9	8	18.1
Cananéia	142	64.2	50	22.6	23	10.4	6	2.7

Observação: Ubatuba (15.7 não souberam responder as questões)

Em Ubatuba, como se pode observar pelo Quadro 46, mais de 50% dos pescadores pescam por mês, em média, menos de 100kg., o que significa que, de fato, a produtividade deles é bastante baixa. Dentre os pescadores artesanais, ainda 59.0% dos donos de aparelhos de pesca pescam menos de 100kg. por mês, ao passo que dentre os camaradas (parceiros) essa porcentagem se eleva a 62.6%. Por outro lado, enquanto 17.1% dos donos de aparelhos de pesca tem uma produção superior a 500kg. mensais somente 18,1% dos camaradas atingem tal produção. Em Cananéia a produtividade é muito semelhante a de Ubatuba pois 64,2% dos pescadores artesanais pescam menos de 100kg. de peixe em média, por mês, ao passo que somente 2.7% deles tem uma produção média superior a meia tonelada mensal. Além disso há uma diferenciação significativa entre os pescadores artesanais motorizados e os não-motorizados como se pode constatar pelo quadro 47.

QUADRO 47**CANANÉIA - PRODUTIVIDADE POR CATEGORIA DE PESCADORES ARTESANAIS**

FAIXAS EM KG	PESCADORES SEM MOTOR			PESCADORES COM MOTOR			TOTAL		
	Nº	%	MÉDIA	Nº	%	MÉDIA	Nº	%	MÉDIA
0-99	132	72.2	37.8	10	27.0	64.8	142	64.2	51.3
100-199	39	21.3	141.9	11	27.0	143.6	50	22.6	142.7
200-499	10	5.4	247.9	13	35.2	328.5	23	10.5	288.2
+ DE 500	2	1.10	873.0	4	10.8	699.5	6	2.7	786.2

O quadro 47 demonstra que enquanto 72,1% dos pescadores sem motor pescam menos de 100kg. por mes, entre os motorizados a proporção cai para 27,03%. Na faixa de 200 a 499 kg existem somente 5,4% dos pescadores artesanais, ao passo que entre os pescadores artesanais motorizados, a porcentagem se eleva a 35.1%.

QUADRO 48

FREQUÊNCIA DE DIAS DE PESCA

CATEGORIA DE TOTAL DE PESCADORES	DIAS POR MÊS DE PESCA UBATUBA							
	1-10	%	11-20	%	20-30	%	SR	%
INDUSTRIAIS	-	-	-	-	40	100	-	-
Tripulantes	-	-	-	-	35	100	-	-
Mestres	-	-	-	-	5	100	-	-
ARTESANAIS	19	37.2	14	27.5	16	31.4	2	4.0
Dono dos aparelhos de pesca	11	31.4	11	31.4	11	31.4	2	4.0
Camaradas	8	50.0	3	18.7	5	35.2	-	-

O Quadro 48 permite visualizar a frequência com que os pescadores vão a pesca em Ubatuba, revelando a intensidade da atividade pesqueira na região.

Enquanto 100% dos pescadores industriais passam mais de 20 dias por mês em pescaria, somente 31.4% dos artesanais o fazem. Entre estes últimos e evidentemente entre os motorizados que a frequência se torna maior revelando maior dedicação e exclusividade a captura.

Dentre os artesanais mais de 50% pescam somente até 10 dias, revelando a dificuldade já constatada por outras pesquisas em se encontrar camaradas ou companheiros para a pescaria.

De fato, como já se afirmou anteriormente, a pesca artesanal sofreu um grande esvaziamento em Ubatuba e e um estrato marginal num setor da atividade econômica igualmente marginal.

Em Cananéia, a situação não é diferente, apesar da pesca artesanal se apresentar mais estruturada que no Norte do Estado, dado em parte ao pequeno dinamismo do turismo que em Ubatuba foi responsável pelo grande êxodo dos artesanais da atividade pesqueira e dadas as condições biológicas lagunares que ainda permitem a sobrevivência de uma população extremamente marginal como é o caso dos pescadores artesanais não motorizados que representam 84,8% do total dos indivíduos.

Uma informação relativa a frequência da atividade pesqueira e a opinião dos pescadores sobre o estoque marinho. No caso de Ubatuba, a percepção dos pescadores sobre o aumento ou diminuição do estoque é bastante significativo. (quadro 48)

QUADRO 49

OPINIÃO SOBRE COMPORTAMENTO DA CAPTURA

CATEGORIA	ESTÁVEL	%	AUMENT.	%	DIMIN.	%	Ñ SABE	%
TOTAL DE PESCADORES	41	45.0	10	11.0	34	37.3	6	6.60
Industriais	26	65.0	6	15.0	5	12.5	3	7.50
Embarcados	22	80.0	6	17.1	4	11.4	3	8.50
Mestres de Barco	4	66.8	-	-	1	33.4	-	-
Artesanais	15	29.5	4	7.8	29	56.8	3	5.90
Donos do Apar. de Pesc	9	25.7	2	5.7	22	62.9	2	5.70
Camaradas	6	37.5	2	2.5	7	43.7	1	6.20

Em Ubatuba, enquanto 65,0% dos pescadores industriais afirmam que, nos últimos anos de pesca, não tem percebido diminuição do estoque, entre os pescadores artesanais, 55,8% afirmam que o peixe tem escasseado nas proximidades da praia e costumam atribuir a causa ao arrasto sistemático das "parelhas" que varrem as praias diariamente.

Em Cananéia, apesar de não se contar com informações estatísticas como em Ubatuba, sabe-se que dentro da laguna a produção vem decaindo de ano para ano, em

decorrência tanto de pesca predatória como da mudança de salinidade que afastou as espécies mais adaptadas a água salgada.

3.8. NOÇÕES DE VALOR

A noção de racionalidade é considerada muito importante e pode ser uma das variáveis utilizadas para medir o funcionamento de uma economia de mercado. Alguns autores no entanto, analisando uma situação de economia dependente, "fechada", como a que é objeto de estudo, consideram-na como uma sociedade ou comunidade, vivendo uma fase anterior à economia capitalista e de mercado, em que a racionalidade é inexistente e em dado momento passa a aparecer. O passado econômico das regiões do Litoral Norte e Sul não permite tal conclusão. Elas sempre estiveram em contato com a economia de mercado. O que sucede e que o desenvolvimento capitalista interliga heterogeneamente as partes e os setores de cada região. No caso estudado a desorganização agrícola fez com que parte da população se voltasse para a subsistência onde em casos de extrema marginalização, há retorno a uma economia de troca, que é possível perceber em determinadas localidades mais isoladas geograficamente (e também economicamente) em Cananéia e Ubatuba. O comportamento racional, que no caso estudado é uma adequação da ação dirigida a produção do lucro, se distribui irregularmente entre os indivíduos segundo sua menor ou maior participação na economia de mercado.

A pesca como se pode observar, inaugura uma nova forma de incorporação da já escassa população litorânea a economia de mercado. Na fase inicial da atividade pesqueira da região, quando os compradores eram intermediários locais, os mecanismos de mercado eram manipulados por um ou dois negociantes que tinham o total controle da compra e venda do pescado, fazendo com que o pescador, sempre endividado, deles dependesse, porque era com eles que iam procurar os apetrechos de pesca, rancho e até isca.

Depois de 1968, com o aumento de firmas grandes que passam a disputar o mercado pesqueiro, especialmente o do camarão, surgem novos compradores que competem num mercado em que o produto é escasso.

É claro que essa concorrência tem seus limites, e nunca o preço do pescado e aumentado de tal maneira a colocar em perigo a margem de lucratividade das empresas.

Um outro fator que, sem dúvida, exerce influência no surgimento de um comportamento racional é o grau de profissionalização que tanto em Ubatuba quanto em Cananéia implica na aquisição de apetrechos de pesca mais adaptados a uma pesca de mercado. Um fenômeno interessante é que na medida em que cresce a racionalidade na

atividade pesqueira, com a aquisição de instrumentos mais modernos de captura, acentua-se a concorrência entre os pescadores que operam em ambientes de estoques marinhos limitados, advindo a sobrepesca e o extermínio das espécies de alto valor no mercado. Nesta situação a racionalidade com o objetivo do lucro pode levar a uma pauperização ainda maior dos pescadores artesanais.

A exploração intensa dos ambientes próximos da terra, a laguna ou as praias pequenas baías, é aliada a outros fatores de ordem biológica, leva os pescadores a se afastarem sempre mais, em direção ao alto mar para pescarem mais. Surge então o extrato dos pescadores artesanais motorizados que trabalhando exclusivamente na pesca deixam de fazer roça, e construir sua própria canoa ou sua rêde. A introdução da rêde de nylon exigindo menos cuidado que a rede de algodão, poupa tempo ao pescador que pode dedicar-se exclusivamente as atividades pesqueiras.

A própria legislação em vigor, no caso da pesca semi-industrial e industrial, tem forçado a uma contabilidade mais apurada, (pagamento do INPS, imposto de renda).

QUADRO 50

UBATUBA - CONHECIMENTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

GASTOS COM CANOS E MOTOR	%
Soube Informar	71,5
Não Soube Informar	19,0
Não Respondeu	9,5

O custo da manutenção da canoa e do motor é conhecido por 71,5% dos entrevistados, ao passo que ficou 20% o mínimo de pescadores que não tinham ideia de quanto gastavam por ano em conserto da embarcação (quadro 50).

De uma maneira geral, os pescadores artesanais não motorizados não tem noção do valor trabalho, que não é computado entre os custos de produção.

Em Cananéia, Mourão tem idênticas observações a respeito dos custos de produção:

"Se o conhecimento do custo da canoa é claro, para a quase totalidade dos entrevistados, o custo da produção do pescado já não é tão claro. Na área de Cananéia em 1965, apenas 26,5% dos entrevistados mostraram que tinham conhecimento do custo da produção, sendo que a maioria destes, se encontrava na região do Morretinho e do Mar de Fora e já estavam ligados a pesca motorizada. Em 1969, nessa mesma área, constatamos que a quase totalidade dos pescadores artesanais, motorizados tinha uma noção nítida e clara dos custos referentes a amortização do motor, rêde, conservação da rêde, espinhéis e canoa." (122)

A racionalidade implica também no selecionamento de espécies que tem maior valor de mercado. A medida em que o pescador se profissionaliza, procura pescar os peixes que tem melhor valor no mercado, desligando-se assim da mera subsistência, quando qualquer peixe lhe servia. Em Cananéia, por exemplo, o camarão sete barbas que hoje representa mais de 80% da produção local, nunca teve valor para o caçara até por volta de 1968, quando começou a ser pescado por "catarinenses". Agora, os pescadores de Cananéia, especialmente dos núcleos em que existe maior número de pescadores motorizados, como Morretinho e Praia do Norte, lançaram-se também na captura do sete barbas, espécie sempre adquirida pelas várias firmas que se estabeleceram ultimamente no local. É interessante, que alguns pescadores recém motorizados e de grande experiência, continuam pescando na laguna, mas não é por tradição de subsistência e sim porque algumas espécies, como o robalo, compensam mais que o sete barbas e porque no arrasto do camarão "o motor bebe muita gasolina".

Nas praias de Litoral Norte, de uma maneira geral existe também a seleção dos pescados segundo seu valor de mercado da pescada, a enxova, a garoupa, a cavala e o robalo). Quanto à circulação monetária, apesar de muito fraca entre os pescadores não motorizados, é uma constante nos praias do Litoral Norte e Sul do Estado. Evidentemente, naquelas vilas, cujos pescadores vivem em extrema marginalização, o dinheiro quase não existe.

"Entre aqueles que ainda usam a troca (casos isolados) selecionamos 2 casos, um na Ilha do Cardoso e outro no rio das Minas. Em relação a ambos os casos, obtivemos a mesma resposta. Preferem utilizar troca, pois não sabem ler nem escrever e se atrapalham com o dinheiro. Um saco de arroz e sempre um saco de arroz. Com o dinheiro é diferente, nunca sei o que posso comprar", dizia um dos entrevistados... A troca como forma de comércio desapareceu da região. Contudo, como resultado de um contato direto, quer em casa de pescadores-caiçaras, quer observando o comportamento registrado nos bares e na venda, pareceu-nos ficar mais ou menos claro que, enquanto para alguns, o manuseio do dinheiro em espécie era coisa já comum, conhecendo perfeitamente seu valor, para outros normalmente entre os mais velhos, era fonte de atrapalhão, embora a grande maioria utilize o papel moeda com grande facilidade.

(123)

Já no Caso dos pescadores motorizados, a situação é diferente pois tudo deles e comprado é vendido a dinheiro, atualmente. A não ser em alguns casos em que o financiador do motor é um negociante de peixe, para o qual as prestações da compra, são efetuadas com o produto, o pescador motorizado tem mais liberdade de ação que os não motorizados, presos ainda, muitas vezes um esquema de compromisso com o "patrão".

Esses aspectos de racionalidade e mercado estão intimamente relacionados como forma de comercialização adotada.

3.9. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

QUADRO 51

DESTINO DA PRODUÇÃO: UBATUBA

CATEGORIAS DE PESCADORES	CONSUMO PRÓPRIO	%	VENDA	%
Industriais	-	-	40	100
Artesanais	17	33.3	34	66.7
Donos dos Aparelhos de pesca	11	34.4	24	68.6
Camaradas	6	37.5	10	62.5

Pelo quadro 51 percebe-se uma nítida distinção entre os pescadores industriais, que destinam a totalidade de sua produção para a venda, e os artesanais dos quais 66.7% vendem regularmente o produto de sua captura. Os restantes 33.3% são constituídos pelos pescadores-lavradores ou "pescadores biscateiros" que buscam na atividade pesqueira uma complementação de renda ou um meio de subsistência. O número maior de pescadores que pescam só para o consumo se localiza em praias como Pereque-Açu 71%, Lazaro 60%, Fortaleza 60%, núcleos aliás em que a pesca se acha decadente por existirem aí somente pescadores artesanais não motorizados.

Quanto à procedência dos compradores, 72.5% dos artesanais afirmam que vendem o pescado para compradores do próprio local, enquanto que os demais vendem para compradores de fora.

Cerca de 21% afirmam ter compromisso de venda com "atravessadores" e os demais negociam mais livremente.

Em Ubatuba, percebe-se que ainda subsistem laços de dependência entre os pescadores artesanais, os atravessadores e donos de cêrco. Estes normalmente financiam os instrumentos de trabalho aos pescadores com a exigência da entrega de todo o pescado a eles. Entretanto, segundo informações locais, até aproximadamente 1968, existiram 2 grandes atravessadores em Ubatuba que dominavam toda a atividade pesqueira. Atualmente, com a vinda de novos atravessadores, a concorrência aumenta mais, e o grau de liberdade de vender para um ou outro tornou-se maior.

Em Cananéia, operou-se processo semelhante pois pela pesquisa realizada em 1969/70 pelo (SVR - Serviço do Vale do Ribeira), era possível se verificar que especialmente nos locais mais isolados, geográfica e economicamente, a dependência a um comprador único era maior que nos outros. Na medida em que o pescador dispõe de canoa motorizada é mais fácil, mesmo quando more mais distante, levar seu pescado ao entreposto, enquanto que os não-motorizados ficam na dependência de outros para sua comercialização.

Dessa forma, por exemplo enquanto em Marujá 71% dos pescadores tinham certo compromisso em vender seu pescado ao comprador local, no Morretinho 85% vendiam para quem lhes oferecia melhor preço.

3.10. RENDA

A análise da renda aferida pelos pescadores dá sentido da precariedade das condições de vida em que vivem.

QUADRO 52

DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS DA PESCA - UBATUBA 1971

CATEGORIA	Cr\$ 100,00 %	Cr\$ 100-200 %	Cr\$ 200-300 %	+300 %	SR %
UBATUBA					
Pescadores	13.2	30.8	18.7	29.7	7.7
Indústrias	2.86	42.8	25.7	28.6	-
Tripulantes	2.8	42.8	27.7	28.5	-
Mestres	-	-	-	100.0	-
Artesanais	21.5	25.5	15.7	23.5	13.7
Donos dos Aparelhos de Pesca	17.1	20.0	17.1	31.4	14.3
Camaradas	31.2	37.5	12.5	6.3	12.5

Em Ubatuba, cerca de 50% dos pescadores percebem menos que o salário mínimo do Estado, vivendo, portanto, em condições econômico-sociais bastante precárias. É claro que uma parte deles recebe outros rendimentos provenientes de atividades paralelas, mas mesmo assim manifesta-se uma situação muito difícil, pois somente 29.7% percebem além de Cr\$ 300,00. (quadro 52)

Entre os pescadores, os embarcados e mestres desfrutam uma situação um pouco melhor, pois enquanto somente 2.8% destes declararam receber menos de Cr\$ 100,00 por mês, entre os artesanais essa proporção se eleva a 21.5%. A situação se torna ainda pior no caso dos artesanais camaradas, em que 31,2% deles declararam perceber menos de Cr\$ 100,00 por mês. Entre os artesanais, 31,4% dos donos dos aparelhos da pesca percebem mais de Cr\$ 300,00 mensais em média, incluindo-se principalmente os que possuem baleeiras, canoas motorizadas ou donos de cercos flutuantes.

Em Cananéia, em 1971, as faixas de renda dos pescadores artesanais acompanharam muito de perto os de Ubatuba não se verificando entre eles diferenças significativas.

QUADRO 53

FAIXAS DE RENDA SEGUNDO TECNOLOGIA - UBATUBA

FAIXA DE RENDA EM Cr\$	PESC.	SEM	MOTOR	PESC.	COM	MOTOR		TOTAL	
	Nº	%	MÉDIA	Nº	%	MÉDIA	Nº	%	MÉDIA
99,00	97	52.7	41.2	4	10.5	3.2	3.2	45.5	57.2
100-199,00	38	20.6	149.9	5	13.1	143.6	143.6	19.3	144.2
200-299,00	23	12.5	235.4	4	10.5	247.7	247.7	12.1	241.6
+300,00	26	14.1	581.8	25	65.7	702.3	702.3	22.9	642.0

O quadro 53 demonstra que 45% dos pescadores artesanais tiveram renda abaixo de Cr\$ 100,00 e 22.9% conseguiram ultrapassar os Cr\$ 300, 00 por mês. Pelas faixas de renda constata também que mais de 70% tiveram renda inferior ao salário mínimo regional.

Dentro das sub-categorias de pescadores artesanais sem motor e com motor a diferença é significativa, pois enquanto que somente 14.1% dos primeiros tiveram renda superior a Cr\$ 300,00 por mês, dos pescadores motorizados 65.7% ultrapassaram esta quantia.

Em ambos os locais, entretanto, deve-se fazer duas ressalvas quanto a essa distribuição de renda: ela se refere exclusivamente aos rendimentos da pesca e nela não foi incluído o valor do pescado consumido pelo pescador e sua família. Como, no entanto, os pescadores entrevistados retiram da pesca a maior parte de sua renda consideram-se os valores colocados, como significativos para o tipo de análise que se pretende fazer.

3.11. DIFICULDADES E ASPIRAÇÕES

Um aspecto importante na análise do setor pesqueiro da área estudada é a percepção que os agentes tem de sua atividade e as aspirações que brotam daí.

Em Ubatuba, o quadro seguinte permite visualizar o nível de aspirações dos pescadores em suas diversas categorias.

QUADRO 54

ASPIRAÇÕES DOS PESCADORES - UBATUBA

CATEGORIAS DE PESCADORES	VONTADE DE CONTINUAR NA PESCA			
	SIM %	NÃO %	DEPENDE %	NÃO SABE %
TOTAL DE PESCADORES	81.3	14.3	3.3	1.1
Industriais	92.5	5.0	2.5	-
Embarcados	91.4	5.7	2.8	-
Mestres de Barcos	100.00	-	-	-
Artesãos	72.5	21.6	3.9	1.9
Dono dos Aparelhos de pesca	77.1	22.8	-	-
Camaradas	82.5	18.7	12.5	6.2

Apesar das precárias condições da atividade pesqueira 81.3% dos entrevistados declararam querer continuar na profissão, ainda que nas sub-categorias, 31,4% dos embarcados tivessem esse desejo contra 72,5 dos artesãos. Essas porcentagens parecem revelar que, apesar das dificuldades da vida do mar, a quase totalidade dos pescadores industriais pretendem continuar na pesca pois, essa atividade significa uma melhoria sobre as condições mais penosas da agricultura que nem chegam a lhes garantir o mínimo vital. Já os pescadores artesanais que desejam abandonar a profissão são em número maior. Mesmo uma parte dos que pretendiam continuar na pesca, somente o fazia por perceber que não tinham capacitação para outras atividades mais rentáveis.

QUADRO 55**ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO AOS FILHOS - UBATUBA**

CATEGORIA	ASPIRAÇÃO PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AOS FILHOS			
	Quer os filhos na pesca	não quer os filhos na pesca	depende dos filhos	não sabe
TOTAL DE PESCADORES	13.2	30.7	20.9	13.3
Industriais	32.3	32.3	22.5	12.9
Tripulantes	34.2	26.9	23.1	15.4
Mestres de Barco	20.0	60.0	20.0	-
Artesanais	4.8	44.0	29.2	21.9
Donos dos Ap. de pesca	3.4	44.8	34.8	17.2
Camaradas	8.3	41.6	16.6	33.3

É interessante se observar pelo quadro 55 que dentre todos os pescadores só 13.2% deles, pretendem que seus filhos continuem na pesca. Nas sub-categorias percebe-se que entre os tripulantes da pesca industrial essa porcentagem se eleva para 32.2%, revelando que eles encaram com um pouco mais de otimismo a profissão. Essas opiniões mais favoráveis em relação à pesca se explicam em parte, pelo fato de terem eles saído de uma situação pior como era a da lavoura, sem perspectivas no Litoral Norte.

Já entre os pescadores artesanais, a porcentagem dos que pretendem a profissão de pescador para os filhos se reduz para 4.6%, revelando a precariedade das condições dessa sub-categoria.

De uma maneira geral, a maioria dos pescadores, acha sua profissão ingrata e muito dura. No caso do pescador artesanal existe uma esperança: vender sua "posse" na praia por um bom dinheiro e morar na cidade. Aliás, esse fenômeno vem ocorrendo com frequência em Ubatuba, especialmente com pescadores de algumas praias do norte do município. Algumas vezes o indivíduo não abandona a pesca mas, morando na cidade, passa a pescar próximo a ela ou continua embarcado. É interessante se observar que, à semelhança do que ocorre em Cananéia, com o bairro urbano do Carijó, em Ubatuba, o bairro de Umuarama concentra os indivíduos que saíram de Picinguaba, Ubatumurim, Promirim, parecendo que

eles procuram reconstituir na cidade, os mesmos laços de vizinhanças existentes nas praias. Processo semelhante e assinalado por Ary França.

"Em Santos ou São Sebastião, formam grupos mais ou menos fechados. Se possuem casa, esta passa a funcionar como hospedaria gratuita não só para parentes por ocasião de suas estadas, as vezes longas, naquelas cidades, mas para os antigos companheiros do agrupamento praiano".(124)

De qualquer forma, o apêlo das atividades do setor terciário, de modo particular o turismo é forte para os pescadores, especialmente artesanais, pois como se afirmou, nas praias mais próximas do centro urbano de Ubatuba praticamente inexistente a pesca organizada profissional, surgindo o tipo de pescador-biscateiro, que divide sua vida entre atividades de serviços e a pesca.

Nesse sentido, a grande estrada litorânea que começa a cortar o município e que irá rasgar praias antes geograficamente isoladas é motivo, de contínuos comentários e esperanças.

QUADRO 56

OPINIÕES SOBRE A NOVA ESTRADA BR-101

CATEGORIA DE PESCADORES	A BR-101 VAI:			
	MELHORAR O LOCAL %	PIORAR O LOCAL %	DEIXAR NA MESMA %	NÃO SABE %
TOTAL DE PESCADORES	80.2	9.3	2.1	8.3
Industriais	90.5	2.4	2.4	4.8
Tripulantes	91.9	27.0	2.7	2.7
Mestres de barcos	80.0	-	-	20.0
Artesãos	68.2	18.6	9.5	9.5
Donos dos Ap. de Pesca	71.4	14.3	7.1	7.1
Camaradas	61.9	9.5	14.3	14.3

A imensa maioria vê na futura estrada uma fonte de inúmeras melhorias para sua vida, pois mais de 80% dos pescadores acham que ela vai beneficiar o local. Dentre as categorias profissionais, os tripulantes são os mais otimistas pois 91,9% acham que a estrada trará melhorias, ao passo que a maior porcentagem dos pessimistas está entre os artesanais pois acham que com a estrada acabar-se-á "sossego". virão os "jagunços" tomadores de terra etc... Aliás essa diferença entre embarcados e artesãos é significativa pois enquanto que os primeiros, dada sua maior mobilidade e despreendimento da família acham que a estrada só trará benefícios, os segundos, especialmente nas comunidades pouco mais estruturadas, temem a desorganização social. Entre os que acham que a estrada vai piorar o local estão os donos de aparelhos de pesca, por vezes também negociantes que temem a perda de seus privilégios.

Dentre os que encaram a estrada como uma melhoria 31% acreditam que aumentarão os recursos, tais como escolas, hospitais, etc... 29,5% pensam numa melhoria de transportes.

É interessante que, nenhuma das categorias relacionou a vinda da estrada com a melhoria das atividades pesqueiras.

Em relação a permanência na pesca, mesmo com a vinda da BR 101, 44% afirmam que permanecerão na pesca, 20,9% procurarão outras atividades, enquanto que mais de 30% não sabem como proceder. Dentre as sub-categorias, os mestres que, sem dúvida, são os mais profissionais querem permanecer na pesca, enquanto que os "camaradas" tentarão outras ocupações.

Em Cananéia, Mourão analisou o nível de aspirações dos pescadores

"Em 1965, cerca de 60% dos pescadores da área de Cananéia admitiam que se tivessem possibilidades de arranjar um emprego fixo abandonariam a pesca. Esse percentual em 1967 aumentou para 71%. Enquanto 66,7% dos pescadores artesanais motorizados admitiam que se pudessem deixariam de ser pescadores. Entre os pescadores artesanais o percentual foi de 70,7%. Uma análise global dos dados pendentes mostra que a pesca, apesar de já se começar a enraizar em Cananéia, é ainda tida como atividade aleatória. É curioso que entre os que não mostraram interesse em sair da pesca artesanal motorizada estavam numa boa parte daqueles que pescam a maior parte do ano, que são relativamente poucos" (125)

Em Ubatuba a pesca industrial parece exercer atração de emprego somente em certas praias mais isoladas e de uma certa tradição de pesca. No entanto, os jovens são recrutados,

mais entre a população rural que a de pescadores artesanais. Em Cananéia ainda não é possível se perceber qualquer interesse mais definido dos pescadores artesanais ou de seus filhos em passarem para a pesca semi-industrial ou industrial até o momento, pois esse tipo de pesca é recente na região. O que se constata aí é que muitos pescadores embarcados gostariam de comprar uma baleeira e trabalhar por conta própria.

Além disso, é na medida em que o pescador artesanal adquire um motor e se lança na pesca comercial, especialmente na do Mar de Fora é que ele vai tomando uma consciência profissional e se fixando na atividade pesqueira.

CONCLUSÕES FINAIS

As regiões litorâneas Norte e Sul de São Paulo, apresentaram no passado, um período de maior estruturação e riqueza econômica criadas pela função que desempenhavam na Economia Colonial. No século XIX o Litoral Sul e Vale do Ribeira funcionavam como áreas de subsistência, fornecedoras de excedente agrícola para os grandes centros exportador coloniais (Rio de Janeiro e Santos) ao passo que o Litoral Norte tinha núcleos produtores e exportadores de café (ambos os casos, até meados do século XIX). Apesar de satelitizadas, pois dependiam das flutuações do comércio internacional, ambas as regiões desempenhavam um papel ativo no Brasil-Colônia, como economias complementares.

A desorganização da rizicultura no Litoral Sul e Vale do Ribeira, motivada pela luta competitiva com o arroz importado e de outras regiões do próprio Estado de São Paulo e o fracasso da cafeicultura na área, levaram essa importante região a decadência. No Litoral Norte o deslocamento do eixo cafeeiro provocou da mesma maneira, a decadência das cidades marítimas. E de salientar que a rede de transportes rodoviário e ferroviário criados, já na época do declínio e que colocou essas duas regiões em contato maior com o mercado do planalto, contribuiu ainda mais, para o esvaziamento econômico da área estudada. Até meados do século passado, apesar da precariedade dos meios de transporte, quase sempre marítimo, a atividade econômica era mais intensa, criando riquezas, cujos sinais ainda podem ser admirados nas cidades litorâneas.

A pesca surge, então, como uma atividade para a qual se dirige parte da população agrícola, dado o fracasso da agricultura, marcando uma nova fase de inserção dessa área periférica com outras áreas centrais (São Paulo). Nesse sentido a atividade pesqueira tem as características dos ciclos econômicos que já marcaram a região pela sua efemeridade.

De totalmente artesanal essa atividade vem passando por contínuas modificações, especialmente pela introdução de nova tecnologia pesqueira de captura. No entanto, as possibilidades da pesca se transformar numa atividade que incorpore adequadamente a mão-de-obra desses municípios litorâneos, constituindo-se num setor econômico sólido são escassas.

Em Cananéia-Iguape, a inovação tecnológica, fator de aumento de produtividade encontra restrições não só provenientes do alto custo dos investimentos, como também de condições biológicas dos estoques marinhos limitados e que não suportam uma pesca tecnicamente mais produtiva. A introdução de aparelhos de alta capacidade de captura, provocaria a sobrepesca na área lagunar e no Mar de Fora, próximo a Cananéia. Por outro lado, dadas as condições em que a pesca é feita no Brasil, de modo totalmente predatório é de se prever o esgotamento rápido dos estoques de camarão na região, tal como ocorreu no

litoral catarinense, de onde provêm grande parte das embarcações que operam em Cananéia. Somente a pesca oceânica poderia se constituir numa atividade mais constante, mas está fora do alcance das possibilidades locais, ao menos por enquanto.

A existência do condicionante biológico e econômico permite afirmar que o artesanato pesqueiro ainda sobreviverá por muito tempo na região, integrado por uma mão-de-obra marginal, não no sentido de isolada, mas participante da economia capitalista de mercado, responsável aliás por sua marginalização. Utilizando técnicos de baixo rendimento, o caiçara consegue um equilíbrio entre o volume de pescado capturado e as dimensões do estoque que se esgotaria se outras técnicas bem mais sofisticadas de pesca, fossem utilizadas. Nesse sentido pode-se falar numa racionalidade latente nesse tipo de sociedade.

A persistência dessa fimbria marginal depende também de outras atividades que possam chegar a área, notadamente as urbanas (turismo, p.ex.). Foi possível constatar que nas vilas de pesca, mais próximas de Ubatuba, os pescadores foram deixando sua profissão e se transferindo para o setor de serviços ligados ao turismo (caseiros, ajudantes de pedreiro). Por outro lado, nas vilas mais distantes de Ubatuba e por conseguinte geograficamente mais isoladas, como Picinguaba, a atividade pesqueira se encontra bem mais estruturada. Muitas vezes o contato com o turismo desorganizou uma atividade produtiva, mas não a substituiu por outra, prosseguindo e até se acentuando a marginalização sócio-econômica da população provocando deterioração nos níveis de vida até então existentes.

NOTAS

1a. PARTE

- (1) IBGE: Anuário Estatístico de 1964 - Equipe Técnica de Estatística Agro-Pecuária.
- (2) PETRONE, Pasquale. "A Baixada do Ribeira. estudo de Geografia Humana". Boletim da FFCLUSP, nº 282. Geografia nº 14 - S.P. - 1966 - pg 27.
- (3) MOURÃO, Fernando A.A. "Pescadores no Litoral Sul do Estado de São Paulo". Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Ciências Sociais da USP - 1971.
- (4) SINGER, Paul. "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana". Companhia Editora Nacional - S.P. - 1969, pg. 8.
- (5) ALMEIDA, A. Paulino. "Da Decadência do Litoral Paulista". Revista do Arquivo Municipal - Ano XII - vol. 107 - S.P. - Março-Abril de 1946, pgs. 37.
- (6) ALMEIDA, A. Paulino. "O Ribeira do Iguape". Revista do Arquivo Municipal, Ano X, vol. CII - S.P. - Abril-Maio de 1945, pg. 27 e ss.
- (7) PRADO JR, Caio. "Formação do Brasil Contemporâneo". Editora Brasiliense - S.P. - 7a. edição - pg. 125/126.
- (8) PETRONE, Pasquale. Op. cit. pg. 73.
- (9) SINGER, Paul. Op. cit. pg. 13.
- (10) PRADO JR., Caio. Op. cit. pg. 123.
- (11) SINGER, Paul. Op. cit. pg. 22.
- (12) ALMEIDA, A. Paulino. "Memórias da Câmara da Villa de Iguape". Revista do Arquivo Municipal, Ano XVII, vol. CXXXVII.
- (13) YOUNG, Ernesto G. "História de Iguape". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. vol. VIII, 1903.
- (14) KRUG, Edmund. "A Ribeira de Iguape". Separata do "Boletim da Agricultura", série 39°. S.P. pg. 29.
- (15) YOUNG, Ernesto G. Op. cit. pg. 405.
- (16) PETRONE, Pasquale. Op. cit. citando Ernani da Silva Bruno. "A Marinha do Sul do vale do Ribeira", publicado pela Folha da Manhã. S.P. abril-maio de 1952. pg. 30.
- (17) ALMEIDA, A. Paulino. "A Ribeira de Iguape". Revista do Arquivo Municipal ano X, S.P. Abril-maio de 1952. pg. 30.
- (18) SANTOS, Manuel Higinio de. "A Cidade Esquecida", pg. 55.
- (19) MOURÃO, Fernando A.A.. Op. cit. pg. 35.
- (20) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 157.
- (21) ALMEIDA, A. Paulino. "Decadência do Litoral Paulista". pg. 17-38.

- (22) KRUG, Edmund. "Xiririca, Ivaporanduba e Iporanga", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S.P. vol. XVIII, 1912. 2ª edição S.P. 1942, pg. 266.
- (23) ALMEIDA, Paulino. "A Decadência do Litoral Paulista". pg. 38,43 e ss.
- (24) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 17.
- (25) ALMEIDA, A. Paulino. "A Decadência do Litoral Paulista". pg. 38.
- (26) ALMEIDA, A. Paulino. "Memórias da Câmara da Villa de Iguape". pg. 29.
- (27) TAUNAY, Afonso de. "História do Café do Brasil", vol. III. Tomo I. Edição do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1939. pg. 73.
- (29) YOUNG, Ernesto G. "A Cultura do Arroz no Município de Iguape". pg. 14.
- (30) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 54.
- (31) YOUNG, Ernesto G. "História de Iguape". pg. 358.
- (32) ALMEIDA, A. Paulino. "Memória Histórica de Cananéia". vol. I. pg. 80.
- (33) PETRONE, Pasquale. Op. cit. pg. 91.
- (34) ALMANACH IGUAPENSE. 1908. pg. 120.
- (35) CORREA, M. Pio. "Município de Iguape, Estudo Científico". Revista do Instituto Histórico Científico". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. vol. VI. pg. 152 - 1907.
- (36) JONES, Judith Knight. "O Soldado Descarga". in Mourão - Pescadores do Litoral Sul do estado de São Paulo. pg. 10.
- (37) ALMEIDA, A. Paulino. "A Ribeira de Iguape". pg. 28.
- (38) ANDRADA, M. Francisco Ribeiro. "Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805", in revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo IX, nº 8 Rio de Janeiro, 1805.
- (39) ALMEIDA, A. Paulino. "A Ribeira de Iguape", pg. 31.
- (40) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg.
- (41) ALMEIDA, A. Paulino. "A Ribeira de Iguape". pg. 31.
- (42) PETRONE, Pasquale. Op. cit. pg. 330.
- (43) QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. "Vale do Ribeira - Pesquisas Sociológicas" - Convênios DAEE-USP, 1967, pg. 24 e 26.
- (44) FRANÇA, Ary. "A ilha de São Sebastião, Estudo de Geografia Humana". USP. Boletim nº 178, Geografia 10, SP. 1954, pg. 152.
- (45) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Bairros Rurais Paulista". in Revista do Museu Paulista, vol. XVII, 1967, pg. 186.
- (46) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg. 141.
- (47) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg.
- (48) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg. 145.

- (49) TAUNAY, Afonso de. Op. cit. pg. 84 e 196.
- (50) SILVEIRA, João Dias da. "Estudo sobre a Evolução da Repartição das Densidades Humanas no Estado de São Paulo".
- (51) TAUNAY, Afonso de. Op. cit. pg. 346.
- (52) TAUNAY, Afonso de. Op. cit. pg. 100.
- (53) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg. 146.
- (54) ALMEIDA, A. Paulino do. "A Decadência do Litoral Paulista". pg. 49.
- (55) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg. 147.
- (56) SILVEIRA, João Dias. Op. cit. pg. 699.
- (57) PAPY, Louis. "En marge de l'empire du café" in Cahiers d'autre mer. n° 20 - Bordeaux, 1952 pgs. 357-398.
- (58) TAUNAY, Afonso de. Op. cit. pg. 133.
- (59) REVISTA do Museu Municipal de Iguape. vol. 1 junho de 1907 n° 1.
- (60) KRUG, Edmund. Op. cit. pg. 42.
- (61) ALMEIDA, A. Paulino. "Memórias da Camara da Villa de Iguape". pg. 36.
- (62) TAUNAY, Afonso de. Op. cit. pg. 163.
- (63) YOUNG, Ernesto G. "A Cultura do Arroz no Município de Iguape". pg. 8.
- (64) YOUNG, Ernesto G. idem pg. 15-16.
- (65) YOUNG, Ernesto G. idem pg. 9.
- (66) SUDELPA, "Estudo de Viabilidade Técnica e sócio-econômica da Implantação de Comunidades de Serviço e Turismo". INTERCONSULT, 1972, SP. pg. 32.
- (67) SUDELPA, idem pg. 74.
- (68) SUDELPA. Op. cit. pg. 73.
- (69) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Vale do Ribeira pesquisas Sociológicas. 'DAEEU-USP', pg. 29.
- (70) FRANÇA, Ary. "Op. cit". pg. 127.
- (71) MARX, Karl. "El Capital" Fondo Ide Cultura Econômica, 3a. edição, Tomo I, cap. XII, pg. 301.
- (72) MARX, Karl. Op. cit. pg. 273.
- (73) MARX, Karl. Op. cit. pg. 303.
- (74) IGLESIAS, Francisco. "Artesanato, manufatura e industria". S.P. (mimeografia do), 1966, pg. 1-12.
- (75) IGLESIAS, Francisco. Op. cit. pg. 1-21.
- (76) IGLESIAS, Francisco. Op. cit. pg. 1-21.
- (77) LOPES, Juarez Brandão. "Desenvolvimento e Mudança Social". Editora Nacional, 2a. edição. SP. 1970, pg. 40.

- (78) SUDELPA. "Diagnóstico do Vale do Ribeira e Litoral Sul". 1972.
- (79) BRASCONSULT. "Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira". 1966.
- (80) SUDELPA. "Estudo de Viabilidade ..." Interconsult. pg. 49.
- (81) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg
- (82) FRANÇA, ASry. Op. cit. pg. 157.
- (83) MOURÃO, Fernando A.A. pg. 29.
- (84) PINHO, Diva Benevides. "Cooperativismo e Problemas do Desenvolvimento Regional". Boletim 229. FFCLUSP, 1964, pg. 135.
- (85) MULLER, D.P. "Eaio d'un Quadro Estatístico da provincia de São Paulo". S.P.1838. Reedição Literal. 1923.
- (86) FRANK, Gunder. "O Desenvolvimento do Sub-desenvolvimento" Coleção Universitária. S.P. pg. 13.
- (87) FRANK, Gunder. "Cile, el desarrollo del subdesarrollo. Cuadernos de Ciências Sociales., 2. Montevideo, pg. 13.
- (88) CASANOVA, Pablo Gonzales. "Sociologia de la Explotación". Siglo V. einteuno Editores. México / a. edição. pg. 211.
- (89) CASANOVA, Pablo Gonzales, Op. cit. pg. 211.
- (90) PEREIRA, Luís. "Estudos sobre o Brasil Contemporâneo Biblioteca Pioneira de C. Sociais. SP. 1972, pg. 122.
- (91) PEREIRA, Luís. "Estudo do Brasil Cont.". pg. 128.

2a. PARTE

- (92) ALMEIDA, A. Paulino "A Decadência do Litoral Paulista". pg. 43
- (93) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 30 e 32
- (94) MUSSOLINI, Gioconda. "O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião". Revista da Sociologia, vol. VII, nº 3. SP, 1945, pg. 37.
- (95) MUSSOLINI, Gioconda. Op. cit. pg. 78.
- (96) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg. 150.
- (97) MUSSOLINI, Gioconda. Op. cit. pg. 135.
- (98) MUSSOLINI, Gioconda. Op. cit. pg. 181.
- (99) ANUÁRIO DA PESCA MARÍTIMA. in Mussolini. "OCerco Flutuante". pg. 181.
- (100) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg. 151.
- (101) ESTUDO de Viabilidade Técnico Economia e do Ante-Projeto para a Construção de um Centro Pesqueiro na Baixada Santista, Planave, 1972. pg. 1-27.
- (102) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg.
- (103) JAMBEIRO, Marusia Brito. "Engenho de Rapadura: Racionalidade do Tradicional numa Sociedade em Desenvolvimento". Tese de Mestrado. USP, 1972.
- (104) LOPES, J.L. "Projecto Regional do Desarrollo Pesquero en Centro America". Boletim Técnico. Vol. 1 nº 2 - FAO, 1967.
- (105) SEMINAR in Fishery Development Planning and Administration for selected English Speaking in Africa". FAO Fishery Reports, nº 30. 1965, pg. 10.
- (106) SUDELPA. "Diagnóstico do Vale do Ribeira e Litoral Sul".
- (107) DECRETO-LEI nº 221, 1967. SUDEPE. art. 26.
- (108) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 39.
- (109) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 39.
- (110) COMUNIDADES ISOLADAS, DAEE, S.P. 1969, pg. 35.
- (111) CANDIDO, Antonio. "Parceiros do Rio Bonito". Livraria Duas Cidade, 2a. edição, 1971. SP. pg. 219.
- (112) RAMOS, Eduardo. "Contribuição ao Projeto: Tipologia de Mão de Obra no Setor Primário. Atividade: Pesca". Relatório inédito. pg. 4.
- (113) BESNARD. W. "Considerações Gerais em torno da Região Lagunar de Iguape - Cananéia". - Separata do Boletim do Instituto Paulista de Oceanografia. Tomo I, fase II. SP. 1950. pg. 19?20.
- (114) BESNARD. W. Op. cit. pg. 5.
- (115) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 140.

3a. PARTE

(116) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 141.

(117) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 87.

(118) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 90.

(119) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 101-102.

(120) CONSULTEC. "Centro Pesqueiro de Cananéia". RJ. 1967. vol. 1. pg. 1-4.

(121) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 98.

(122) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 64.

(123) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 105.

(124) FRANÇA, Ary. Op. cit. pg. 156.

(125) MOURÃO, Fernando A.A. Op. cit. pg. 158-159.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AB'SABER Aziz Nacib. "Contribuição a Geo-morfologia do Litoral Paulista". In *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº 1, 1955.

ALMEIDA, A. Paulino de. "Memória histórica da Ilha do Cardoso", In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano XIV, vol. CXVI, 1947.

_____ "A Ilha Comprida", In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano XVII, vol. CXXXVII, 1950.

_____ "A Ilha de Cananéia", In *Revista do Arquivo Municipal*, Ano XIX, vol. CLIV, 1952.

_____ "Da Decadência do Litoral Paulista", In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano XII, vol CVII, 1946.

_____ "O Ribeira de Iguape", In *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano X, vol. CII, 1945.

ALVES, Francisco de Paulo Rodrigues. "Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província", São Paulo, 1888.

ANDRADA, Martin Francisco Ribeiro de. "Diário de uma Viagem Muneralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805", In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo IX, Rio de Janeiro, 1847.

ARAUJO FILHO, J.R. de. "A Baixada do Itanhaém, Estudo de Geografia Regional", USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, Boletim 116, Geografia nº 5.

CAMARGO, José Francisco de. "**Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos**", São Paulo, FFCLUSP.

CANDIDO, Antonio. "**Parceiros do Rio Bonito**", São Paulo, Livraria Duas Cidades, 2a. edição, 1971.

- CASANOVA, Pablo Gonzales. "**Sociologia de la Explotación**", México, Siglo Veintuno Editores, 3a. edição, 1972.
- COMISSÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA. "Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo", tipografia King, 1888.
- CORRÊA, M. Pio, "Município de Iguape, Estudos Científicos", In *Revista do Instituto H. e Geogr. de São Paulo*, São Paulo, vol. XI, 1907.
- EGAS, Eugênio, "**Os Municípios Paulista**", São Paulo, 1925.
- FRANÇA, Ary, "A Ilha de São Sebastião, Estudo de Geografia Humana", São Paulo, FFCLUSP, Boletim 178, Geografia nº 10, 1954.
- FRANK, Gunder A., "**O Desenvolvimento do Sub-desenvolvimento**", São Paulo, Coleção Universitária, 1967.
- _____, "**Chile el desarrollo del sub-desarrollo**", Montevideo, cuander nos de ciências sociales, 1970.
- IGLESIAS, Francisco. "**Artesanato, Manufatura e Industria**", São Paulo, (mimeografado), 1966.
- KRUG, Edmundo. "A Ribeira de Iguape", São Paulo, Boletim da Agricultura, série 30, 1938?39.
- LOPES, Juarez Brandão, "**Desenvolvimento e Mudança Social**", São Paulo, Editora Nacional, 2a. edição, 1970.
- LOPES, J. L. Gonzales, "Projecto regional de desarrollo pesquero en Centro América", Biletin Tecnico, vol. 1, nº 2 - FAO, 1967.
- MARX, Karl, "El Capital", Mexico, Fondo de Cultura, 3a. edição, tomo 1, cap. XII, 1964.

- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo, "**Apontamentos, Geográficos, Bibliográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo**", São Paulo, Livraria Martins Editora, 1952.
- MULLER, D. P., "**Ensaio dún Quadro Estatístico da Província de São Paulo**", São Paulo, Ordenado pelas Leis Provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837/38. Reedição Literal, 1923.
- MOURÃO, Fernando A.A., "Os Pescadores de Litoral Sul do Estado de São Paulo", tese de doutoramento. USP, 1971.
- PAPY, L., "En marge de l'émpire du café la façade atlantique de São Paulo", Bourdeaux, Mer, nº 20, 1952.
- PEREIRA, Luis, "Estudos sôbre o Brasil Contemporâneo", São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1972.
- PETRONE, Pasquale, "A Baixada do Ribeira", São Paulo, FFCLUSP, Boletim nº 283, Geografia nº 14, 1966.
- PRADO, Jr. Caio, "**Formação do Brasil Contemporâneo**", São Paulo, Editora Brasiliense, 7a. edição.
- PINHO, Diva, "Cooperativismo e Problemas do Desenvolvimento Regional", Boletim 229, FFCLUSP, 1964.
- SINGER, Paul, "**Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**", Companhia Editora Nacional, 1968.
- SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, "Relatório de 1896 Apresentado ao Sr. Manoel Ferraz de Campos Salles pelo Sr. Alvaro Augusto da Costa Carvalho", São Paulo, 1897.
- SIMÃO, Aziz (e) GOLDMAN, Frank, "Itanhaém, Estudos sôbre o Desenvolvimento Econômico e Social de uma Comunidade Litorânea", São Paulo, FFCLUSP, Boletim nº 226, Sociologia nº 1, 1958.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, "Bairros Rurais Paulistas", In *Revista do Museu Paulista*, vol. XVII, 1967.

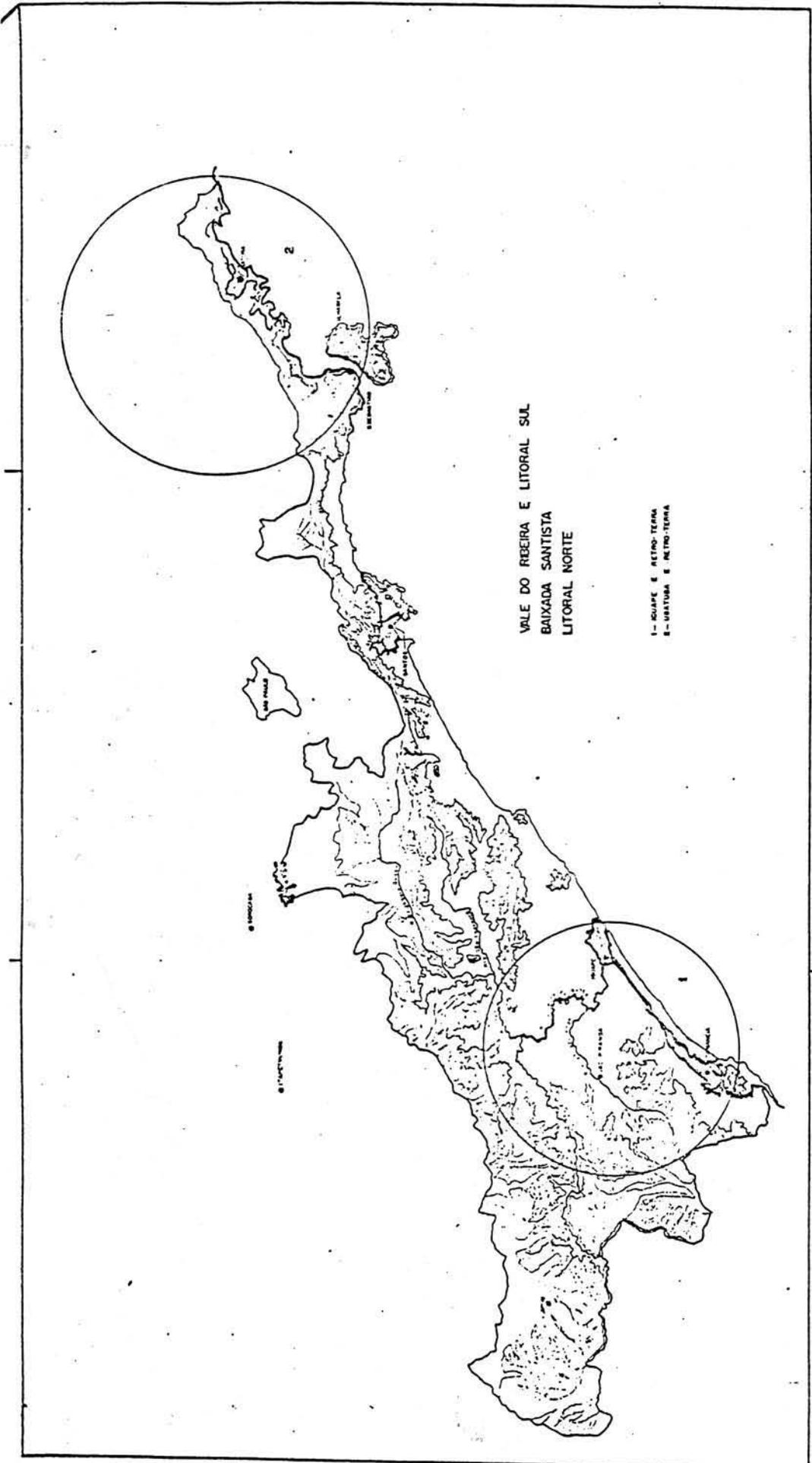
TAUNAY, Afonso de E. "**História do Café no Brasil**", Edição do Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, vol 3º, tomo I, 1939.

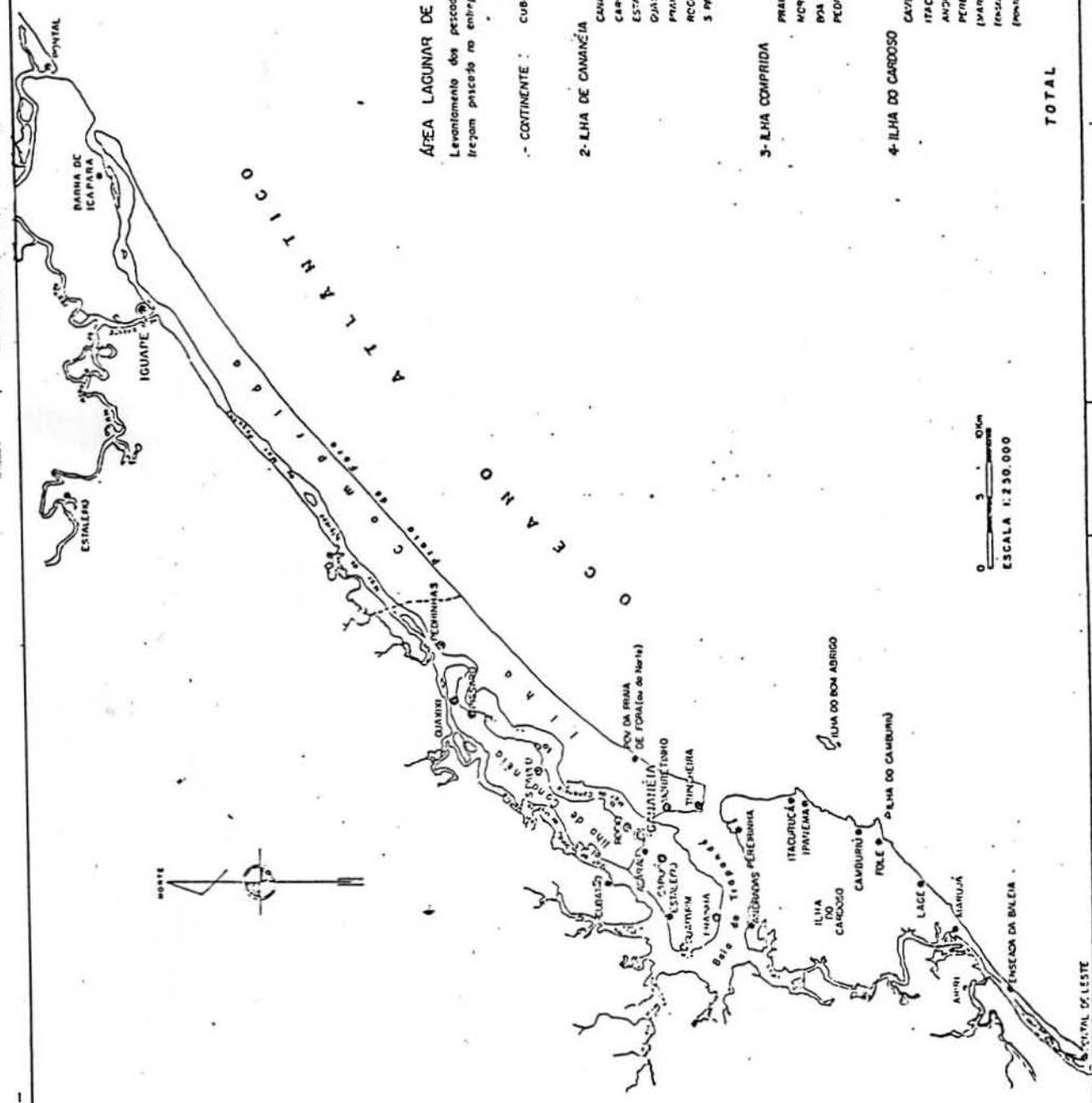
SODRÉ, Nelson Werneck, "O Litoral Paulista", In *Observador Econômico e Financeiro*", Rio de Janeiro, ano XVI, nº 184, 1951.

YOUNG, Ernesto G., "História de Iguape", In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. 8, 1903.

_____, "Subsídio para a História de Iguape", In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. 7, 1903.

_____, "**A Cultura de Arroz no Município de Iguape**", São Paulo, 1906.





ÁREA LAGUNAR DE IGUAPE - CANANÉIA
 Levantamento dos pescadores artesanais que em-
 frejam pescado no entropasto de cananéia-1971

- CONTINENTE : CUBATÃO M DE PESCAÇORES 7

2- ILHA DE CANANÉIA

CANANÉIA	21
CARUJ	27
ESTALEIRO	12
OUXATI	8
PARNA	20
RCCO	26
S PRULO	17

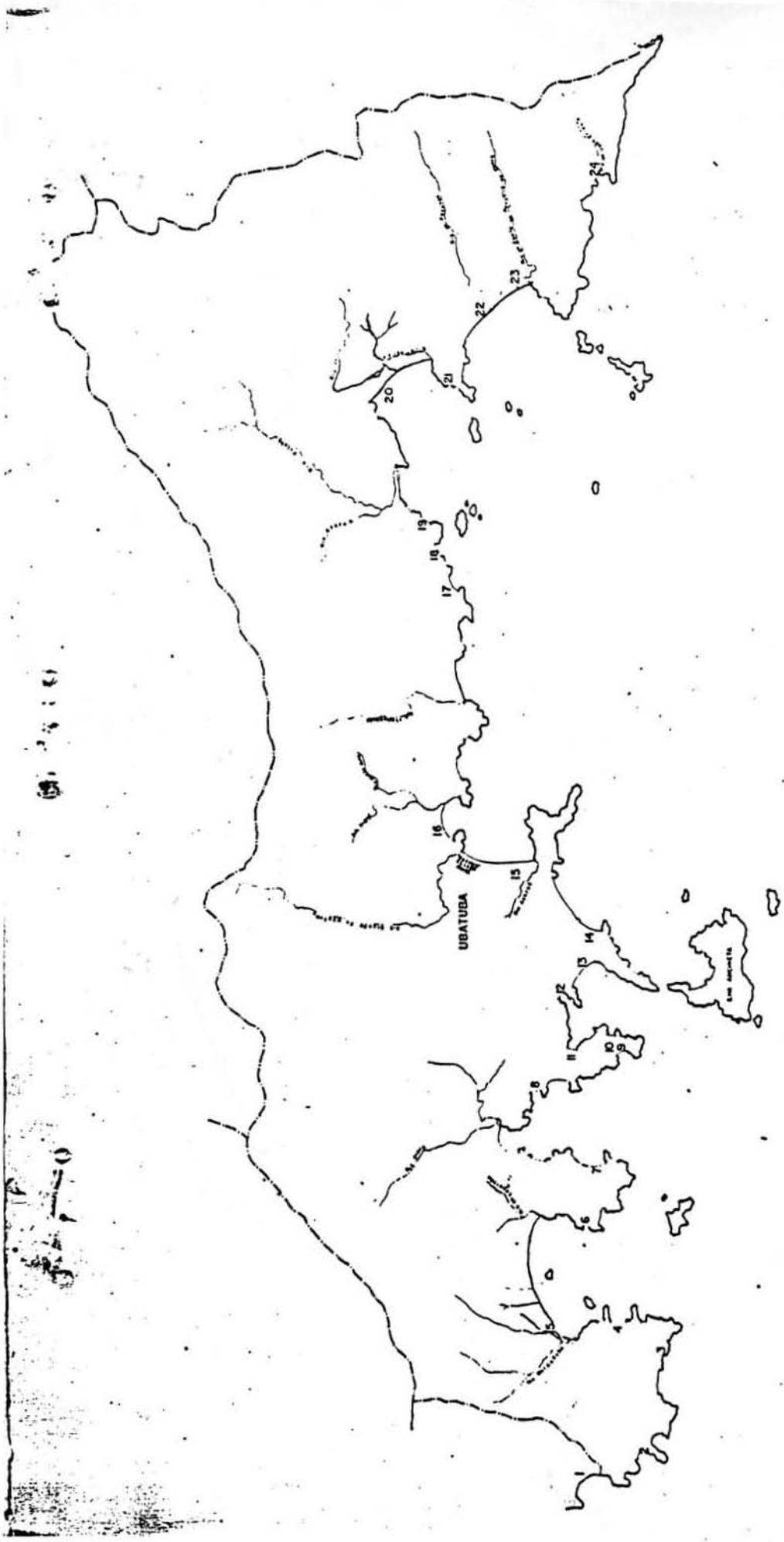
3- ILHA COMPRIDA

PRAIA DO NORTE	12
MORRETEIRO	21
BOA VISTA	8
PEDRINHAS	6

4- ILHA DO CARDOSO

CAVACA	17
ITACUPUZA	5
ANGARAS	17
PEREIRA	2
(VARUJA)	9
(FASCEON DA BALEIA)	7
(MORRETEIRO DE LESTE)	0

TOTAL 255



CADASTRO DE PESCADORES EM UBATUBA - RJ/72

CELA	N.º	RAZÃO
01	1	ALVES, JOÃO
02	2	ALVES, JOÃO
03	3	ALVES, JOÃO
04	4	ALVES, JOÃO
05	5	ALVES, JOÃO
06	6	ALVES, JOÃO
07	7	ALVES, JOÃO
08	8	ALVES, JOÃO
09	9	ALVES, JOÃO
10	10	ALVES, JOÃO
11	11	ALVES, JOÃO
12	12	ALVES, JOÃO
13	13	ALVES, JOÃO
14	14	ALVES, JOÃO
15	15	ALVES, JOÃO
16	16	ALVES, JOÃO
17	17	ALVES, JOÃO
18	18	ALVES, JOÃO
19	19	ALVES, JOÃO
20	20	ALVES, JOÃO
21	21	ALVES, JOÃO
22	22	ALVES, JOÃO
23	23	ALVES, JOÃO
24	24	ALVES, JOÃO
25	25	ALVES, JOÃO